

Estado de direito ou Estado de direita?

Os problemas que se vivem hoje no mundo do trabalho não resultam só da incompetência ou incapacidade daqueles que governam o País, mas principalmente da natureza das políticas que defendem e executam.

■ Jorge Pires



Pág. 18

Observatório Geopolítico das Drogas Consumo de droga no interior do País aumenta mais de 600 por cento

■ Isabel Araújo Branco

Págs. 20 e 21

II Encontro sobre Globalização Confrontos ideológicos marcaram debates em Havana

■ Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 22 e 23

Ainda o 31 de Janeiro de 1891 Portugal no atoleiro africano

■ Manoel de Lencastre

Págs. 24 e 25

ÚLTIMAS

Orçamento do Estado PCP vai votar contra

O orçamento do Estado para 2000 confirmou as piores expectativas. O Governo demonstrou querer manter a injustiça fiscal, agravando mesmo o tratamento diferenciado que dá aos rendimentos do trabalho e aos lucros das grandes empresas.

Pág. 32

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 3 de Fevereiro de 2000 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1366 • Director: José Casanova

Bancários do Sul e Ilhas

PS e PSD

juntos outra vez...

PS e PSD apresentam-se de novo juntos nas eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. A corrente sindical unitária, confiante na sua forte influência e crescente prestígio, apresenta uma lista encabeçada por uma mulher, com jovens em lugares destacados e com uma especial preocupação em garantir o futuro dos Serviços Médicos.

Pág. 5



A crise do sistema judicial impõe medidas estruturais inadiáveis

PCP avança com Julgados de Paz

Texto de José Neto

Centrais

Uma questão de preferência

Todos aqueles que, por razões óbvias, alimentam a campanha de descrédito da política, dos políticos e dos partidos têm, no agitado e frenético processo de preparação do congresso do PSD, um aliado poderoso. Na verdade, o espectáculo proporcionado pelos três candidatos a líderes e pelos seus respectivos apoiantes, contém todos os ingredientes necessários quer à exemplificação dos malefícios da prática política e partidária, quer à generalização dessa imagem a todos os políticos e a todos os partidos. Partindo da exuberante manifestação congressual em curso, é mais fácil «demonstrar» tudo o que aos pescadores de águas turvas interessa que seja demonstrado, nomeadamente que «os partidos são todos iguais» e que «os políticos» também o são. E não é difícil perceber a quem interessa essa baralhação e quem fica a ganhar com a difusão da ideia de que não existem diferenças entre os diversos partidos e os diversos políticos – da mesma forma que não é difícil perceber que a democracia, a intervenção cívica e política dos cidadãos e a sua participação consciente na vida pública e política e na construção do seu futuro, constituem as principais vítimas de toda esta operação. É claro que o PSD, como qualquer outro defensor e executor da política de direita, está como peixe na água em todo este processo, na medida em que o seu conceito de democracia participada se esgota no aparato pretensamente democrático da participação dos seus líderes: aos restantes cidadãos, inclusivamente aos militantes dos seus partidos, está reservada a tarefa de atapetar a caminhada mais ou menos triunfal dos seus bem-amados chefes.

As inúmeras peripécias, a série ininterrupta de sketch's em que se traduz o congresso do PSD, tendem a transformar o conclave laranja numa divertida comédia ou em qualquer coisa semelhante ao maior espectáculo do mundo... Observar os diversos protagonistas e as suas representações, ouvir o que cada um diz de cada um e de si próprio, apreciar os métodos a que recorrem para alcançar os fins desejados, constitui não só um alegre passatempo como é bem revelador do que é, de como funciona, de quais são os objectivos do partido a que todos pertencem.

O conteúdo «democrático» do funcionamento interno deste partido está patente num vasto conjunto de inequívocas afirmações e práticas. «Não vale fazer batota», queixa-se um candidato a líder que informa: «no dia a seguir à convocação do congresso, houve distritais que pagaram milhares de contos de quotas dos seus militantes» - e, descendo ao pormenor, denuncia o caso concreto de um líder distrital que terá pago, só à sua conta, «quatro mil contos». Não nos é dito mas é legítimo concluir que estes pagadores de quotas alheias sabem, certeza certa, em quem vão votar os militantes que assim ficaram com as quotas em dia – o que configura um peculiar conceito de voto consciente... Curioso, igualmente, o caso daqueles presidentes de importantes distritais que, publicamente, anunciam «oferecer» o voto dos militantes que integram as suas organizações ao candidato a líder que eles próprios apoiam: «você tem no Porto uma conta-corrente caucionada sem limites de crédito», proclama o presidente da distrital portuense dirigindo-se a Durão Barroso mas chamando-lhe, certamente por lapso, Santana Lopes...

Ainda em matéria de «democracia» ficamos a saber que «dos 1021 delegados ao congresso, cerca de 450 (44%) são inerências» - informação esta que dá a dimensão aproximada do conteúdo democrático do dito congresso.

Mas do fogo cruzado que varre as hostes laranja emergem ainda outras posturas, práticas e mimos lapidares. Diz um: vocês o que sabem fazer é «morder as canelas do líder»; diz outro: «os portugueses estão a ficar cansados de tantos congressos do partido»; responde um terceiro que a crítica à realização frequente de congressos «é uma ideia absolutamente salazarista ou stalinista». E um outro, num almoço de apoio a um dos líderes em disputa, depois de se afirmar disponível para o sacrifício de, a bem da Nação e da sua dela salvação, ser candidato às presidenciais, proclama entre duas garfadas: «Elegei-me e este estado de coisas há-de morrer às minhas dentadas políticas.» E é assim, de vento em popa, que o congresso do PSD avança - com uns mordendo «nas canelas do líder», outros dando «dentadas neste estado de coisas», todos empanturrados com tão farta comezaina e todos engalinhados num original e elevado debate de ideias...

E é já em fim de farra e início de ressaca, em jeito de show humorístico, que um afirma que há que «devolver o partido aos militantes» porque «os militantes do PSD não gostam de ser mandados mas gostam de ser bem comandados» e outro faz votos de «que o congresso seja um grande momento de bênção para o partido».

Foi certamente na base desta experiência concreta de vivência partidária democrática e fraterna que o grupo parlamentar do PSD apresentou na Assembleia da República um projecto de lei orgânica visando, nomeadamente, regular a actividade e o funcionamento dos

partidos políticos. Pensa o referido grupo que a lei actualmente em vigor «carece de uma adequada modernização e actualização» e pensa também, seguramente, que ninguém melhor do que o PSD está em condições de definir essa modernização e actualização.

Este projecto de lei do PSD constitui, em muitos aspectos, uma inaceitável e antidemocrática intromissão na vida interna dos partidos políticos. Pretendendo criar um modelo de partido de aplicação imperativa em matérias nas quais os militantes de cada partido são, e devem ser, soberanos o projecto do PSD entra por caminhos recheados de perigos e perversidades que urge denunciar e rejeitar frontalmente.

Que o PSD utilize e glorifique a dentada nas canelas como prática vivencial interna, trate os seus militantes como seres que valem por serem possuidores de um voto que está à venda, e tenha um funcionamento como o que a preparação do actual congresso exemplarmente evidencia, é coisa que aos próprios diz respeito e que, como a realidade mostra, está em perfeita consonância com o próprio projecto político do partido. Tentar meter todos no mesmo saco apertado que é esse conceito de partido é que não. Sem pretendermos dar lições a quem quer que seja, nós, comunistas, continuamos a preferir um partido que se rege por princípios democráticos, em que a opinião colectiva é quem mais ordena, com um grande respeito pelas opiniões de todos os militantes e com um projecto político em consonância com esta prática e este funcionamento.



PCP inaugura Centro de Trabalho em Leiria

RESUMO

26 Quarta-feira

O metropolitano de Lisboa para-lisa entre as 6 e 30 e as dez horas da manhã devido à greve dos trabalhadores ■ Isa Astamirov, vice-primeiro-ministro tcheco, é abatido em combate pelas tropas russas ■ Vários países da União Europeia reagem com repúdio à notícia da coligação na Áustria entre os conservadores e a extrema-direita para formar governo ■ O Supremo Tribunal de Londres inicia a discussão dos dois recursos apresentados com o objectivo de impedir a libertação de Augusto Pinochet ■ O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) apresenta uma proposta de coligação à Izquierda Unida (IU) com vista a derrotar José Maria Aznar nas próximas eleições.

27 Quinta-feira

O ex-ministro João Cravinho é convidado pelo Presidente da República a fazer parte do Conselho de Estado na sequência de Paulo Portas ter recusado o convite ■ O Tribunal Constitucional impõe pesadas multas a seis partidos políticos, entre os quais o PS, PSD, CDS/PP e PEV por despesas não justificadas em 96, tendo apenas o PCP apresentado contas certas ■ Cinco mil funcionários da Função Pública manifestam-se em Lisboa reivindicando maiores aumentos salariais ■ O partido de Ehud Barak, primeiro-ministro israelita, juntamente com outros seis partidos, é acusado de ilegalidades no financiamento da campanha eleitoral sendo assim sujeito a uma investigação ■ Eugénio Manuvakola, presidente da UNITA-Renovada, defende que, se Jonas Savimbi mantiver as mesmas posições, «só poderá haver uma solução militar para a guerra em Angola».

28 Sexta-feira

Pina Moura apresenta o Orçamento de Estado e prevê uma subida para 500 milhões de contos as receitas em privatizações ■ O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, durante a sua visita à Rússia, afirma a intenção desta organização de «cooperar estreitamente» com Moscovo para ajudar os refugiados tchecos e põe fora de hipótese a aplicação de sanções ■ É divulgada uma sondagem na Áustria que pretende que, se as eleições fossem agora, o partido de extrema-direita era o vencedor ■ José Eduardo dos Santos afirma a intenção de convocar eleições para 2001, acreditando que nessa altura a UNITA já tenha sido derrotada.

29 Sábado

É inaugurado em Leiria um novo Centro de Trabalho do PCP que conta com a presença de Carlos Carvalhas ■ O presidente chileno Ricardo Lagos apresenta o seu executivo que deverá iniciar funções a

11 de Março ■ A Izquierda Unida recusa a realização de um pacto eleitoral com o PSOE ■ Um relatório de uma Organização Não Governamental afirma que massacres na República Democrática do Congo fizeram cerca de cinco mil mortos entre a população civil ■ Mais de duas mil pessoas manifestam-se em Davos, onde decorre o World Economic Forum, protestando contra a globalização da economia.

30 Domingo

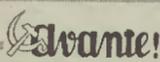
O relatório das investigações feitas pela ONU, a pedido do secretário-geral Kofi Annan, conclui que todas as atrocidades cometidas após o referendo em Timor ocorreram com a «participação activa do exército indonésio (...) e total aprovação das altas patentes» ■ Helmut Kohl nega ter recebido dinheiro do governo francês para a sua recandidatura ■ Morre o coronel Akel Hachem, do Exército do Sul do Líbano, vítima de um atentado bombista reivindicado pelo Hezbollah ■ O Programa Alimentar Mundial faz chegar 210 toneladas de víveres a refugiados angolanos na Zâmbia, isolados devido a cheias registadas na região de Kalabo.

31 Segunda-feira

Os 14 Estados-membros da União Europeia decidem que os contactos políticos oficiais com a Áustria serão suspensos caso a extrema-direita integre o governo de Viena ■ O Supremo Tribunal de Londres chumba os recursos apresentados pelo governo belga e seis ONG, que pretendiam impedir a libertação de Pinochet, tendo a Bélgica, no entanto, apresentado um apelo poucas horas depois da decisão do tribunal ■ Madeleine Albright, secretária de Estado norte-americana, desloca-se à Rússia, onde são discutidos os problemas do tratado de desarmamento e da Tchetchénia ■ O PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) e a IU (Izquierda Unida) assinam um programa básico de governo.

1 Terça-feira

A TAP vende quatro milhões em acções com vista a pagar os salários dos trabalhadores respectivos ao mês de Janeiro ■ O general Wiranto ignora os apelos do presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, e critica o relatório da comissão de investigação que o acusa de «crimes contra a humanidade» ■ Após uma reunião de emergência, a Comissão Europeia assume a posição de que «continuará a manter as suas relações de trabalho com as autoridades austríacas» ■ Afonso Dhlakama, líder da Renamo, dá um prazo de dez dias para o presidente Chissano responder se aceita ou não uma recontagem dos votos e ameaça pedir a realização de eleições antecipadas ■ Os Estados Unidos ameaçam a Áustria com sanções caso o governo de Viena integre a extrema-direita.



Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa. Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90 - 21 781 71 91.
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
- 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
- 1169-161 Lisboa
Tel: 21 815 34 87/815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel: 21 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Lnhó - 2710 Sintra
Tel: 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel: 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
- Tel: 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
- Tel: 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

Composição e impressão:
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$000; 25 números: 4 200\$000	50 números: 30 600\$000
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$000	50 números: 23 000\$000

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Sacudir a água do capote

Na qualidade de presidente da Internacional Socialista, presumo que também enquanto presidente do Conselho Europeu e, muito provavelmente, ainda, na condição de Primeiro-Ministro português, o engenheiro António Guterres «ex cathedra» sobre os grandes problemas da Humanidade. As vítimas da guterral oração – confirmadora da crescente e avassaladora vocação do orador para a abordagem de temas universais – foram jovens socialistas representantes de 140 organizações juvenis de vários países.

Segundo Guterres, são três os ditos grandes problemas. Ou, dizendo com mais rigor, são dois mais um, a saber: «o racismo e a xenofobia» – que o presidente da IS considera serem autênticos «cancros da sociedade moderna» – e «a irracionalidade», cuja é, no dizer preclaro do presidente do CE, «o pior de todos os inimigos» dessa mesma sociedade.

Mesmo tendo em conta que esta «irracionalidade» destacada pelo PM português tem abrangência bastante para nela caber tudo o que se queira (e, já agora, permito-me sublinhar que possui, também e por isso mesmo, a enorme virtude de nela caber, igualmente, tudo

o que se não queira...) afigura-se-me que o engenheiro Guterres tem uma visão demasiado cor-de-rosa do mundo em que vivemos.

Sem pôr em dúvida, antes pelo contrário, a gravidade e o carácter desumanizado de fenómenos como o racismo e a xenofobia – e não hesitando, portanto, em aceitar a qualificação que deles faz o engenheiro Guterres – creio que a «sociedade moderna» padece de muitos outros «cancros» de idêntica gravidade. Tantos e tão graves que quase se pode dizer estar a coitada praticamente em estado terminal. Para além disso, seria aconselhável que o engenheiro não se limitasse a apontar o mal e adiantasse algo sobre as causas desses fenómenos e sobre a forma de os erradicar. Se assim fizesse, talvez chegasse à, para ele, trágica conclusão de que as raízes desses e de muitos outros «cancros» que minam a «sociedade moderna» se situam... precisamente nas características essenciais dessa sociedade, na sua «modernidade», ou seja, nas bases de injustiça e desigualdade em que assenta. Pelo que, concluiria ainda, a cura de tais males passa inevitavelmente pela transformação dessas características essenciais.

O mesmo se pode dizer do «pior de todos os inimigos» da dita sociedade, da tal abrangentíssima «irracionalidade» que, se bem entendi o engenheiro Guterres, é a responsável de tudo quanto de mau existe. Uma responsável infelizmente abstractizada pelo engenheiro para, assim, a tornar inidentificável e, portanto, intangível.

Acompanhando a visão universal do engenheiro Guterres podemos ver milhões de vítimas do desemprego e do emprego precário, milhões de vítimas da fome, milhões de alvos preferenciais de mortíferos «serviços de saúde», milhões de excluídos e marginalizados, de humilhados e ofendidos... E mostrando-nos tudo isso e atribuindo as culpas de tudo isso à famigerada «irracionalidade», está o presidente da IS e presidente do CE e PM português a sacudir a água do capote, a assobiar para o ar, a fingir que não sabe que a sua «irracionalidade» é o sistema capitalista – o sistema de que ele, através de todos os cargos que ocupa, é um fiel e racional executor.

■ José Casanova

Doze palmatoadas por um prato quebrado

Foi assim até aos anos sessenta – qualquer negro a servir em casa de branco podia ser mandado ao chefe de posto – o administrador local – para que lhe fossem dados castigos corporais, entre os quais palmatoadas (que punham as mãos num bolo) ou chibatadas (que punham as costas em carne viva). Isto era considerado um correctivo mínimo para aqueles que, por exemplo, partissem um prato. O critério quantitativo ficava a cargo da dona de casa, que encomendava o castigo ao chefe em valor do dano sofrido.

Com o seu projecto de lei sobre indemnizações aos espoliados da descolonização, acho que o grupo parlamentar do CDS/PP merecia um correctivo maior: o que o obrigasse, de uma vez por todas, a não recorrer à demagogia por avidez de um protagonismo oco de ideias e falho de projecto.

Desta vez, o PP resolveu instrumentalizar os retornados das ex-colónias africanas, a quem carimboou como cerca de meio milhão de votos. Não foi para e em função das pessoas – em cuja sorte não está interessado, a não ser para manipular – que este projecto de lei veio a lume. Deveu-se antes a um antigo ódio contra o 25 de Abril e à descolonização, utilizando mágoas verdadeiras de gente honesta e trabalhadora, de facto espoliada, e atrevendo-se a misturá-la com os verdadeiros espoliados. Porque interessa denunciar quem foram os espoliados. Nisso, o PP cala a boca, até por não poder abri-la. Sempre esteve do lado deles... Nunca o ouviremos falar dos crimes de um colonialismo de 500 anos, que pesaram, num tempo que ainda há-de levar muito a passar, na história dos povos das ex-colónias, mas também na do povo português.

Interessa falar de quem explorou e espoliou. E de quem foi espoliado. Só no último século, grandes fortunas portuguesas (e muitas maiores estrangeiras) se fizeram e engrandeceram à custa das madeiras raras, dos diamantes, do marfim, do algodão, do café, do açúcar, do cacau, do sisal – tudo isto com mão-de-obra escrava que o Estado português deixou utilizar, quer em seu próprio benefício, quer em favor daqueles que apoiavam o regime. E nem se diga que a escravatura já tinha sido abolida. Um

papel decretado não bastou para que até finais dos anos 50 milhares de negros não fossem «exportados» para as minas do Rand, na África do Sul, ou para as roças de S. Tomé, ou deportados dentro do seu próprio país para o serviço das grandes companhias do império. Quantos milhares de espoliados, desde o comércio de escravos até ao nosso tempo não fez o colonialismo? E quem os indemnizou? Mas o rapacidade do locupletamento colonialista merece apenas um pequeno encolher de ombros a quem põe a análise de realidades atrás dos seus próprios interesses. A grande maioria dos cidadãos portugueses que emigraram para África provinha de camadas de pequenos camponeses arruinados. O que quer dizer que já eram espoliados na sua própria terra e por isso procuravam esperança de melhor vida noutro lado do mundo onde também aí foram explorados. O meu pai foi obrigado, para apoiar a família, a emigrar para o Brasil aos... 11 anos. Veio «casar a Portugal» e partiu depois com a minha mãe e comigo para Moçambique, onde viveu até à morte, guiando comboios de uma companhia ferroviária inglesa, que ficou a dever essa sim – a muitas dezenas de trabalhadores portugueses. E falando em «espoliados», se permitisse a alguém tratar-me assim, confesso-me herdeiro duma roça em S. Tomé, que um tio-avô me deixou por testamento. Nunca a reivindiquei por um motivo que pode parecer algo estranho a gente como a do PP: é que entendo que a terra deve ser de quem a trabalha. Sou trouxa? Não. Felizmente tenho princípios que já cruzaram a terra inteira – e não deixarão de rodar em volta de quem pretenda combater a injustiça flagrante, a história mal contada, a mesquinhez que nunca garante futuro.

Em muitos cenários que me surgem, estou a imaginar um: se eu fosse dona de casa naquele tempo, e Portas um pobre coitado preto a partir-me um prato de mandarim genuíno, quantas palmatoadas em cada mão encomendaria para ele ganhar juízo? É caso para pensar bem.

■ Aurélio Santos

EQUADOR o povo em luta

Sacudido, nas duas últimas décadas, por várias crises, o Equador viveu há dias um novo e expressivo confronto entre a oligarquia no poder e as massas populares, em luta pelos seus mais elementares direitos. O levantamento popular de 22 de Janeiro, impulsionado pela CONAIE (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador), pela FUT (Frente Unitária dos Trabalhadores) e pela Frente Patriótica, e apoiado por um sector das Forças Armadas e da hierarquia da Igreja, apesar de não ter atingido os seus objectivos, revela como a situação naquele país se tornou insuportável para as classes e camadas populares e a sua disponibilidade para assumir nas suas próprias mãos o seu destino.

Já há três anos, a movimentação popular dera provas de grande vitalidade. O «paro cívico» de 5 e 6 de Fevereiro de 97, em que milhões de trabalhadores paralisaram o país, conduziu então à queda do presidente, Abdala Bucaran. Foi a resposta ao plano antipopular de convertibilidade da moeda que Bucaran, copiando a experiência argentina, pretendia concretizar. Tudo fez em nome da «modernização» da economia. Através dum populismo demagógico, da corrupção, do compadrio. O que se traduziu em: aumentos de preços da ordem dos 300%, 54% da população activa desempregada ou com emprego precário, 80% da população na pobreza, crescimento exponencial da inflação e da dívida pública. Esta situação, permitiu que a acção das massas contasse com o apoio, em torno duma frente comum, de vários partidos, sindicatos, personalidades. Mas o afastamento de Bucaran, como corolário da resistência social às medidas que tomou, não se traduziu contudo em qualquer alteração na política económica e social, pois após um período de enorme confusão e instabilidade política, foi eleito um novo presidente, Jamil Mahauad que prosseguiu as mesmas orientações neoliberais. O Equador tornou-se no «país mais endividado da América Latina, à beira da insolvência» («Le Monde», 29.5.98).

A crise não se atenuou. Antes se prolongou e aprofundou. Relançou-se a luta social e política. Contra as privatizações, pelo direito à terra e em defesa do ambiente. Em defesa da produção, do ensino público e de outros direitos sociais. Durante todo o ano de 99, o movimento do campesinato indígena e o movimento sindical respondem com manifestações de rua e dois períodos de greve geral (Março e Agosto) ao agravamento das condições de vida, ao encerramento de empresas, à desvalorização e flutuação da moeda. A produção encontra-se à beira do colapso, o crescimento é negativo, assim como o saldo da balança comercial. «O Equador é um país naufrago», segundo um destacado político equatoriano. O presidente, agora deposto, que segundo o mesmo articulista seria «uma bóia», tomou uma medida – a «dolarização» da economia – que vai tornar o país ainda mais dependente das multinacionais e do imperialismo norte-americano, afundando-o de facto.

As massas reagiram, tentando derrubar o poder. Milhares de indígenas e outros trabalhadores ocuparam a capital e o Parlamento. O Presidente da República foi destituído. Mas a Junta cívico-militar então constituída teve uma vida efémera, pois a direita, até agora dividida, cerrou fileiras. Dirigentes do movimento indígena consideraram-se traídos neste processo. Mas ao afirmarem «voltaremos com mais força depois de termos aprendido a lição com este fracasso» revelam determinação para prosseguir a luta. Tudo indica que o novo governo continuará a deparar com um movimento social aguerrido, detentor duma valiosa experiência de luta, capaz de forjar as forças políticas necessárias para defender as reivindicações populares e construir uma alternativa de progresso e justiça social.

■ Manuela Bernardino



Foto: Sérgio Morais

Comissão implica militares indonésios nos crimes cometidos em Timor-Leste

A comissão independente indonésia que, durante três meses, investigou os crimes praticados em Timor-Leste logo após o referendo de 30 de Agosto passado, acusou formalmente o topo da hierarquia militar indonésia de estar directamente envolvida na destruição maciça perpetrada no território. Albert Hasibuan, director da comissão de inquérito, afirmou que esta recomendou ao actual Governo indonésio que seis generais do topo da hierarquia militar, bem como um numeroso grupo de militares e ele-

mentos das milícias pró-Indonésia sejam investigados pela sua participação directa ou indirecta na violação de direitos humanos no território. A lista dos generais implicados apresenta à cabeça o próprio general Wiranto, actualmente ministro da Segurança e dos Assuntos Políticos e, na altura dos massacres, responsável directo pelas Forças Armadas indonésias, que, após esta acusação formal do inquérito, está a ser pressionado para se demitir dos cargos que ocupa, enquanto o presidente indonésio, Abdurrah-

man Wahid, já afirmou que Wiranto tem de ser destituído, dado que está sob a iminência de uma investigação criminal. Os outros generais acusados pela comissão de inquérito são Zacky Anwar Makarim, antigo chefe dos serviços secretos indonésios e elemento muito activo em Timor-Leste desde o início de 1999, Kiki Syahnakri, administrador da lei marcial em Timor-Leste, Adam Damiri, comandante da região militar em que se integrava o território, e ainda os generais Tono Suratman e Nur



Muis, que comandaram as tropas indonésias na antiga colónia portuguesa. A lista de 40 pessoas implicadas nos crimes em Timor-Leste incluem, ainda, o general Timbul Silaen, chefe da polícia, o governador timorense de Timor-Leste, Abílio Osório Soares, e outros responsáveis da

administração indonésia. São igualmente acusados os cabecilhas das milícias pró-Indonésia, Eurico Guterres, João Tavares e Abílio Soares, todos actualmente escondidos em parte incerta. Entretanto, foi também terminado o inquérito das Nações Unidas

sobre violações dos direitos do homem em Timor-Leste, realizado a pedido do secretário-geral, Kofi Annan, cujas conclusões foram entregues na segunda-feira passada à Assembleia Geral e ao Conselho de Segurança da ONU. As conclusões deste inquérito da ONU

acusam o exército indonésio de participar directamente nas atrocidades cometidas em Timor-Leste e propõem a criação de um tribunal internacional para apurar as responsabilidades das violações aos direitos do homem em Timor-Leste.

“A verdadeira questão que se coloca nas nada ambíguas perguntas sobre “ser ou não ser estalinistas” não é aquela (proveniente da perspectiva revolucionária dos que nele encontram e apontam insuficiências, erros e mesmo crimes): é tentar colocar a análise e a crítica do estalinismo que estão feitas, não no campo da análise e da crítica revolucionária no qual se encontram - mas transformá-las numa opção pelo sistema e pelo capital.”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 28.01.00)

“No III Reich, eles tinham uma política de emprego “ordeira”» (Junho de 1991); «As Waffen SS faziam parte do Wehrmacht (forças armadas alemãs) e por isso merecem toda a honra e respeito na vida pública» (Dezembro de 1995); «Penso que posso dar a minha garantia. Sou suficientemente prudente, tenho bastante experiência e podem ter confiança em mim, eu sei medir os riscos» (26 de Janeiro de 2000)»

(citações de Joerg Haider, líder do chamado Partido da Liberdade, em «Público», 27.01.00)

“Só na Alemanha, França, Itália ou Espanha, só Kohl, Mitterrand, Andreotti ou González, só os democratas-cristãos alemães ou italianos, ou os socialistas franceses e espanhóis, recebem dinheiros ilícitos das empresas. Os nossos partidos e os nossos políticos não vivem nenhum silêncio hipócrita. Apenas não querem misturar-se com gente daquela laia.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 26.01.00)

“A corrupção está para a política como a sida para a biologia. Mina de maneira subtil, só se dando conta quando já não há nada a fazer. Como a incoerência, que dá cabo não da política, mas dos políticos.”

(Nuno Grande - «Diário de Notícias», 01.02.00)

“A esquerda dita socialista de hoje adoptou a caridadezinha e a expressão “dar a outra face” como princípios. Para estar sempre imune às críticas.”

(Maria de Lurdes Vale - «Diário de Notícias», 31.01.00)

“Um dos problemas que tolhem a política é a tentação demagógica. Pouco importa se hipoteca valores ou distorce a realidade. Ou mesmo se, a prazo, não compensa. Para fazer demagogia qualquer coisa serve, mas o dinheiro é uma matéria-prima de efeito garantido.”

(António José Teixeira - «Diário de Notícias», 28.01.00)

“Convidar ao mesmo tempo três pessoas para a mesma coisa (candidatura à Presidência da República) é uma irresponsabilidade.”

(Marques Mendes, citado em «Público», 01.02.00)

“O país ri-se de nós”

(idem)

“Viseu é o cenário marcado para o próximo capítulo da única telenovela que pode ombrear com as da Globo.”

(Miguel Gaspar - «Diário de Notícias», 01.02.00)

“UNITA disposta ao “diálogo”»

(Manchete do «Público», 28.01.00)

Comboio na Ponte 25 de Abril não afecta tráfego da Transtejo

Segundo o *Diário de Notícias*, a Transtejo - Transportes Tejo (empresa que assegura as diversas travessias fluviais de passageiros entre Lisboa e a Margem Sul) deixou de transportar seis mil passageiros / dia desde que o comboio passou a ligar as duas margens pela linha ferroviária construída no tabuleiro inferior da Ponte 25 de

Abril, correspondendo a um decréscimo de passageiros de apenas 6%, quando os primeiros estudos governamentais apontavam para um decréscimo de passageiros na ordem dos 50%. Esta conclusão estatística, que surge quando a nova travessia ferroviária caminha para um ano de funcionamento, vem demonstrar, na crueza dos factos, que tanto a travessia ferroviária na Ponte 25 de Abril como a construção da Ponte Vasco da Gama no local em que foi concretizada não captaram passageiros nem tráfego significativo, continuando os engarrafamentos na Ponte 25 de Abril e a utilização da Transtejo à média de 100 mil passageiros / dia. Perante estes factos, a Transtejo já planeia alargar e otimizar os seus serviços, dada a procura de que continuam a ser alvo pelas populações que vivem na Margem Sul.



Fontes independentistas da Tchetchénia anunciaram, no princípio desta semana, a sua retirada da cidade de Grozni, a capital desta república do Cáucaso que, há quase três meses, é palco de violentos combates entre as tropas federais russas e os independentistas tchetchenos. A ofensiva militar russa contra a Tchetchénia teve como motivação declarada, por parte do Kremlin, a extirpação do fundamentalismo islâmico que, alegadamente e a partir

Independentistas anunciam retirada da cidade de Grozni

desta república independentista, terá desencadeado a onda de atentados bombistas em cidades russas que, o ano passado, fizeram cerca de 300 mortos civis. Paralelamente, a Rússia inscreveu nos objectivos desta ofensiva o esmagamento das pretensões independentistas desta república russa lideradas pelo extremismo islâmico. A luta pela conquista da capital, Grozni, tem-se desenrolado no quadro de uma sangrenta batalha entre as forças

federais russas e os extremistas islâmicos acantonados na cidade cercada, com o assalto final sucessivamente adiado pelos militares russos, que já combatem rua a rua com os extremistas, nos intervalos dos bombardeamentos aéreos e terrestres com que as forças russas fustigam diariamente a cidade. Entretanto, este anúncio de retirada feito pelos extremistas islâmicos não foi ainda confirmado pelas autoridades de Moscovo.

Camionistas franceses bloqueiam Comunidade

Uma nova greve dos camionistas em França, desta vez protagonizada pelos próprios trabalhadores, volta a paralisar não apenas as principais vias do país mas, sobretudo, as entradas e saídas transfronteiriças, que os grevistas bloquearam prioritariamente, cortando assim todo o tráfego rodoviário internacional que necessita de atravessar a França e que é, praticamente, todo o que à Comunidade Europeia diz respeito, dada a localização cen-

tral da França no mapa europeu. A greve dos camionistas franceses é de sinal contrário à desencadeada pelos seus patrões há cerca de duas semanas, ou seja: enquanto os patrões protestavam contra o máximo de 35 horas de trabalho semanais legislado pelo Governo francês, exigindo mais horas, os camionistas lutam agora pela implementação deste horário. A greve foi anunciada para os primeiros dois dias de cada semana.

Bloco de Esquerda realiza Convenção

No passado fim-de-semana, o Bloco de Esquerda realizou a sua primeira Convenção Nacional na Aula Magna da Reitoria de Lisboa, donde saiu a definição dos novos órgãos dirigentes desta formação política: uma Comissão Permanente com seis membros, uma Comissão Exe-

cutiva com 25 elementos e uma Mesa Nacional integrando 75 militantes. Francisco Louçã, que faz parte dos principais órgãos dirigentes agora lançados, encerrou os trabalhos com uma intervenção final. Este Convenção do Bloco de Esquerda aprovou uma resolução políti-

ca intitulada «Novos Tempos, Nova Esquerda», onde se afirma o combate ao «liberalismo e à competitividade», a recusa da «ordem imperial» americana e do «rotativismo ao centro», a denúncia da construção europeia «assente no mercado» e o «diálogo com a esquerda».

TRABALHADORES

Corrente unitária apresenta lista inédita no SBSI

Para a mudança activa que os bancários exigem

O PS e o PSD apresentam-se de novo juntos nas eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. A corrente sindical unitária, confiante na sua forte influência e crescente prestígio, apresenta uma lista encabeçada por uma mulher, com jovens em lugares destacados e com uma especial preocupação em garantir competência para dirigir os SAMS.

Os dissidentes da tendência socialista, que há três anos diziam querer uma nova prática sindical, acabaram por render-se aos interesses políticos e alinharam, agora, numa «salgalhada» que tem por objectivos supremos evitar que os bancários lutem contra o agravamento da exploração e garantir a sobrevivência financeira da UGT, para a qual os sócios do SBSI contribuem, queiram ou não, com 120 mil contos por ano.

A acusação foi feita ao «Avante!» por três bancários comunistas, que há vários anos merecem a confiança e o voto dos trabalhadores para integrarem estruturas representativas da classe, nas vésperas da apresentação pública da candidatura unitária, que teve lugar ontem, em Lisboa.

Fátima Amaral, actualmente deputada do PCP na Assembleia da República, fez parte da direcção do SBSI durante seis anos, desde que foi posto termo à aliança PSD-PS, em 1988. No presente mandato dos corpos gerentes do sindicato, integra o Conselho Geral. No banco onde trabalha, o Crédito Predial Português, foi eleita para a respectiva comissão sindical. Na lista unitária ontem apresentada, figura em primeiro lugar, pela primeira vez, uma mulher pode vir a ser presidente do SBSI.

Alexandrino Saldanha é membro da direcção actual. Trabalhador do BPA (Grupo BCP/Mello), foi vice-presidente da direcção entre 1988 e 1994, e vice-presidente da Mesa do sindicato nos três anos seguintes.

João Lopes é eleito no Conselho Geral do SBSI, mas a sua principal actividade tem sido desenvolvida na Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos e na comissão coordenadora das CTs da Banca (com o cargo de coordenador), desde 1982.

Mudança por fazer

«Teria que resultar algo de positivo para os bancários», começa por salientar Fátima Amaral, lembrando o principal objectivo da candidatura vencedora de 1997, que integrava elementos das listas unitárias e um grupo de socialistas, que discordaram da opção oficial do PS.

A tendência socialista, liderada então por Barbosa de Oliveira, aliou-se ao PSD, mas os bancários recusaram, com o voto, o regresso aos tempos em que sucessivas direcções laranja-rosa levaram o SBSI a uma grave crise, que se reflectiu em grandes perdas de direitos e de poder de compra dos bancários. Também os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) do sindicato foram fortemente afectados, deixando em sobress-

Todas as medidas e acções positivas da direcção do SBSI estão directamente ligadas à acção dos comunistas e demais bancários da corrente sindical unitária, salientam João Lopes, Fátima Amaral e Alexandrino Saldanha



Unitários!

A lista unitária apresenta-se aos bancários do Sul e Ilhas «de mãos limpas face ao poder político e aos banqueiros». No seu programa eleitoral, refere que «não temos a mesma cor do Governo, não vamos ser cúmplices da sua política contra os trabalhadores e de complacência com a violação das normas legais nos locais de trabalho», «queremos a despartidarização do sindicato e estamos unidos, sem acordos de cúpulas, pelos mesmos objectivos sindicais». E afirma a confiança em que, «com os bancários, vamos assumir os destinos do SBSI, correspondendo à influência e crescente prestígio que a corrente sindical unitária tem no sector, onde é, destacadamente, a primeira força».

Os unitários dão à concentração bancária e ao combate contra as suas consequências negativas um lugar de destaque, entre os compromissos que assumem perante os trabalhadores. Na contratação colectiva, defendem a institucionalização do 15.º mês, incluindo para os reformados, e a valorização das carreiras e dos salários-base. Assumindo com orgulho o bom trabalho realizado nos SAMS, propõem o aumento das participações em análises e medicamentos, admitindo chegar aos cem por cento.

A inclusão de jovens em lugares destacados na lista completa a preocupação expressa no programa: lutar para que os primeiros anos de trabalho na banca deixem de ser marcados pela precariedade, por baixas retribuições mínimas e por discriminações inaceitáveis (muitos dos jovens bancários não são abrangidos pelo acordo colectivo de trabalho do sector), que ainda atingem também muitas mulheres.

Para os membros da lista unitária – onde é tão assumido o peso determinante dos comunistas, como o empenho em respeitar os princípios sindicais da independência, da democracia, da participação de massas, da postura reivindicativa e da firme defesa dos trabalhadores – «os objectivos que nos propomos são justos, credíveis e têm uma diminuta relevância nos sempre crescentes e butais resultados da banca».

Quanto aos resultados que esperam a 14 de Abril, Fátima Amaral afirma que «temos condições para ganhar a direcção», confirmando a forte influência unitária noutras estruturas do sindicato. Depois, «vamos bater-nos por envolver os bancários na luta pelos seus interesses e direitos, não vamos batalhar sozinhos a partir da Rua de São José».

salto os bancários no activo e cerca de 15 mil reformados.

Em 1988, convergindo com os comunistas e outros trabalhadores que recusam a partidarização da vida sindical e defendem um forte envolvimento dos bancários na actividade do SBSI e na luta por melhores condições, foi posto termo àqueles treze anos e iniciou-se uma viragem. No entanto, em várias ocasiões foram visíveis diferenças substanciais e divergências, com os dirigentes socialistas a resistirem à atitude mais reivindicativa da corrente unitária e a cederem às pressões patronais, sem o necessário esforço de mobilização dos trabalhadores.

A partir das eleições de Outubro de 1995, quando o PS obtém a maioria parlamentar, a tendência socialista no SBSI começa a mostrar maior preocupação em evitar o surgimento de protestos contra a política do Governo, apesar desta ser claramente favorável aos banqueiros e prejudicial aos bancários.

É neste momento que Fátima Amaral situa o princípio de um crescente descontentamento dos trabalhadores, que esperavam da direcção do sindicato uma acção mais firme. Nos locais de trabalho aumenta o apoio à corrente unitária, que também vê reforçadas as suas posições nos órgãos sindicais a que concorre com listas próprias. «Todos os aspectos positivos da actividade e das decisões da direcção do SBSI estão directamente ligados à nossa iniciativa, às nossas propostas e ao nosso trabalho», salienta Fátima Amaral, acrescentando que «os socialistas demoravam a ser convencidos e atrasavam-se na decisão».

Mobilizar os bancários para a participação na vida do sindicato e para desenvolver um combate mais firme à política

dos banqueiros, procurando inverter a continuada degradação do poder de compra e das condições de trabalho dos bancários foram compromissos e objectivos que estiveram na base da lista que, em 1997, acabou por derrotar a candidatura PS-PSD apadrinhada por Barbosa de Oliveira e pela tendência socialista.

Delmiro Carreira e o seu grupo de socialistas dissidentes acabaram, contudo, por não ressaltar o acordo que firmaram com as listas unitárias, constata Alexandrino Saldanha, admitindo que se tenha tratado de uma batalha na luta pelo poder dentro da estrutura do PS. As repetidas cedências sem luta nas negociações salariais, a protelação da negociação do acordo colectivo de trabalho, um acordo com o Ministério da Saúde sem acautelar regalias dos bancários e, por fim, a imposição da força dos votos majoritários (contrariando o princípio do consenso como forma de decisão da direcção, aceite na formação da lista) são alguns factos referidos ao «Avante!» por Alexandrino Saldanha.

João Lopes acrescenta, como outros motivos de «desconten-

tamento e frustração» dos bancários para com o sindicato, o silêncio da direcção perante a avultada fuga dos bancos às obrigações fiscais, permitida pelo mesmo governo que admite o abuso do trabalho precário e políticas remuneratórias arbitrárias.

«O tempo veio demonstrar que os socialistas que nos acompanharam não estavam interessados em concretizar o compromisso assumido», afirma-se no manifesto da lista unitária. Contrariando o que diziam nas eleições de 1997, os então dissidentes do PS «demitiram-se dos enunciados objectivos, deixando-se ir absorvidos pelo namoro da tendência sindical socialista», e «negaram a continuação de um entendimento com as listas unitárias», que deveria ser «baseado numa nova e eficaz prática sindical e numa equilibrada composição da lista candidata».

Meses antes de formalizarem a ruptura, já os socialistas do SBSI estavam em conversações com a tendência social-democrata, procurando um entendimento para as eleições de Abril próximo, à margem da corrente unitária.

SALGALHADA!

Assim foi caracterizada, pelos bancários comunistas que entrevistámos, a lista que tem como primeiro nome o actual presidente do SBSI. E explicaram porquê: Delmiro Correia surge à frente de nomes conotados com o PS, com o PSD e até com o MRPP. No entanto, verificam-se divergências dentro da tendência socialista (há mesmo um sindicalista do PS que preferiu integrar a lista unitária); dentro da tendência social-democrata, a aliança também não é pacífica, pois choca com estratégias de demarcação da UGT; quanto ao MRPP, ficou representado por dois nomes que, oportunamente, se fizeram independentes há poucos meses.

Entregar a direcção do sindicato a uma «equipa» deste calibre seria extremamente perigoso e certamente prejudicial para os bancários, sobretudo no actual momento que o sector atravessa. É sintomático que o ainda presidente do SBSI, questionado a pronunciar-se sobre os efeitos da fusão dos grupos BCP e Mello não se tenha mostrado preocupado... como se não tivesse ouvido falar nas centenas de trabalhadores ameaçados com a perda de emprego.

TRABALHADORES



Lionesa, Luís Correia, Califa, Kallen, Norporte Quem trabalha é que sofre os problemas das empresas

Perante as dificuldades, aos trabalhadores só resta lutar pelo emprego e pelos seus direitos (fotos da concentração da Kallen e da noite de 21 de Janeiro na Norporte)

Quando as dificuldades surgem, os responsáveis não comparecem e a Inspeção do Trabalho não actua. Na hora da falência ou do encerramento, a factura é atirada para os ombros dos trabalhadores.

Hoje e amanhã deverá ser formalmente decretada a falência da Fábrica de Tecidos Lionesa e da Têxtil Luís Correia, que ocupavam cerca de 700 trabalhadores. Numa e noutra, a responsabilidade pelo desfecho é imputada à Segurança Social, que a Fesete/CGTP acusa de privilegiar a especulação imobiliária (e o principal banco credor) em detrimento da produção têxtil.

«A frieza dos bancos e a ausência de sensibilidade social» foram notórias na assembleia de credores da Califa, que teve lugar segunda-feira, em São João da Madeira, e onde acabou por ser recusada a prorrogação do período de gestão controlada. Segundo o Sindicato Têxtil de Aveiro, havia quatro potenciais interessados na compra da empresa, que teriam 15 dias para apresentar propostas. Contudo, esta opção foi aprova-

da apenas por detentores de 61 por cento dos créditos, ficando aquém dos 66,6 por cento necessários (dois terços). A abstenção dos bancos BCP, Banif, BIC, BPA, CISF e BNU, bem como da Nova Rio, Transportes Caima, Feirense, CTT e outros pequenos credores acabou por funcionar como voto contra. O sindicato responsabiliza a família Teixeira da Silva, os bancos e o poder político pela grave situação em que ficam os trabalhadores, com a empresa a acumular dívidas superiores a 10 milhões de contos.

O processo de recuperação da Norporte, em Alhos Vedros, continua na Secretaria de Estado da Economia, apesar de representantes do Governo terem afirmado, na última campanha eleitoral, que estava próxima uma solução. O que se verificou, na sexta-feira, dia 21 de

Janeiro, foi a apreensão de equipamentos industriais, o que vem enfraquecer as possibilidades de viabilização e agravar o risco de desemprego para 400 trabalhadores, refere uma mensagem de solidariedade aprovada pela Câmara Municipal da Moita.

Para exigir a intervenção do Governo, face ao abandono da empresa pelos patrões, deslocaram-se quinta-feira ao Ministério da Economia os trabalhadores da Kallen, de Alenquer.

O Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa exigiu para os 40 trabalhadores da Poligráfica (M. Ribeiro & Filho, no Porto) o pagamento das indemnizações a que têm direito por terem sido despedidos de uma firma que faria 80 anos em Março e teve lugar de destaque no sector. A falência foi a conclusão de um processo de recuperação iniciado em Maio de 1998, depois de o principal administrador se ter feito accionista do grupo Higifarma, para onde foram levadas máquinas e transferida facturação da Poligráfica.

Campanha nos têxteis por salários dignos

Os sindicatos dos têxteis, vestuário e calçado vão levar a cabo uma campanha nacional de informação e mobilização dos trabalhadores, na defesa da contratação colectiva e por salários mais dignos e justos. A decisão foi tomada na semana passada, num plenário promovido pela Fesete/CGTP, onde também foi exigido que o Governo não conceda subsídios públicos às empresas que não cumpram as leis e a contratação, designadamente no que toca a salários, direitos e liberdades sindicais e normas mínimas de higiene e segurança no trabalho.

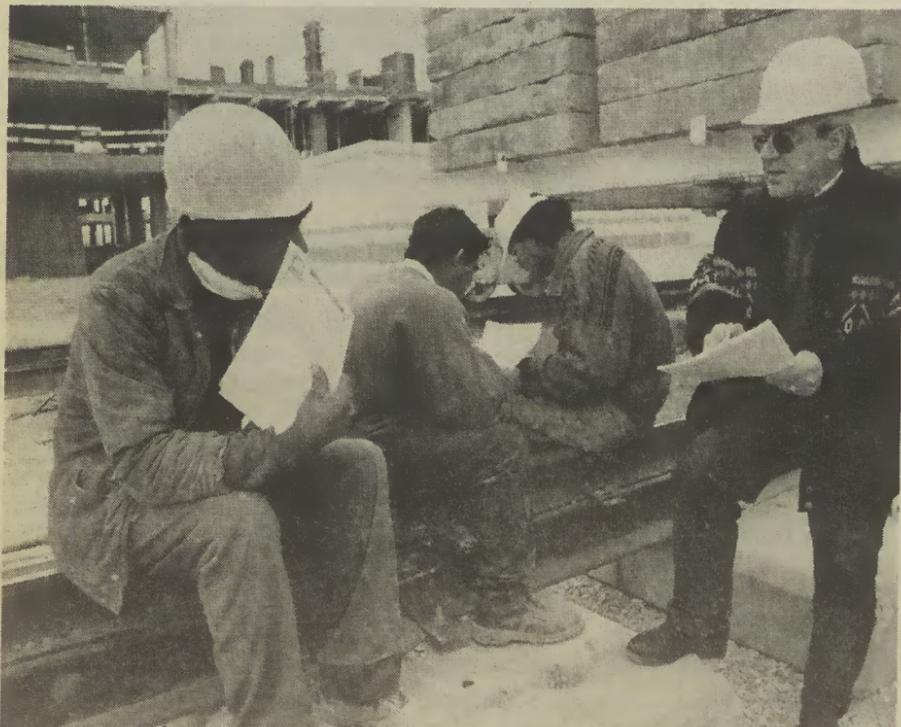
A resolução aprovada dia 25 de Janeiro, no Porto, denuncia mais uma tentativa patronal de impor a sua visão das relações laborais, secundarizando a importância da negociação colectiva e desvalorizando a força de trabalho. «A isto não é alheio o comportamento do Governo, que não intervém ou mantém uma postura liberal na resolução dos conflitos surgidos nos processos negociais», denuncia-se na resolução, salientando que «sistematicamente, ano

após ano, o patronato dos nossos sectores bloqueia os processos de negociação» e chega a ter «a ousadia de não apresentar as suas contrapropostas nos termos legais» (30 dias depois de receber as propostas sindicais).

«A postura do patronato tem levado a que os trabalhadores dos nossos sectores sejam uma massa produtiva da mais mal paga em Portugal e na cauda da União Europeia», acusam os sindicalistas, apontando números oficiais que mostram salários líquidos, nos têxteis, vestuário e calçado, que são inferiores ao salário mínimo nacional, ao subsídio de um desempregado ou à remuneração de um jovem num curso de formação profissional.

Na resolução, entregue na delegação do Ministério do Trabalho (onde teve lugar uma concentração dos participantes no plenário), exige-se um aumento salarial mínimo de 5 contos e defende-se que o Governo emita portarias de regulamentação do trabalho para resolver conflitos onde o bloqueio patronal provoca a degradação das condições laborais.

Patrões da construção respondem com 2 por cento



O sector prospera, mas os patrões recusam-se a valorizar o trabalho que ergue grandes obras e propicia lucros elevados

À reivindicação sindical, as associações patronais da construção civil e obras públicas responderam com uma proposta de 2 por cento, a qual, «para além de aviltante e provocadora, traduz em toda a linha uma intolerável falta de consideração e respeito pelos milhares de trabalhadores do sector, que muito têm contribuído para o desenvolvimento económico e social do País e, simultaneamente, para o enriquecimento das empresas».

Num comunicado que está a distribuir aos trabalhadores, o Sindicato da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul aponta alguns exemplos que resultariam de uma actualização salarial de 2 por cento: os oficiais qualificados teriam um aumento mensal de 1660 escudos, valor que representaria um acréscimo diário de 75 escudos; os serventes passariam a auferir um acréscimo mensal de 1300 escudos, representando um aumento diário de 58 escudos.

Tais valores merecem do sindicato «uma rejeição total e absoluta». «Do mesmo modo se devem pronunciar os trabalhadores», apela-se no comunicado. As propostas sindicais apontam para um aumento salarial mínimo de 8 contos por trabalhador, um subsídio de refeição de 950 escudos, semana de trabalho de 35 horas, promoções obrigatórias para várias categorias profissionais...

Os patrões, além de não responderem a estas propostas, também «não adiantam uma vírgula sobre o trabalho precário e clandestino, que grassa no sector», nem sobre medidas de prevenção, segurança e saúde nos locais de trabalho, quando este é um ramo de actividade onde dezenas de trabalhadores morrem anualmente vítimas de acidentes. É neste contexto que a promessa patronal de que irão ser accionados mecanismos para combater e controlar o alcoolismo «evidencia uma postura conflagradora, que desde já rejeitamos», protesta o sindicato.

TRABALHADORES



O plenário de dia 28, em Lisboa, confirmou a disposição de luta dos trabalhadores da PT

Aviso a Murteira Nabo

Na moção aprovada sexta-feira, no plenário nacional de trabalhadores, o nome do presidente da Portugal Telecom é insistentemente apontado como o responsável de uma administração que recusa o diálogo e que pretende desmembrar a unidade orgânica da PT, enquanto provoca um agravamento progressivo da situação social e laboral.

A criação de novas empresas, para as quais a administração pretende passar actividades de áreas da actual PT, e a metodologia usada para a cedência do pessoal da PT àquelas empresas (procurando retirar direitos consagrados hoje no Acordo de Empresa da Telecom) são os motivos do protes-

to dos trabalhadores, da CT e das dez estruturas sindicais que apresentaram a moção aclamada no Pavilhão Carlos Lopes e depois entregue «em mão» no Edifício Picoas pelos participantes no plenário.

Além de reclamar o fim da chantagem psicológica sobre os trabalhadores que recusam o contrato de cedência, bem como a redução do volume de trabalho entregue a empreiteiros e o aproveitamento de todas as capacidades subaproveitadas, o plenário nacional (poucos dias depois de um plenário regional, também fortemente participado, no Porto) deixou às organizações representativas um mandato para desencadearem o recurso a outras formas

de luta, incluindo a greve sectorial ou geral.

Postlog

A criação do Postlog inicia a privatização encapotada dos sectores rentáveis dos CTT, denuncia o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações. Num comunicado em distribuição na empresa, o SNTCT/CGTP cita uma entrevista do presidente da empresa, anunciando a existência de parceria com duas multinacionais, que não investem para perder. O sindicato expressa preocupação com os trabalhadores e aposentados, quando a administração e o Governo deixam aos CTT apenas o que não dá lucro.

23 de Março é dia de luta CGTP define plano para 2000

A acção convocada para o primeiro dia da Cimeira da UE, em Lisboa, vai estar em destaque no plenário nacional de sindicatos que amanhã tem lugar em Lisboa e onde deverá ser aprovado o plano de actividades da CGTP-IN para o corrente ano.

O plano para 2000, que hoje deve ser aprovado no Conselho Nacional (órgão que apresenta a proposta hoje ao plenário de sindicatos), incluirá importantes iniciativas nas áreas da saúde e do emprego, adiantou o departamento de informação da Inter. Entre outras matérias, os sindicalistas vão também analisar a situação laboral em empresas como a Lisnave, a TAP, as minas de Neves Corvo e Aljustrel (onde tiveram lugar, na terça-feira, plenários com a participação de Carvalho da Silva), bem como a política salarial e a contratação colectiva.

A preparação da «recepção» aos governantes europeus – que declaram abundantemente as suas preocupações face aos problemas do emprego e do desemprego, enquanto mantêm as políticas que estão na origem do desemprego, da elevada precariedade de emprego, das baixas remunerações a contrastar com altos lucros, – está a ser feita aos vários níveis da estrutura. Uniões distritais, federações sectoriais e sindicatos vão elaborar, nas pró-

ximas semanas, levantamentos detalhados sobre a situação laboral e social no respectivo âmbito de intervenção.

A CGTP, entretanto, divulgou um comentário à evolução do mercado de emprego em 1999, contestando que o aumento de 2 por cento, nos primeiros nove meses, em comparação com igual período do ano anterior, tenha resultado da aplicação do Plano Nacional de Emprego e das medidas aí incluídas.

No comunicado que divulgou na semana passada, a central contrapõe que aquela subida será consequência do período de crescimento económico e ressalva que, para lá dos números, há outra realidade a considerar: o aumento da precariedade, a entrada de jovens no mercado de trabalho em condições cada vez mais precárias, o desperdício de conhecimentos (a licenciatura é o único grau de instrução onde, mesmo numa conjuntura favorável, o desemprego aumentou).

Participar activamente na acção nacional, em Lisboa, «Por

emprego de qualidade, contra a precariedade», é a decisão do plenário distrital de sindicatos que reuniu dia 27, no Porto. A USP/CGTP – que tem o seu 6.º Congresso marcado para dia 19 de Maio – decidiu ainda levar a cabo, na primeira quinzena de Março, uma jornada de luta pela qualidade de emprego no distrito. A nota divulgada à comunicação social após o plenário refere que o Porto continua a ser um distrito «com enormes carências sociais», onde o salário médio fica abaixo da média nacional e onde há mais de cem mil trabalhadores que recebem salários líquidos inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Em Setúbal é a manutenção de uma taxa de desemprego «anormalmente elevada», acima de 11 por cento, e com uma estrutura que não se tem alterado ao longo dos anos, o que preocupa sobremaneira a direcção da União dos Sindicatos do distrito.

Reunido na semana passada, o órgão dirigente da USP aprovou o projecto de programa de acção para o 6.º Congresso, a realizar no dia 19 de Março, no Forum Municipal do Seixal, sob o lema «Mais emprego com direitos, melhores salários, um distrito em desenvolvimento».

Administração Pública protesta na rua

A contraproposta do Governo, de aumentos salariais de 2,2 por cento e de mais 5 escudos no subsídio de refeição, constituiu mais uma razão para o protesto de milhares de trabalhadores da Administração Pública, que na quinta-feira, 27 de Fevereiro, se manifestaram em Lisboa.

Convocada pela Frente Comum de Sindicatos, a manifestação partiu do Campo Pequeno, em direcção ao Ministério da Reforma do Estado, na Estrada das Laranjeiras. Vindos de todo o País, trabalhadores da administração central, local e

regional trouxeram para as ruas da capital a sua exigência de salários dignos, melhores carreiras profissionais, vínculo público para o emprego e condições de trabalho justas.

A Frente Comum, face à insistência do Governo em impor uma contenção salarial que «nada tem a ver com a apregoada justiça social, quer porque não conduz a uma melhoria dos rendimentos do trabalho, quer porque procedimento igual não tem relativamente aos “boys” colocados em lugares da sua confiança», admite «a concreti-

zação de novas acções de luta, que poderão ser decididas nos próximos dias» – refere uma nota de imprensa da estrutura sindical que representa a esmagadora maioria dos trabalhadores do Estado.

Os manifestantes – mais de 5 mil, segundo a Agência Lusa – empunhavam faixas alusivas às suas reivindicações profissionais e repetiam, mais do que outras, a palavra de ordem «é preciso, é urgente, uma política diferente». No Palácio das Laranjeiras entregaram uma moção aprovada durante a con-

centração, no Campo Pequeno. No documento, reafirmam as reivindicações de salários dignos, carreiras motivadoras, eliminação do trabalho precário, a aplicação imediata do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, e deixam clara a determinação de intensificar as formas de luta, das quais não está excluída a greve.

Aposentados

A Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública



está a recolher assinaturas para uma petição que leve a Assembleia da República a decidir que seja alargado a todos os aposentados do sector o princípio da indexação das pensões ao valor dos vencimentos dos trabalhadores no activo, como já sucede

com magistrados, militares, GNR, PSP, professores e outros.

A actual situação viola a igualdade exigida pelo artigo 13.º da Constituição, afirma a FNSFP/CGTP, citando o Provedor de Justiça.



LISBOA

PCP contacta universidades

Uma delegação do PCP, constituída por Edgar Correia, membro da Comissão Política, Rui Namorado Rosa, professor do ensino superior, Bernardino Soares, deputado à Assembleia da República, Catarina Freitas e José Guilherme Gusmão, estudantes do ensino superior, encontrou-se, na segunda-feira de manhã, com o Reitor da Universidade de Lisboa.

O encontro insere-se, tal como o que se realizou na semana passada com a Presidência do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, num conjunto de contactos que o PCP está a desenvolver com diversas entidades do ensino superior, visando a recolha de elementos de apreciação sobre os problemas existentes, designadamente os que se prendem com o financiamento do sistema público de ensino superior e a elaboração de uma lei-quadro para o sector.

Previstos estão ainda contactos com o Reitor da Universidade de Coimbra, amanhã, e com o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, na próxima segunda-feira.

VISEU

Museu encerra em Março

O Museu Grão Vasco encerra em Março para obras de restauro e beneficiação. A informação foi prestada pelo seu director a uma delegação da Organização Concelhia de Viseu do PCP que quis inteirar-se da situação.

Sendo de prever que estas obras se prolonguem por um período de pelo menos dois anos, os comunistas, através do seu Grupo Parlamentar, apresentaram um requerimento ao Governo no sentido de saberem a que espaços alternativos o Ministério da Cultura pretende recorrer para facultar a exposição das obras do Museu aos milhares de visitantes que regularmente o procuram e se está prevista a atribuição de alguma dotação financeira com este objectivo.

VIANA DO CASTELO

Urge repor ponte destruída

Também o futuro da Ponte de Cabreiro, destruída pelas chuvas de Setembro último, e a notícia sobre o não pagamento de ajudas à agricultura na área, onde se localiza um efectivo de várias dezenas de vacas barrosãs, foram, a par das limitações levantadas pelo Parque Natural da Peneda-Gerês à construção de estábulos com dimensão suficiente, motivo de um requerimento de Honório Novo ao Governo.

O deputado comunista pretende saber que medidas estão em curso para repor a Ponte de Cabreiro e quais as considerações do ministro da Agricultura sobre as afirmações de habitantes da região sobre as «ajudas» e sobre os «limites à construção de estábulos».

AVEIRO

Ofensiva na Portucel

A Comissão Concelhia de Aveiro do PCP debateu recentemente os aspectos mais salientes da situação social nas empresas do concelho, designadamente na Portucel, onde os trabalhadores foram surpreendidos com uma carta da administração com vista à sua transferência para uma nova empresa, a «CPK».

O PCP alerta para o facto de a nova «CPK», tal como a Sacocel, visar o desmembramento da empresa e a criação de condições mais vantajosas para a nova fase de privatização, com a inevitável perda de postos de trabalho, direitos e garantias. Em relação aos aspectos mais relevantes da política autárquica, os comunistas vão auscultar o estado do concelho e das freguesias, tendo já proposto, nesse sentido, um conjunto de reuniões com várias associações e entidades intervenientes na actividade sociocultural do concelho.

PALMELA

Saúde em debate

Uma delegação da Assembleia de Freguesia de Palmela, integrando eleitos da CDU, reuniu na semana passada com responsáveis da Administração Regional de Saúde para discutir o eventual encerramento nocturno do Hospital de Palmela.

Neste encontro, os eleitos da CDU tiveram como «exclusiva postura» a exigência de um debate público naquela vila, com a participação daquela estrutura dos serviços de saúde. A posição dos eleitos CDU foi anunciada numa sessão promovida pela Comissão Concelhia de Palmela do PCP, que contou com a participação de Joaquim Judas, médico e membro da Comissão para a Saúde da Direcção Regional de Setúbal. A dada altura, Joaquim Judas lembrou que a área da saúde a nível mundial representa o quinto negócio, o que, acrescido aos já habituais «buracos» de muitos milhões apresentados pelo Ministério da Saúde, obriga à participação da população na definição da política de saúde local.

Encontro de Quadros em Aveiro Aprofundar a realidade promover a mudança

Subordinado ao tema «Os Desafios do Ano 2000», realizou-se no sábado passado, em Aveiro, um Encontro Distrital de Quadros do PCP, com vista a aprofundar o debate interno, a perspectivar e definir os «objectivos imediatos para um ano de intervenção» do Partido no distrito.

Os participantes - cerca de meia centena de militantes de quase todos os concelhos do distrito - discutiram e aprovaram o calendário de actividades da Direcção Regional, bem como o documento que enuncia o conjunto de objectivos a atingir no ano em curso.

Na mesa que presidiu ao encontro, encontravam-se Sérgio Teixeira, da Comissão Política, António Salavessa e José Costa, da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, e José Vasconcelos, da Direcção Distrital da JCP.

Apesar de a situação no distrito se manter idêntica à que existia em Março, quando da 4.ª

Assembleia de Organização, o encontro apontou a necessidade de prosseguir o aprofundamento da realidade e das mudanças que vão ocorrendo. E sendo certo que as condições em que os comunistas actuam no distrito permanecem difíceis, elas são hoje mais favoráveis do que há anos, devido designadamente aos bons resultados obtidos nos dois últimos actos eleitorais e ao crescente prestígio do Partido.

Uma das decisões tomadas em Aveiro prende-se com a orientação da reunião do Comité Central de Novembro passado, que aponta a necessidade de associar o trabalho político e reivindicativo de

massas com a intervenção nas instituições, da apresentação de propostas e da ligação partidária com a sociedade em todos os campos, particularmente trabalhadores e juventude.

O distrito de Aveiro, pela sua dimensão demográfica e o seu potencial dinamismo social, muito particularmente pelo peso do operariado e pela juventude relativa da sua força de trabalho, não pode, na opinião do PCP, deixar de contribuir e lutar para alterar a política desenvolvida pelo Governo. Uma política que privilegia os grandes grupos económicos e agrava as desigualdades sociais, nomeadamente na distribuição dos rendimentos, na aceleração das privatizações, na tentativa de alteração à legislação laboral, na generalização do emprego sem direitos.

Aos comunistas impõe-se, pois, dinamizar esta luta, envolvendo directamente nela os interessados.

Organização mais jovem

Quanto à intervenção nas autarquias, o Encontro registou o seu aumento e melhoria mas sublinhou a necessidade de ir mais longe, dinamizando as estruturas concelhias e locais da CDU, promovendo a participação popular na vida autárquica, lutando pelo reconhecimento e o exercício do direito de oposição nos municípios e freguesias em que o PCP tem eleitos nos órgãos deliberativos.

Toda esta actividade implica, entretanto, a necessidade do reforço da organização e intervenção do Partido, cuja evolução positiva, já constatada na 4.ª Assembleia de Organização, se mantém, nomeadamente com o aumento do recrutamento de militantes e do número de organismos e a subida, pela primeira vez, desde há muito tempo, do número de militantes com menos de trinta anos.

Reforçou-se, ainda, o trabalho regional de contacto, organização e informação aos trabalhadores, a consolidação e o alargamento da JCP e uma mais nítida viragem para o exterior.

Mas os comunistas consideram que a sua acção persistente e determinada pode conseguir novos avanços, nomeadamente em aspectos em que os problemas subsistem sem evolução satisfatória face às enormes necessidades. E, para isso, apontam, entre outras medidas, o fortalecimento das organizações de base, a realização de acções de formação de quadros do Partido e sua responsabilização, o reforço da divulgação do «Avante!» e a realização de uma Campanha Regional de Fundos para a recolha de 2000 contos no ano 2000.

Preço dos Transportes Públicos Aumentos sobre aumentos

Os aumentos decretados pelo Governo para os transportes públicos, a partir de terça-feira passada, são contrários «à necessária e fundamental promoção» do uso do transporte público e integram-se numa política que empurra para o uso crescente do transporte individual, com todas as consequências negativas que daí resultam, a nível económico e ambiental. Designadamente ao nível do congestionamento da circulação e estacionamento nos grandes centros urbanos

e dos problemas de isolamento das populações das zonas do interior.

Assim, os passes sociais intermodais aumentam 2%, mas esses aumentos são maiores em certo tipo de passes e bilhetes. Os bilhetes pré-comprados da Carris e do Metro são aumentados 6,25%, o bilhete manual da Transtejo em 4,76% e o bilhete de agente único do STCP em 5,88%.

Segundo as Coordenadoras do PCP para o Sector de Transportes, a quem cabe a denúncia, estes

aumentos verificam-se no seguimento de outros em anos anteriores, sendo que no caso do Metropolitano de Lisboa eles ocorreram duas vezes em 1998.

O PCP considera, pois, «inadiável» uma forte aposta no desenvolvimento de uma rede de transportes públicos, com qualidade, regularidade e segurança, que passa necessariamente por preços acessíveis e pelo alargamento dos passes sociais, como forma de estimular o uso daqueles transportes.

CAMARADAS FALECIDOS

António Guerra Vieira

A coincidência da média de idade da esperança de vida dos portugueses com a dos resistentes antifascistas mais idosos falecidos nos últimos tempos, que vão passando testemunho às jovens gerações de revolucionários que vão dar continuidade ao combate por um futuro mais feliz e promissor para os vindouros, é uma realidade dos nossos dias.

António Guerra Vieira, de 82 anos, natural de Vila Franca de Xira, jovem dos primeiros núcleos de comunistas do Baixo Alentejo de há 60 anos acaba de juntar o seu nome à lista dos camaradas falecidos nos últimos tempos.

Vítima de grave doença, foi um exemplo de dedicação ao PCP, a que deu por inteiro a sua vida e o seu trabalho sem outra remuneração que a da sua própria reforma.

Ainda há alguns meses um outro camarada da mesma condição e no mesmo sector de actividade - Manuel Teixeira Pires Carvalheiro - nos deixou para sempre.

António Guerra, um artista da imagem como fotógrafo, sem descendentes mas avô de todos os netos do mundo a quem, aos milhares, dedicou primores da sua arte da dobragem; ele, que com a sua Ilda foram seguros suportes do aparelho clandestino da Direcção do PCP durante a ditadura fascista, merece que aqui o recordemos.

António João

Faleceu, no passado dia 20 de Janeiro, com 84 de idade, o camarada António João. Era natural de Vila Nova de Mil Fontes. Militante do PCP desde

1939, foi ponto de apoio ao trabalho do Secretariado do Comité Central, durante cerca de duas décadas. Preso pela ex-Pide/DGS em 1963, passou vários anos nas cadeias do Aljube, Caxias e Peniche.

Hilário Pereira

Faleceu recentemente, com 88 anos de idade, o camarada Hilário Pereira, natural de Alcútem. O camarada estava organizado no Feijó.

José Pedro Dias Junior

Faleceu, no dia 24 de Janeiro, o camarada José Pedro Dias Junior, com 85 anos, professor, membro do Partido desde 1942. Preso político no Porto durante seis anos, foi a seguir demitido do ensino oficial e reintegrado após o 25 de Abril. Foi sócio fundador do Externato Séneca. Activista sindical dos professores, foi sócio fundador do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Após o 25 de Abril foi também grande entusiasta e dinamizador do Poder Local democrático, sendo eleito na Assembleia de reguesia de São João, Lisboa, entre 1976 e 1983.

Mário Parreira Alves

Faleceu, no dia 26 de Janeiro, com 83 anos de idade, o camarada Mário Parreira Alves. Membro do Partido desde 1976, pertenceu ao MDP antes do 25 de Abril. Foi da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Igualva-Cacém e da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Sintra. Foi da Direcção dos Bombeiros de

Agualva-Cacém. Foi vereador da Câmara Municipal de Sintra entre 1976 e 1982. Estava actualmente organizado na freguesia de Igualva-Cacém.

Manuel Rocha

Com 72 anos de idade, faleceu o camarada Manuel José Rocha, natural de Lavre, Montemor-o-Novo. Militante do Partido desde o 25 de Abril, estava organizado no Feijó.

Maria José da Conceição Cação

Faleceu no mês passado, com 75 anos de idade, a camarada Maria José da Conceição Cação, natural do Montijo. A camarada era membro do Partido desde o 25 de Abril.

Sérgio Tomás de Campos Soares

Faleceu repentinamente, na terça-feira, com 70 anos de idade, o camarada Sérgio Tomás de Campos Soares, membro da Mesa do Conselho Geral e do Congresso da ANAFRE. Camarada de grande dedicação ao Partido, foi membro da Comissão de Freguesia de Queluz e da Comissão Concelhia de Sintra. Presidente da Junta de Freguesia de Queluz durante vários mandatos, era actualmente Presidente da Assembleia de Freguesia de Queluz.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

SUIÇA Silêncio injustificável

O Organismo de Direcção dos comunistas emigrados na Suíça está preocupado com as medidas do Conselho Federal Suíço no que respeita à política dos estrangeiros.

De facto, o Conselho Fiscal está a introduzir alterações na política de estrangeiros que «não estão desligadas» do reforço da direita conservadora nas últimas eleições de Outubro, mantendo o Governo português silêncio sobre a matéria. Um silêncio tanto mais estranho, para os comunistas, quanto é certo que durante este semestre é o Governo português que preside à União Europeia e, como tal, mais se justificaria solicitar ao governo suíço esclarecimentos sobre o alcance destas medidas.

SENHORA DA HORA Metro é urgente

A vila da Senhora da Hora, dividida há dezenas de anos pela linha de caminho-de-ferro, e sofrendo as consequências que daí resultam, tanto no tráfego de peões e de viaturas como no desenvolvimento urbanístico, levou a que a CDU há muito reclamasse o desnelamento da linha.

O início das obras de construção do Metro, apesar dos atrasos, veio perspectivar, segundo a Comissão de Freguesia da Senhora da Hora do PCP, uma oportunidade que pode ser única para a resolução de um problema que afecta o desenvolvimento harmonioso da vila, não podendo, por isso, ser desperdiçada, seja a pretexto de que argumento for.

CASTELO BRANCO Uma medida irresponsável

A aplicação das orientações do Ministério da Agricultura e do Ambiente, que obrigam ao cumprimento, até ao fim de Março, da legislação comunitária do tratamento de águas ruças traduzir-se-ia, no distrito de Castelo Branco, onde praticamente não funciona qualquer ETAR, pelo encerramento da quase totalidade dos seus lagares de azeite.

É, por isso, na opinião da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, uma medida irresponsável e «demonstrativa de total insensibilidade» aos problemas e apelos do sector, que já apresentou propostas para a solução do problema das águas ruças.

Por seu lado, o PCP, solidário com os agricultores e produtores de azeite, apresentou em Dezembro, através do deputado Agostinho Lopes, um requerimento ao Governo sobre o problema dos lagares de azeite, prometendo tudo fazer para evitar a destruição da produção do azeite na região.

PORTALEGRE PCP exige transparência

«Transparência, rigor e isenção» no tratamento da problemática respeitante ao III Quadro Comunitário de Apoio é o que a Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP exige à Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

De facto, no princípio de Janeiro, o presidente da CCRA e militante do PS, José Ernesto de Oliveira, reuniu com os presidentes das câmaras socialistas do distrito, para informá-los sobre o procedimento a tomar relativamente ao Programa Operacional da Região Alentejo, discriminando os municípios presididos por outras forças políticas.

Indignado com esta «prática corrente» do PS, o PCP exige que, para reposição de uma igualdade de tratamento, o presidente da CCRA promova uma reunião com carácter de urgência com os municípios intencionalmente discriminados.

SETÚBAL Governador Civil não serve

O Governo prossegue a sua política antilaboral, como ficou demonstrado com o recente ataque à Norporte, uma das maiores empresas de confecções do distrito de Setúbal, há meses sem produzir e cujos trabalhadores se encontram com os postos de trabalho suspensos.

Ao facto de os esforços desenvolvidos pelos trabalhadores junto da administração e do Governo não terem merecido qualquer resposta juntou-se há dias a intervenção do corpo da GNR para retirar à força máquinas da empresa, sediada na Moita. Apesar de, nesse momento, os representantes dos trabalhadores se encontrarem reunidos com o Governo e terem apelado à sua intervenção no sentido de as máquinas não serem retiradas, e dos vários apelos dirigidos ao Governador Civil, a operação foi concretizada. O que, para além de evidenciar as orientações políticas do Governo, prova, na opinião da Direcção da Organização de Setúbal do PCP, que o Governador Civil «não reúne condições para defender os interesses do distrito».

«Quem não ler o “Avante!” não sabe o que se passa no mundo do trabalho, pois essa é uma matéria que a generalidade da comunicação social intencionalmente ignora»: esta afirmação foi produzida por um camarada logo no início do vivo debate que, no sábado passado, juntou mais de cinquenta camaradas e amigos do distrito de Castelo Branco no salão da Junta de Freguesia do Fundão.

A iniciativa visava comemorar o 69.º aniversário do nosso jornal e, simultaneamente, debater a sua remodelação e a campanha de difusão.

«Um militante do Partido que não leia o “Avante!” com regularidade, dificilmente poderá desenvolver com eficácia a sua actividade partidária», acrescentaria o mesmo camarada que, pronunciando-se sobre a intenção de reduzir a dimensão de parte dos artigos, advertiu: «Artigos mais pequenos e menos densos? Sim, mas há matérias e temas que não podem ser abordados em pequenas crónicas e não podemos prescindir desses artigos grandes.»

Sobre a mesma questão, e sempre no mesmo sentido, pronunciaram-se ainda outros camaradas: «Os artigos grandes, especialmente os do Miguel Urbano e do Manoel de Lencastre são indispensáveis num jornal como o “Avante!”; «não acho que esses artigos sejam grandes; muitas vezes acabo de os ler e tenho pena que tenham acabado.»

A informação sobre o conteúdo da remodelação dada pelo director do «Avante!», que participou no debate, foi bem aceite pelos camaradas presentes que, nalguns casos, fizeram questão de sublinhar o facto de vários aspectos da remodelação

O «Avante!» em debate

toxicoddependência. Um camarada criticou «o aspecto gráfico chato» e considerou que «o conteúdo do jornal deve ter em conta que temos que captar outros leitores não comunistas». Outro camarada, na mesma linha de preocupações, observou que «no conteúdo do “Avante!” há ideias que são velhas e que precisam ser renovadas». Opiniões diferentes foram manifestadas por duas camaradas: uma considerou que «o “Avante!” é um jornal bem feito, quer grafica-

interesses dos trabalhadores» e confidenciou: «Leio o “Avante!” há muitos anos e foi ele que me ajudou a criar o hábito de ler.»

«O jornal mostra aquilo que os outros escondem»: foi assim que um camarada definiu o órgão central do PCP, acrescentando que «devemos procurar motivar os jovens comunistas a ler o “Avante!”». O mesmo camarada criticou o facto de o jornal «tratar muito as lutas da área de Lisboa, o que é bom, e tratar pouco as lutas do resto do País, o que é mau» e sublinhou a importância da difusão do jornal nas empresas.

Um militante da JCP interveio para destacar a importância e o significado «da história do “Avante!”, do seu passado e do seu presente» e para chamar a atenção para um aspecto que distingue o jornal «de todos os outros: o critério da verdade e do rigor das notícias e da seriedade da análise» - e deu exemplos concretos da diferença, entre o «Avante!» e outros jornais, no tratamento do mesmo acontecimento.

Quanto à campanha de difusão, foi salientada a importância política que assume a venda do jornal através das organizações do Partido e o esforço que está a ser feito no sentido de seguir esse caminho - que, segundo vários camaradas, deverá ser o caminho prioritário. O aumento da difusão do «Avante!» através de assinaturas, foi, no entanto, apresentado como uma solução que, dadas as exigências que comporta a venda militante, se apresenta como mais viável no momento actual.

anunciada corresponderem a opiniões suas sobre a matéria. Insistiram, mesmo assim, na necessidade de o jornal dedicar maior atenção aos problemas da juventude e às questões cultu-

Em Lisboa

Também com a participação do director do «Avante!», a Comissão Distrital da Organização regional de Lisboa procedeu a um debate em torno da remodelação e da campanha de difusão do nosso jornal. Do debate - rico pelo conteúdo e pela quantidade de intervenções produzidas - ressaltou a atenção que a ORL está a dedicar à questão, visível nomeadamente na qualidade das opiniões emitidas sobre a remodelação e na cuidada planificação, preparação e acompanhamento da campanha para o aumento das vendas e da leitura do «Avante!».

rais, de abordar mais e mais desenvolvidamente os problemas das regiões, de publicar bons «cartoons» e de actualizar as fotografias de alguns dos colaboradores...

Foi ainda sugerida a realização de edições comemorativas de Avantes antigos, por exemplo Maio de 62, etc.

Um jornal comprometido com os explorados

Como exemplo de um texto atractivo foi dado o da entrevista com João Goulão sobre a

mente, quer no conteúdo, quer na qualidade dos textos»; outra expressou a opinião de que «o “Avante!” deu passos espectaculares no conteúdo, na qualidade, na abordagem de questões ideológicas, etc.», mas que, infelizmente, estes passos «não tiveram correspondência na difusão e na leitura». E acrescentou: «Devemos discutir o “Avante!” regularmente e não apenas por ocasião do seu aniversário.» Um outro camarada referiu que o jornal, «que atingiu o melhor nível de sempre», «foi, é e deve continuar a ser um jornal comprometido com os explorados, com os

Évora Intelectuais evocam Luís Sá

A Assembleia do sector de trabalhadores intelectuais e quadros técnicos de Évora reuniu, no passado sábado, em Évora, para fazer o balanço do trabalho realizado desde a última Assembleia, em Fevereiro de 1999, traçar as linhas de orientação para a actividade no ano em curso e eleger uma nova direcção.

Presidida por elementos da direcção cessante, e com a participação dos responsáveis regionais e distritais José Soeiro e Raimundo Cabral, a Assembleia foi marcada pela homenagem ao dirigente comunista Luís Sá, recentemente falecido.

Os participantes ratificaram o trabalho desenvolvido pelo sector, expresso na presença e posições progressistas dos trabalhadores intelectuais e quadros técnicos - que hoje representam uma percentagem significativa da força de trabalho da cidade -, deliberaram intensificar o traba-

lho em torno da organização do sector e da preparação do próximo Congresso do Partido e, por fim, elegeram um novo organismo de direcção, composto por oito camaradas.

Perante uma sala cheia, seguiu-se a homenagem a Luís Sá, cuja figura de «intelectual criador» e «homem de acção», «indissolúvelmente ligada à conceptualização e à criação do Poder Local democrático», foi evocada através de imagens de Carlos Galiza, recordações do trabalho comum pelo vereador Jorge Pinto e poesia lida por Mário Barradas.

A sessão terminou com um colóquio sobre o Manifesto «Pacto de Insubmissão», a que o nome de Luís Sá está ligado, com a participação de Helena Medina, Manuel Gusmão e Helena Serôdio, membros da Direcção da Organização Regional de Lisboa e três dos seus principais redactores.



PCP recebe CGTP...

Uma delegação do PCP, constituída pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, por Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e Rosa Rabiais, do Secretariado, recebeu, na semana passada, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da CGTP-Intersindical Nacional, presidida pelo seu secretário-geral, Manuel Carvalho da Silva.

A reunião, realizada a pedido da CGTP, visou a apresentação dos cumprimentos da nova direcção da central sindical e das conclusões saídas do 9.º Congresso, efectuado em Dezembro último. Fiscalidade, segurança e emprego no contexto da Presidência Portuguesa da União Europeia, foram outras questões abordadas pelas duas representações.



... e encontra-se com professores

Também na semana passada, uma delegação do PCP, integrando Carlos Carvalhas e Edgar Correia, membro da Comissão Política, recebeu, na Soeiro Pereira Gomes, um grupo de professores contratados mas não colocados, com quem abordou os problemas que afectam este grupo profissional.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Acordo da TAP com Swissair Opções do Governo lesam interesse nacional

Orçamento do Estado



A discussão e votação final global das propostas de Orçamento do Estado e Grandes

Opções do Plano para 2000 decorrerá a 14 e 15 de Março na Assembleia da República, de acordo com a decisão da conferência de líderes. A partir de hoje, e até 11 de Fevereiro, aqueles documentos serão objecto de apresentação nas diferentes comissões parlamentares.

As Comissões especializadas terão de entregar um relatório à Comissão de Economia até 14 de Fevereiro, após o que esta aprovará o seu próprio relatório até 15 de Fevereiro. Após a discussão e votação na generalidade, a decorrer nos dias 17 e 18 de Fevereiro, seguir-se-á a discussão na especialidade em sede de Comissão de Economia (dias 22, 23, 24 e 29 de Fevereiro e 1, 2 e 3 de Março).

Financiamento dos partidos



A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, na generalidade, faz hoje oito

dias, a proposta de lei do governo e os projectos de lei do PSD, PCP, PP e BE sobre financiamento dos partidos.

Discutidos no Parlamento há cerca de 15 dias, os diplomas baixaram à primeira Comissão Parlamentar para análise na especialidade.

Para a bancada comunista, recorde-se, a questão do financiamento dos partidos assenta em quatro princípios fundamentais, a saber: o de que os partidos são essenciais ao sistema político; a necessidade de absoluta transparência como condição para afastar quaisquer suspeições dos cidadãos e fortalecer a confiança e a credibilidade do sistema político; a proibição do financiamento da vida política e dos partidos por empresas; a limitação das despesas eleitorais, adequando-as às realidades económicas e sociais.

Acessos para deficientes



O Partido Ecologista «Os Verdes» defende a adopção de medidas que assegurem

uma melhor circulação dentro da Assembleia da República dos cidadãos portadores de deficiências motoras e visuais.

Num projecto de deliberação, entregue na mesa do Parlamento, o PEV afirma que o Palácio de S. Bento, em Lisboa, onde está situada a Assembleia da República, «tem de garantir a todos os cidadãos as condições de total acessibilidade, mobilidade e plena utilização», sem quaisquer barreiras físicas. Os deputados ecologistas querem, designadamente, que a AR «tome medidas tendentes à eliminação das barreiras arquitectónicas ainda existentes no Palácio de S. Bento, através de sinalização em «braille» dos elevadores, da melhoria no acesso às galerias e aos passos perdidos, da colocação de corrimãos».

O Grupo Parlamentar do PCP insiste em ter acesso à documentação justificativa da escolha da Swissair em detrimento da Air France como parceiro estratégico da companhia aérea portuguesa TAP-Air Portugal.

Em requerimento enviado faz amanhã oito dias ao ministro do Equipamento Social, o deputado comunista Lino de Carvalho afirma que notícias nesse mesmo dia divulgadas num matutino relativas a cartas trocadas entre a Air France e o Ministério do Equipamento Social, tutelado por Jorge Coelho, «confirmam as críticas e interrogações que o PCP tem suscitado» e «desmentem ainda mais profundamente as alegações do Governo e do conselho de administração da TAP».

O jornal «Público» afirmava nessa edição que a companhia aérea francesa propôs ao gover-

no português a aquisição de 39 por cento da TAP e uma intervenção financeira imediata para resolver problemas de tesouraria na transportadora portuguesa.

Os deputados comunistas entendem que esta documentação «não pode ser sonogada à Assembleia da República, para que esta possa fazer uma avaliação ponderada de toda a informação existente».

Trata-se de ter acesso – e foi esta a documentação que Lino de Carvalho solicitou com carácter de urgência –, entre outros documentos, às cartas que segundo as notícias vindas a público foram enviadas pelo director geral exe-



A associação com a Air France teria vantagens para a TAP

cutivo da Air France ao ministro Jorge Coelho, de 19 de Novembro passado; pelo presidente da Air France ao presidente da TAP, de 26 de Novembro; pelo vice-presidente financeiro da Air

France ao membro do conselho de administração da TAP José Queiroz e ao presidente da TAP de, respectivamente, 29 e 30 de Novembro; e à base do acordo comercial celebrado entre a TAP e a Air France, referido na missiva enviada ao ministro português de 19 de Novembro.

Esta iniciativa da bancada comunista, registe-se, surge na sequência de anteriores tomadas de posição marcadas pela insistência em questionar a opção da realização de uma parceria estratégica da TAP com a Swissair em detrimento de outras alternativas, designadamente com a Air France.

As diligências do PCP levaram já à realização de uma audição parlamentar onde foram ouvidos o ministro Jorge Coelho e o presidente da companhia aérea portuguesa. Nessa audição

o ministro afirmou estar na posse de documentos demonstrativos das vantagens do acordo com a Swissair, que se comprometeu a entregar à comissão parlamentar. Contudo, não foram esse documentos, que suportaram toda a argumentação daquele membro do Governo, que chegaram à posse do Grupo comunista.

Daí o pedido agora reiterado por Lino de Carvalho no sentido de os mesmos serem facultados, designadamente o estudo que conclui que a «associação com a Air France apresenta vantagens comparativas em relação ao Qualifyer», bem como o estudo da direcção dos Serviços Comerciais da TAP onde se afirma que «existem razões estratégicas e económicas para que a TAP opte pela sua associação à aliança Air France-Delta».

Convocar fantasmas para abrir feridas

A Assembleia da República chumbou o projecto de lei do CDS/PP que previa a atribuição de avultadas indemnizações para «reparar» os prejuízos sofridos pelos cidadãos provenientes das ex-colónias após o 25 de Abril. O diploma foi inviabilizado com os votos contra do PS, PCP, PEV e BE, recebendo apenas os votos favoráveis dos proponentes e do PSD. Sentidos de voto que traduziram a linha de fractura estabelecida, no hemiciclo, com as bancadas dos partidos de direita a considerarem tal reparação um acto de justiça e as restantes bancadas a acusarem os populares de pretendem reabrir uma «ferida já sanada» na sociedade portuguesa.

João Amaral, em nome do PCP, considerou mesmo que o CDS/PP pretendeu «convocar fantasmas para abrir feridas» ao prometer aquilo que sabe de antemão não pode ser cumprido. «Isto é manipulação de sentimentos para efeitos meramente partidários; é uma atitude intolerável na vida democrática», sublinhou o parlamentar comunista, antes de recordar que a estes mesmos portugueses a quem os populares agora se dirigem já o regime fascista encabeçado por Salazar semeara ilusões e fizera promessas que «não poderia cumprir».

João Amaral aludia à manutenção das colónias como território português, algo que do seu ponto de vista o ditador «sabia perfeitamente não ser possível». Sabia-o desde o final da II Gran-

de Guerra, «quando se fortaleceu o movimento anticolonial e quando este teve a expressão que teve no quadro das Nações Unidas e das suas resoluções». Soube-o ainda, recordou, com as lutas desenvolvidas nos anos 60 nos territórios das ex-colónias, com a formação dos movimentos nacionalistas, com o detonar da guerra, ou ainda com a declaração unilateral da independência da Guiné pelo PAIGC.

Ao trazer estes elementos à colação João Amaral fê-lo na convicção de que qualquer abordagem ao tema implica que se fale não apenas do problema mas também das suas causas. Uma perspectiva que por não agradar ao CDS/PP, que não escondeu o seu incómodo, levaria ainda o deputado do PCP a afirmar que se a iniciativa «queria agitar fantasmas», então, «estes são os fantasmas de um processo colonial que envergonhou o País e de que nos libertámos com a Revolução do 25 de Abril».

E se o regresso dos portugueses assumiu efectivamente aspectos dramáticos, como reconheceu João Amaral, não é menos verdade que o processo ulterior de reinserção produziu resultados extraordinários. «O País foi capaz de uma obra que muitos não pensaram que fosse possível. Foi uma obra notável. Foi uma obra de múltiplas solidariedades. Foi também uma obra da administração pública», salientou.

Partindo desta questão central, João Amaral desmontou de seguida os argumentos do

CDS/PP para justificar a necessidade de indemnizações aos chamados espoliados das ex-colónias. A única reacção possível face aos direitos em causa – reportando-se a bens que os portugueses detinham, e que foram expropriados ou nacionalizados – seria, no entender da bancada comunista, intentar acções, se a elas houver lugar, «contra os novos Estados africanos, nunca contra o Estado português, e de acordo com a lei desses Estados».

Qualquer outra solução, como a que está subjacente ao diploma dos populares, seria uma «loucura financeira», como a classificou João Amaral. É que, fala-se – apesar de ninguém saber em rigor nem o universo das pessoas abrangidas nem o montante, o que é em si mesmo uma fragilidade insolúvel do diploma – em verbas que podem atingir mais de seis mil milhões de contos, o que levou João Amaral a chamar a atenção para a necessidade de não esquecer o «País que somos», um «País que ainda paga pensões pouco mais acima de 20 contos».

Separadas por João Amaral deste «jogo de enganos» dos populares foram, entretanto, algumas questões que apelidou de «sérias» e que merecem uma efectiva análise. É o caso, exemplificou, da contagem do tempo de serviço de funcionários do Estado e de empresas particulares, bem como da devolução de bens que estão em instituições portuguesas, consulados e outras, que são da responsabilidade do Estado português.

Censos 2001

Com vista à obtenção de resultados fiáveis, e para que não se repitam as deficiências de 1991, impõe-se que o Governo adopte alguns cuidados na preparação dos Censos 2001. O aviso foi feito pelo deputado comunista Joaquim Matias e foi acompanhado por várias sugestões no sentido da melhoria quer dos conteúdos do inquérito quer da articulação das entidades intervenientes. Estava-se no debate da proposta de lei que autoriza o Governo a realizar os Censos 2001.

Da experiência do censo 91, lembrou Joaquim Matias, importa reter as deficiências de articulação entre o INE e algumas autarquias, bem como, noutro plano, o processo de formação dos inquiridores, marcado também por debilidades nas importantes tarefas de «contacto, esclarecimento e confirmação da veracidade dos inquiridos».

«Como consequência registaram-se deficiências nos resultados obtidos, designadamente no desfazamento registado em muitos concelhos entre o censo populacional e o número de cidadãos eleitores, por falta de resposta de muitas famílias e pessoas singulares, algumas das quais nem chegaram a ser contactadas», assinalou o deputado comunista.

Do seu ponto de vista há igualmente que melhorar, por outro lado, a articulação entre as várias entidades, particularmente entre o INE e as autarquias, havendo simultaneamente que prever medidas de apoio para as autarquias com exiguidade de recursos humanos e técnicos, por forma a não comprometer as operações do Censo 2001.

Necessário, para Joaquim Matias, é haver ainda simplicidade nas perguntas do inquérito e uma campanha de informação e sensibilização com a participação das organizações de Deficientes de modo a que não haja dúvidas sobre o conceito de deficiência no preenchimento do inquérito.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Pela mão do Governo PS Sectores estratégicos entregues ao estrangeiro

Governo transfere para empresas estrangeiras o centro de decisão de sectores estratégicos nacionais

A intensificação do processo de privatizações, assumida pelos governos do PS como uma orientação política prioritária, para além de mostrar um fundamentalismo superior ao dos próprios executivos do PSD, evidencia uma vontade de entregar empresas nacionais estratégicas às mãos de estrangeiros.

O alerta foi dado pelo líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, em declaração política proferida numa das sessões plenárias da semana transacta. Num tom muito duro, acusou o Governo de falta de transparência nas «opções e decisões» por si tomadas em matéria de privatizações, e considerou existirem sérios motivos de preocupação perante a «transferência de sectores estratégicos nacionais para a dependência de interesses e decisões estrangeiras».

Os casos mais recentes da TAP e da GALP são disso mesmo testemunho, confirmando simultaneamente a opacidade que vem caracterizando as decisões do Executivo. No que se refere à transportadora aérea nacional, por exemplo, persiste o que Octávio Teixeira designou por «obscura teimosia» dos governos PS em entregarem a empresa à Swissair, quando existem estudos, inclusive da

própria TAP, que consideram essa parceria ruínosa e aconselham a firmar outras alianças estratégicas.

Não menos paradigmático do actual regabofe, segundo o presidente da formação comunista, é o caso da oferta da GALP (o que significa Petrogal, Transgás, e Gás de Portugal) à ENI italiana. Trata-se, em sua opinião, de uma «operação racionalmente inexplicável», da qual resultará a perda de capacidade de decisão autónoma nacional e a sua transferência para Itália. Isto porque, contrariamente ao que afirmou o secretário de Estado da tutela – que o Estado ficaria com 60,56 por cento do capital social da GALP e que seria salvaguardada uma importante empresa energética –, a verdade é que a participação do Estado baixou para 45,56 e, a curto prazo, passará para 35 por cento. Mais grave ainda, como observou o líder parlamentar comunista, – face à

assunção pela ENI de uma participação de bloqueio no capital da GALP –, é o facto de «nenhuma decisão estratégica, nenhuma decisão de fundo sobre a empresa, sobre o sector energético não eléctrico nacional pode ser tomada sem o acordo e, muito menos, contra a vontade e os interesses italianos».

Escandaloso, ainda no caso GALP, é também o «muito chorado negócio financeiro» de que beneficiaram os grupos privados que haviam adquirido parte da Petrogal por altura da sua privatização parcial. «Em apenas oito anos, os grupos económicos reunidos na Petrocontrol viram o seu “investimento” inicial de oito milhões de contos e uns empréstimos que entretanto foram obtendo na ordem dos 80 milhões de contos render-lhes a módica quantia de 193 milhões de contos», denunciou Octávio Teixeira, lembrando ainda que, isto, «sem pagarem quaisquer impostos sobre tão volumosas mais-valias!»



Desmontada pelo presidente da formação comunista foi ainda, noutro plano, a operação que pretende inculcar na opinião pública a ideia de que existe um «PS/partido de esquerda» e um «Governo do PS/bloco conservador» - numa referência a recente artigo do ex-deputado

do PS Henrique Neto publicado no «Diário de Notícias». Por outras palavras, que o PS «é, simultaneamente, Governo e oposição de esquerda ao Governo». Classificando-a uma «habilidade» destinada a iludir os portugueses, Octávio Teixeira fez notar que a «orientação e as prá-

ticas políticas do Governo do PS e do eng. Guterres são, indeclinavelmente, as orientações e práticas políticas aceites e apoiadas pelo PS e pelo Grupo Parlamentar do PS». «Não há um PS no Governo e outro PS, alegadamente de esquerda, fora do Governo», concluiu.

Por iniciativa do PCP Audição sobre os Laboratórios de Investigação Científica do Estado

O Grupo Parlamentar comunista, numa iniciativa conjunta com a Comissão para as Questões de Ciência e Tecnologia do PCP, realizará no próximo dia 8 uma Audição sobre os Laboratórios do Estado.

Com início às 15 horas, na Sala Lisboa, na Assembleia da República, esta iniciativa visa proceder a um balanço sobre a aplicação do decreto-lei 195/99 de 20 de Abril que estabelece o quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à

investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Mais de oito meses passados sobre a publicação daquele diploma, no entender do PCP, importa saber que passos foram dados e em que ponto se encontra o processo de concretização dos objectivos por ele visados, até para que seja possível atempadamente detectar e corrigir erros ou omissões que a prática tenha posto em evidência.

A tarefa da transformação dos Laboratórios do Estado existen-

tes no sentido da sua consolidação e do desenvolvimento das suas capacidades não é uma tarefa simples sobretudo se lhes não forem atribuídos os recursos que uma tal transformação exige. Por outro lado, a atribuição desses recursos depende de uma clarificação dos objectivos e das funções a desempenhar pelos Laboratórios.

Recorde-se que a nova legislação visava abrir caminho a um tal processo de reforma e mesmo à criação de novos labo-

ratórios em áreas eventualmente a descoberto.

De acordo com o diploma, os Laboratórios do Estado são definidos como «pessoas colectivas públicas de natureza institucional criadas e mantidas com o propósito explícito de prosseguir objectivos da política científica e tecnológica adoptada pelo Governo, mediante a prossecução de actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico e de outros tipos de actividades científicas e técnicas que as respectivas leis orgânicas prevejam, tais como actividades de prestação de serviços, apoio à indústria, peritagens, normalização, certificação, regulamentação e outras».

Ainda segundo o texto do diploma, os Laboratórios do Estado, que gozam de autonomia administrativa e financeira, devem ser «formalmente consultados pelo Governo sobre a definição dos programas e instrumentos da política científica e tecnológica nacional» e integrar «as estruturas de coordenação da política científica e tecnológica previstas na lei, designadamente o Gabinete Coordenador da Política Científica e Tecnológica».

O decreto-lei 195/99 estipula o prazo máximo de um ano para que se proceda às necessárias adaptações das leis orgânicas dos Laboratórios às disposições do novo regime jurídico fixado naquele decreto-lei.

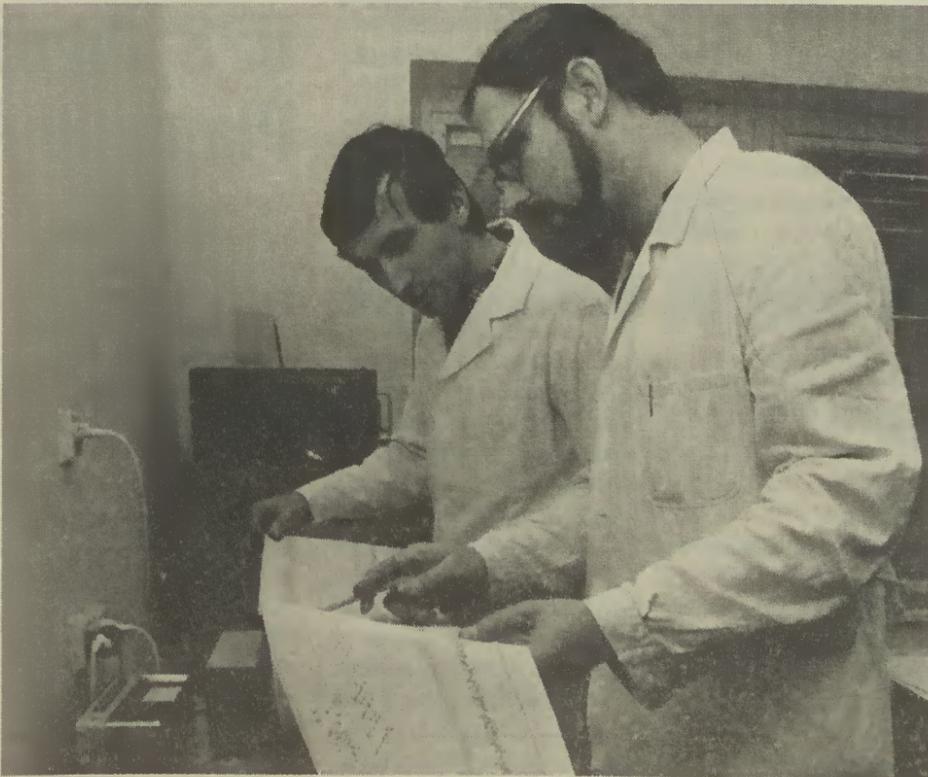
Uso de viaturas oficiais do Estado

O Parlamento fez uma avaliação muito crítica ao decreto-lei do Governo, de Novembro passado, que pretende regular a utilização de viaturas oficiais dos organismos do Estado por trabalhadores sem a categoria de motorista. A apreciação parlamentar do diploma foi suscitada pela bancada do PSD, que acusou o Governo de, «a pretexto de objectivos de funcionalização», ter encontrado «uma forma subtil de promover interesses particulares menos confessáveis».

«A utilização por cidadãos não motoristas das viaturas do Estado deve ser excepcional, mas este decreto-lei acaba por permitir um uso genérico», referiu, por seu turno, o deputado, do PCP, Honório Novo, que exigiu a reformulação do diploma do Executivo e defendeu o alargamento dos quadros de pessoal com vista à inclusão de mais trabalhadores com aquela categoria.

Restringir a aplicação do decreto a situações pontuais, aferidas caso a caso – e nunca perpetuar dando cobertura legal a um procedimento de natureza excepcional –, constitui um princípio central para a bancada comunista, que afirma só compreender esta iniciativa legislativa como forma de não pôr em causa a capacidade de resposta da administração pública a todos os níveis.

Criticado por Honório Novo foi o facto de o diploma não autorizar a atribuição de qualquer subsídio, abono e/ou suplemento aos funcionários sem a categoria de motorista que desempenhem estas funções. Do mesmo modo que considerou não ser aceitável transformar o que é uma possibilidade de funcionários poderem conduzir viaturas oficiais – claramente facultativa – numa imposição por parte de superiores hierárquicos, assumindo assim um carácter obrigatório. «Poder permitir não pode nunca significar poder obrigar», assinalou o parlamentar do PCP, que lamentou ainda não ter o Governo acautelado anteriormente estas questões, com inevitáveis incidências nas carreiras dos trabalhadores da administração central e local.



O desenvolvimento das capacidades dos laboratórios do Estado exige a afectação de recursos e a clarificação das suas funções e objectivos

JCP/Viseu propõe novo parque urbano

Em carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Viseu, a JCP propõe a criação de um novo parque urbano na cidade.

Considerando que começam a faltar espaços verdes e de lazer em Viseu, um facto também muito sentido pelos jovens, a JCP/Viseu a implantação de um terceiro espaço verde, que «seria um espaço com recintos para lazer, mas também culturais».

Este novo espaço verde poderia incluir uma zona para prática de vários desportos, particularmente desportos radicais; um centro de exposições; parque infantil; espaço para piqueniques; anfiteatro ao ar livre; jardim botânico; espaço de restauração. Por outro lado, poderia funcionar como um novo pulmão da cidade «e assim melhorar também o meio ambiente, de que tanto precisamos para viver», sublinham os jovens comunistas e Viseu.

Castanheiro e castanha Encontro em Terroso

Com o objectivo de fazer um levantamento, o mais exaustivo possível, dos problemas ligados ao castanheiro e à castanha, realiza-se no próximo dia 13 de Fevereiro, na Casa do Povo de Terroso, um encontro de técnicos, produtores e demais interessados nesta matéria.

Este encontro procurará auscultar as várias opiniões, permitindo ao PCP dispor de informação adequada para posteriores tomadas de posição, nomeadamente a nível da AR e do Parlamento Europeu.

A iniciativa, promovida pelo PCP, conta com a participação de deputados à Assembleia da República e de Carlos Carvalhas, no encerramento dos trabalhos.

Jogos do futuro em Lisboa

O Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa apresentou às câmaras municipais de todo o país, a quarta edição dos Jogos do futuro, em reunião realizada esta terça-feira, em Monsanto.

Os Jogos do futuro 2000 vão decorrer nos dias 24 e 25 de Junho no Estádio Universitário e em vários espaços desportivos da cidade e constituem, de acordo com o convite endereçado às câmaras, «uma jornada desportiva, aberta a todos os municípios do país, que tem como principal finalidade contribuir para a melhoria sociocultural da população através do desporto».

O andebol, o xadrez, o atletismo, o basquetebol, o futebol de 5, o hóquei em patins, a natação, o ténis de mesas, o ténis de campo e o voleibol de 4, constituem o núcleo das modalidades oficiais dos jogos.

Este ano haverá um reforço da componente convívio, com a disponibilização de equipamento para a prática de um vasto conjunto de modalidades de experimentação, desde fazer escaladas a voar em balões de ar quente.

CDU/Madeira apresenta queixa

A CDU/Madeira vai apresentar em Fevereiro uma queixa ao Tribunal Europeu contra o Governo Regional, Estado português e Comissão Europeia, pelo apoio ao projecto de construção de uma incineradora na Meia Serra.

Esta queixa visa também reparar as consequências negativas - deterioração da qualidade de vida e desvalorização das terras - do rebentamento de um muro de um dos aterros da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Meia Serra, ocorrido em final de Dezembro de 1999, que fez desabar sobre a população do Ribeiro Serrão uma enxurrada de águas lixivantes e lama e contaminou as terras naquela área.

O deputado da CDU/Madeira, Edgar Silva, sublinhou, ao anunciar esta iniciativa, que os direitos das populações da Camacha e do Ribeiro Serrão devem ser salvaguardados, designadamente à saúde e a um meio ambiente de qualidade.

CDU/Sintra contra privatizações

Os vereadores da CDU na Câmara de Sintra acusam a maioria socialista de querer privatizar a recolha do lixo, tomando o serviço mais caro e de pior qualidade.

Estas declarações surgiram na sequência da aprovação, em reunião da Câmara, da proposta de abertura de um concurso público para a recolha de resíduos sólidos nas freguesias de Rio de Mouro e Algueirão/Mem Martins.

Os comunistas criticam, por outro lado, o facto de os municípios continuarem a pagar uma taxa de resíduos sólidos que depende directamente do consumo de água, dois serviços que consideram não estar ligados.

Maceira exige requalificação

Elementos do Movimento Maceira Saudável (MMS) reuniram-se com o ministro do Ambiente, em Leiria, para debater a questão da co-incineração e pedir o início das obras de requalificação ambiental em Maceira.

O MMS quis lembrar ao ministro as promessas do governo de que a freguesia seria requalificada ambientalmente. Promessas que, lembrou o presidente da Junta de Freguesia de Maceira, «não têm nada a ver com a queima dos resíduos tóxicos em Maceira, é uma dívida da Nação para com a freguesia».

O presidente do MMS recordou que o ministro defende a co-incineração como solução para os resíduos perigosos, enquanto o movimento entende que existem outras soluções, evitando a queima em cimenteiras.

Moita apoia ensino básico

A Câmara Municipal da Moita vai celebrar um protocolo de prestação de serviços de formação com a Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclo José Afonso, de Alhos Vedros. Este protocolo abrange alunos inseridos em currículos alternativos e tem como objectivo criar condições que possibilitem aos jovens com dificuldades de aprendizagem/integração escolar, seguir percursos escolares e profissionais alternativos, contribuir para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e proporcionar aos alunos formação.

A câmara disponibilizará instalações e equipamentos necessários ao desenvolvimento das aulas práticas, colaborará na elaboração dos conteúdos programáticos adequados e dará parecer na avaliação dos formandos.

CDU/Cascais em campanha por mais saúde

As muitas carências que se fazem sentir na área da saúde têm vindo a originar protestos e a mobilizar populações em vários locais do País, nomeadamente na zona da grande Lisboa.

Em Cascais, a CDU iniciou sábado passado uma campanha junto dos utentes dos estabelecimentos de saúde do concelho para que exijam ao governo a construção de um novo hospital e remodelações nos centros de saúde e extensões.

O objectivo é recolher assinaturas junto da população, que serão enviadas à ministra da Saúde, com a «receita para a saúde» do concelho, proposta pelos comunistas.

Em comunicado, a CDU de Cascais denuncia a situação de ruptura que se vive no sector da saúde, por falta de pessoal e meios técnicos no Hospital Condes Castro Guimarães e nos centros de saúde e extensões.

A CDU considera que os estabelecimentos de saúde estão «mal distribuídos face ao crescimento urbanístico e demográfico do concelho», resultando daí que «milhares de munícipes não dispõem de médico de família».

A campanha «Mais saúde para Cascais» passa pela apresentação e divulgação das pro-

postas concretas da CDU, que exige mais médicos e enfermeiros para o Conde Castro Guimarães e a construção do novo hospital de Cascais num prazo de quatro anos.

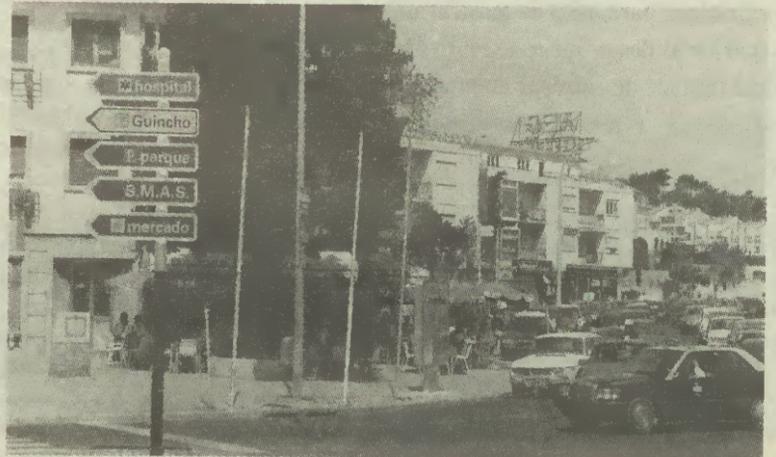
Para aliviar as urgências hospitalares, a CDU quer um novo centro de saúde em Alcávideche e a remodelação das extensões do Estoril, Tires e Fontainhas.

São ainda propostas novas extensões de centros de saúde, na Torre, Malveira da Serra, Manique, Amoreira, Carcavelos, Abóboda, Murtal e Galiza, todas dotadas de «equipamentos básicos de diagnóstico e a funcionarem até às 24 horas».

A CDU sugere ainda a cria-

ção de um Conselho Municipal de Saúde, a elaboração de uma Carta de Saúde e a aplicação de uma política educativa de prevenção primária de saúde.

melhores condições de salubridade, higiene e bem-estar para os utentes e pessoal, a manutenção do serviço de atendimento permanente e com melhores



Cascais ressent-se dos problemas que se registam na área da saúde

Moita e Bobadela

A Câmara Municipal da Moita aprovou uma moção contra o encerramento do Hospital Concelhio de Alhos Vedros.

Solidarizando-se com as populações, a Câmara compromete-se a fazer todas as diligências possíveis para impedir o encerramento daquela unidade hospitalar, bem como «reclamar

condições de funcionamento e a melhoria das condições do serviço de internamento».

Em comunicado de imprensa, a Câmara da Moita considera que encerrar este hospital é impor aos munícipes do concelho a deslocação para o Hospital Distrital do Barreiro, «o que significa longas esperas por uma consulta que chegam a atingir dois anos e despesas ainda mais acrescidas».

A autarquia considera que o Hospital de Alhos Vedros «dispõe de condições para funcionar como unidade de apoio de retaguarda e triagem para o Hospital do Barreiro».

Na Bobadela, está em causa o possível encerramento da extensão do Centro de Saúde de Sacavém.

Com a construção do Centro de Saúde de S. João da Talha, o Ministério da Saúde pretendia encerrar esta extensão, facto que tem vindo a preocupar a população local que, ao fim de quase 30 anos com um posto médico provisório, «não pode voltar atrás e ficar sem o seu centro de saúde», como se sublinha em comunicado da CDU.

Moradores de Lamas Vigília de protesto

Em pleno coração da freguesia de Paranhos, a maior da cidade do Porto, a ilha de Lamas, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, alberga cerca de 25 famílias, mais de uma centena de pessoas, que vivem em condições de grande degradação, em convívio diário com esgotos a correrem a céu aberto.

Esta situação é tão mais difícil de aceitar quando há dois anos que os moradores esperam que as promessas de nova habitação se cumpram. E ainda mais difícil se torna quando as novas casas, já prontas, se encontram ali bem pertinho.

A CDU tem acompanhado desde sempre este problema, com António Neto, eleito na Assembleia de Freguesia de Paranhos, e Rui Sá, vereador da CDU na Câmara Municipal do Porto (CMP), que têm, junto dos moradores, mostrado a sua solidariedade activa, e nos órgãos autárquicos feito propostas para ultrapassar aquilo a que Rui Sá declarou ser «um problema político da CMP, pois o não realojamento tem a ver com a falta de vistoria dos SMAS e um problema envolvendo águas pluviais».

Fartos de esperar, os moradores decidiram trazer a sua revolta para a rua, na passada sexta-feira.

Durante várias horas, promoveram uma vigília, com velas acesas e panos com inscrições, que teve grande impacto junto da população.

Vale a pena relembrar aqui alguns aspectos concretos das condições em que vivem estas famílias, sintetizados no verão passado, quando de uma visita da CDU a Paranhos.

O destaque foi então dado à falta de instalações sanitárias (seis sanitas e quatro chuveiros de água fria, situados a meio da ilha); à rede de saneamento (com entupimento permanente da fossa séptica); e à degrada-

ção dos telhados (permanentes infiltrações de água, pondo mesmo em causa a segurança das pessoas, devido aos curto-circuitos que originam nas instalações eléctricas). Uma situação que se mantém.

Neste quadro, a CDU continuará a acompanhar este processo, em permanente contacto com os moradores, até que sejam transferidos para as novas casas.

UPS apresenta Plano de Actividades

O Plano de Actividades para o ano 2000 da Universidade Popular de Setúbal (UPS) Bento de Jesus Caraça, foi divulgado esta segunda-feira, em conferência de imprensa, em que se apresentou também à comunidade a nova direcção desta associação cultural.

Deste plano, salienta-se a continuação do Fórum Pensar Setúbal, com um ciclo de debates destinado à discussão sobre aspectos do Planeamento e Ordenamento do Território, cuja primeira iniciativa se realiza amanhã, sexta-feira, com Um olhar sobre a cidade por Nuno Teotónio Pereira, incidindo no urbanismo e arquitectura da cidade.

O ciclo de debates prossegue até Abril, com mais três temáticas,

abordando aspectos da sociologia, do património natural e arqueológico, da história do trabalho e ainda sobre questões de desenvolvimento e qualidade de vida.

Um outro ciclo de debates, sobre a Arrábida, a realizar em Maio, inclui dois cursos livres, um sobre o Património da Arrábida e outro designado Introdução à Ecologia do Sado.

A partir de Outubro terá lugar um ciclo sobre questões sociais: exclusão, pobreza e desemprego. Criar-se-á o Observatório de Ecologia Urbana cujo objectivo é zelar e intervir na área do património histórico, ecológico e urbano da região.

No sentido de discutir saúde, desenvolver-se-ão dois seminários sobre a Saúde na Adolescência, nos

meses de Março a Abril, e Segurança no Trabalho, em Outubro.

No Verão terá lugar um curso livre sobre Cidadania e Direitos.

Nas férias da Páscoa desenvolver-se-á o atelier para crianças dos 8 aos 88 anos «SOL - Realidades e Fantasias», em torno do tema Galileu Galilei - Valor científico e valor moral da sua obra.

Com este plano de actividades, a UPS propõe-se «cruzar as necessidades de participação, de discussão e debate público dos cidadãos setubalenses em torno da sua qualidade de vida, do ambiente social e cultural, do seu património natural, histórico e ambiental, com as necessidades de intervir mais e melhor pelos direitos e valores da humanidade».

EUROPA

Comissão propõe fim do veto

As propostas da Comissão Europeia para a Conferência Intergovernamental sobre a reforma institucional da UE prevêem, entre outras medidas, a eliminação do direito de veto de um só Estado, sobre a iniciativa de pelo menos outros oito. O documento, que foi apresentado na semana passada por Romano Prodi, aponta ainda para a limitação dos membros da Comissão Europeia a um número de 20, o que implicaria introdução de um sistema rotativo, ou adopção de um sistema de um comissário por país. Esta alteração pressupõe o reforço dos poderes dos Estados mais populosos da União, que perdem um dos seus dois comissários, através da reponderação dos votos no Conselho, ou através de uma maioria constituída pela maioria simples dos Estados membros que representam a maior parte da população da UE. Outro princípio anunciado prende-se ao fim da unanimidade no processo de tomada de decisões onde passa a ser necessária apenas a maioria qualificada, à excepção de questões internacionais, alguns acordos internacionais e algumas matérias relativas à política fiscal e à segurança social.

Chipre abole pena de morte

Os Quinze felicitaram Chipre pela decisão de ratificar um protocolo da Convenção Europeia de salvaguarda dos direitos do homem respeitante à abolição da pena de morte. Numa declaração, a presidência portuguesa salienta o passo dado por este país e reitera ao seu apoio à posição do Conselho da Europa que defende a abolição universal da pena de morte, insistindo na manutenção das moratórias existentes sobre as execuções nos países europeus onde a pena ainda vigora.

PE apoia Venezuela

O Parlamento Europeu aprovou um resolução onde para além de do montante de 3,6 milhões de euros já anunciados pela Comissão Europeia, solicita outras medidas, nomeadamente a avaliação das necessidades mais urgentes e oferta de colaboração na reconstrução das zonas afectadas. O texto aprovado com os votos dos comunistas portugueses solicita a participação activa da Comissão e dos Estados membros no lançamento e na organização de uma Conferência Internacional de Doadores que estabeleça a coordenação da ajuda internacional.

30.º Fórum Económico Mundial em Davos Das certezas dos ricos desconfiam os pobres

Enquanto três dezenas de chefes de Estado e de governo e cerca de 1200 líderes empresariais discutiam as virtudes da economia mundializada, centenas de manifestantes conseguiram acercar-se do centro de congresso de Davos, na Suíça, para protestar contra um «polítburo da Internacional Capitalista».



Pobreza global: o processo de mundialização agrava as desigualdades e exclui milhões da partilha das novas riquezas (foto de arquivo)

No sábado, um despacho da Agência dava conta da marcha de mais de dois mil manifestantes para junto do centro de Congressos de Davos, cujo avanço entretanto a polícia conseguiu conter. A manifestação fora proibida

pelo município de Davos, mas as diversas organizações aintiglobalização, que já tinham marcado presença em Seattle, mantiveram a convocatória para o dia em que Clinton estaria na vila, para discursar sobre as vantagens

ma coisa que queremos é uma economia mundial menos integrada», disse o presidente, defendendo que os que não apoiam a OMC «estão totalmente errados ou pouco esclarecidos».

Cá fora, manifestantes encapuçados eram afastados da entrada principal do edifício por militares e polícias depois de terem arremessado *verylights*. Antes tinham-se verificado confrontos com as forças da ordem e os vidros de um restaurante McDonalds foram partidos.

O novo mundo de Blair

Na sexta-feira, o primeiro ministro inglês, Tony Blair, afirmou esperar que a Cimeira Extraordinária de Lisboa marque uma mudança definitiva em direcção à reforma da União Europeia. Falando de um mundo novo, Blair disse que a nova economia não diminui a necessidade de políticas fiscais e monetárias que privilegiem a disciplina, estabilidade e transparência. Em segundo lugar, no período de mudanças aceleradas na estrutura industrial que se prevê, cabe aos governos encorajar o desenvolvimento tecnológico, investir na ciência e sobretudo promover a concorrência e suprimir as barreiras ao desenvolvimento dos negócios. Por último, o governante considerou fundamental uma profunda reforma no sistema de segurança social e no mercado de trabalho.

Também Clinton não esqueceria no dia seguinte as áreas sociais: a globalização, disse, não se resume a aspectos económicos, mas estende-se à educação e à saúde. Resta saber sob que modelo e com que consequências.

da Organização Mundial do Comércio.

Depois dos acontecimentos de Seattle, esta foi a primeira ocasião para o presidente dos EUA insistir na necessidade de uma nova ronda negocial que abra ainda mais as portas dos mercados nacionais à oferta das empresas com dimensão planetária.

Ao mesmo tempo, diplomaticamente, Clinton apelou à não marginalização dos adversários da globalização, afirmando optar pelo esclarecimento destes de forma a obter um consenso no novo ciclo de negociações entre os 135 membros da Organização Mundial do Comércio. «A últi-

Deputada ouve queixas de agricultores

A deputada do PCP no Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, participou na passada sexta-feira, 28, num conjunto de iniciativas no concelho de Oliveira do Bairro, sua terra natal, onde foi recebida por eleitos autárquicos e dirigentes partidários locais.

Acompanhada por uma delegação do PCP, composta por Artur Ramísio, Fernando Peixinho e Amílcar Madeira, a deputada trocou opiniões sobre política autárquica, constatando a falta de informação por parte do Governo, acerca das candidaturas aos fundos comunitários do III Quadro Comunitário de Apoio.

Depois das visitas ao Centro Ambiente Para Todos e à União Filarmónica do Troviscal, a deputada deslocou-se à Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Oliveira do Bairro, onde cerca de meia centena de agricultores aproveitaram para falar sobre questões da agricultura.

Os elevados custos dos factores de produção e os baixos preços pagos à produção, a dificuldade em competir com os produtos de outros países postos à venda no mercado nacional, na generalidade de inferior qualidade, como são os casos da entrada de gado doente através das fronteiras, a importação de na-

vios e camiões-cisterna com vinhos e mostos estrangeiros, são apenas algumas das situações apontadas pelos presentes para ilustrar as dificuldades com que se confrontam.

Ilda Figueiredo denunciou a atitude subserviente do Governo relativamente aos interesses dos países mais desenvolvidos, os quais procuram transformar Portugal num país de consumidores dos seus excedentes e fornecedor de mão-de-obra desqualificada e barata.

Entre as várias medidas que defendeu destacam-se: a necessidade do rigoroso controlo de qualidade dos produtos estrangeiros que entram no espaço nacional; o investimento na promoção dos produtos agrícolas portugueses, dado que na grande maioria dos casos são de melhor qualidade; a alteração dos critérios de atribuição de subsídios, baseando-os na efectiva produção agrícola e não na quantidade de terra que se possui, como actualmente acontece e que tem dado origem a que 90 por cento dos subsídios comunitários sejam escandalosamente entregues a meia dúzia de grandes latifundiários do Alentejo, que nem são agricultores nem, em muitos casos, colhem o que semearam para justificar a candidatu-

ra aos subsídios, enquanto a maioria dos pequenos e médios agricultores pouco ou mesmo nada recebem.

Salientando que a luta por uma política agrícola diferente também tem de ser levada a cabo pelos próprios agricultores e pelas suas associações, Ilda Figueiredo garantiu que iria ser porta-voz, levando os seus protestos e opiniões ao governantes portugueses e ao Parlamento Europeu.

Suíça dificulta integração de estrangeiros

A decisão do governo suíço de passar a Comissão Federal de Estrangeiros para a alçada do Ministério da Justiça e Polícias foi apresentada no Parlamento Europeu pela deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, que considera que esta medida pode estar em contradição com o espírito do acordo sobre a livre circulação entre a União Europeia e a Suíça.

A pergunta escrita à Comissão Europeia recorda que a Comissão Federal de Estrangeiros era uma comissão extraparlamentar que tinha como principal missão as questões relacionadas com a integração dos estrangeiros. Este organismo é constituído por 28 membros, dos quais sete são estrangeiros em representação das respectivas comunidades (nomeadamente de países da União Europeia), sendo os restantes

membros do Governo e dos diversos parceiros sociais.

Recentemente, o Conselho Federal decidiu integrar a Comissão no Departamento Federal de Estrangeiros, um organismo que depende directamente do Ministério da Justiça e Polícias, que tutela os serviços da polícia dos estrangeiros, a atribuição das quotas de autorização de trabalho para os estrangeiros e a concessão de vistos.

Ilda Figueiredo refere ainda que esta decisão tem tido uma forte oposição de membros da Comissão e do seu próprio presidente que entretanto já apresentaram a sua demissão. Também as mais de 650 associações de estrangeiros naquele país já se manifestaram propondo que a Comissão fique debaixo da alçada do Ministério do Interior ou de um delegado independente.

INTERNACIONAL

Eleições em Angola

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) saudou o anúncio feito pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, de realização em 2001 de eleições legislativas e presidenciais em Angola. Em comunicado divulgado no início da semana em Lisboa, o CPLP refere ter «tomado boa nota das medidas que vêm sendo adoptadas pelo governo angolano para reposição da legalidade constitucional em todo o território e da consolidação do processo democrático», destacando designadamente «a revisão da Constituição e da legislação eleitoral, a elaboração do recenseamento e a realização de eleições legislativas e presidenciais anunciadas pelo chefe de Estado angolano». O texto da CPLP reafirma ainda o seu apoio ao reforço das sanções da ONU contra a UNITA, que acusa de «sistemático desrespeito» pelas decisões do Conselho de Segurança.

Pena suspensa

O governador do Estado norte-americano de Illinois, George Ryan, anunciou segunda-feira a suspensão por tempo ilimitado da execução de penas de morte, considerando «vergonhoso» o balanço da justiça do Estado, que enviou 13 pessoas inocentes para o corredor da morte desde 1977. Os 13 condenados foram libertados após vários anos de prisão. «Devemos agir antes que um erro fatal seja cometido», disse Ryan, justificando a sua decisão. O estado de Illinois possui «a pior taxa» de erros judiciais dos Estados Unidos: 4,7 por cento.

Hezbollah ataca no Líbano

O primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, ameaçou suspender as negociações com a Síria se Damasco não impedir o Hezbollah de prosseguir os ataques no sul do Líbano, que segunda-feira mataram três soldados israelitas. «O governo israelita não poderá realizar negociações de paz se os sírios não impedirem o Hezbollah de actuar contra as tropas do Exército do sul do Líbano na zona de segurança», afirmou Barak num comunicado emitido após uma reunião do gabinete de segurança consagrada à situação no Líbano. «A ausência de um clima de paz torna difícil realizar negociações de paz com a Síria», sublinhou. As conversações israelo-sírias estão congeladas desde a segunda ronda de negociações, que terminou sem resultados a 10 de Janeiro nos Estados Unidos.

Negociações sobre Chipre

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, classificou de profícuos os encontros que manteve em Genebra (Suíça) com os líderes cipriota e da comunidade turca do norte da ilha de Chipre, ocupada militarmente pela Turquia

EUA Custódia de Elián decidida este mês

O juiz norte-americano William Hoevler antecipou para 22 de Fevereiro a data da audiência sobre a custódia de Elián Gonzalez, inicialmente marcada para o início de Março. A decisão foi tomada após uma reunião entre o juiz e os advogados que representam o governo norte-americano e os familiares de Elián que pretendem manter a criança em Miami.

A nova data foi marcada um dia depois do mesmo juiz ter fixado a audiência para o início de Março, o que desencadeou vivos protestos dos familiares directos (pai e avós) que lutam pelo regresso da criança a Cuba o mais rápido possível.

De acordo com o novo prazo, os representantes dos familiares de Elián em disputa pela tutela da criança terão até 14 de Fevereiro para defender perante o tribunal federal os seus argumentos e o governo poderá responder o mais tardar até 18 de Fevereiro.

Recorda-se que os serviços de imigração norte-americanos decidiram no início de Janeiro que a criança devia ser entregue ao pai, seu único representante legal. A decisão, embora a única legítima, pecou por tardia, já que

surgiu com o caso transformado numa questão política e em mais uma arma de confrontação contra Cuba. A mobilização da mafia cubana em Miami não se fez esperar, em campanhas mediáticas e recurso aos tribunais. Apanhado nas malhas da sua própria teia, o governo norte-americano, tão expedito a expulsar outros imigrantes clandestinos, parece não saber como sair do imbróglio.

Entretanto, o regresso a Cuba do pequeno Elián ganhou já muitos adeptos nos EUA. No sábado passado, em Miami, centenas de manifestantes concentraram-se em frente dos escritórios do Serviço de Imigração e Naturalização defendendo que o jovem cubano deve ser restituído ao pai, que vive em Cuba e reivindica o

repatriamento do filho. A manifestação foi convocada pela organização Pastores da Paz, um grupo religioso que se opõe ao embargo dos EUA a Cuba. Segundo a Lusa, um dos organizadores da manifestação, o pastor Lucius Walker, referiu que a controvérsia sobre o futuro de Elián Gonzalez é uma «questão sensível entre pai e filho». «A questão não é Cuba, nem Fidel», defendeu Walker falando para os manifestantes, uns de nacionalidade norte-americana e outros cubanos exilados nos Estados Unidos.

Elián não está à venda

Quanto vale o menino balseiro sequestrado nos EUA? A pergunta não é de retórica e a resposta não é fácil, mas não restam quaisquer dúvidas de que para os afastados parentes da criança e para a mafia cubana de Miami ela constitui uma mais valia que estão dispostos a preservar a todo o custo. Para além das quantias, necessariamente avultadas, envolvidas no processo legal e respectiva campanha para manter Elián em território



As manifestações exigindo a libertação de Elián e o seu regresso a Cuba tornaram-se uma constante em Havana

norte-americano, os interesses envolvidos propuseram-se mesmo «comprar» a criança, literalmente falando.

Aparentemente, para os seus familiares de Miami (ou para quem os financia...), Elián vale dois milhões de dólares, um carro e uma casa. Essa foi pelo menos a oferta feita ao pai, Juan Miguel González, em troca do seu consentimento a que o menor permaneça nos EUA.

Uma outra proposta, mais «generosa» foi feita por uma igreja não identificada: quatro milhões de dólares.

O negócio não se concretizou. Nem a dignidade nem o filho de Juan Miguel González estão à venda, mas isso é algo que, pre-

sume-se, deve estar fora do alcance da compreensão dos compradores.

As ofertas não caíram no entanto em saco roto, e constam agora do relatório de mais de 400 páginas que o Serviço de Imigração e Naturalização (INS) dos EUA apresentou perante um juiz federal opondo-se à demanda que procura impedir que Elián seja repatriado para Cuba, como exige o pai. O relatório foi divulgado na passada quinta-feira durante a audiência efectuada perante o juiz William Hoevler e inclui, entre outras coisas, as duas entrevistas com o pai da criança realizadas pelo INS em Cuba, nos dias 13 e 31 de Dezembro.

Espanha Acordo de governo entre PSOE e IU

O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e a coligação Esquerda Unida (IU) chegaram domingo à noite a «um acordo sobre o programa de base do Governo» com vista às eleições legislativas de 12 de Março.

O acordo, que não incluiu a apresentação de listas conjuntas, visa, entre outras coisas, impedir uma nova vitória do PP de Aznar e assegurar a investidura como primeiro-ministro do candidato do PSOE, Joaquín Almunia, caso socialistas e comunistas obtenham maioria absoluta nas próximas eleições.

Depois de uma verdadeira maratona negocial, o secretário de Organização do PSOE, Cipriá Ciscar, e o secretário da Presidência Federal da IU, Vítor Rios, anunciaram não ter havido consenso quanto à proposta socialista para que a Esquerda Unida retirasse as suas candidaturas em 14 circunscricões para o Congresso.

A proposta do PSOE, segundo Ciscar, consistia em abrir as listas socialistas «a militantes da IU ou independentes, sindicalistas ou profissionais». Por outro lado, nas 30 circunscricões em que o Partido Popular obteve nas eleições de 1996 os três senadores em disputa, o PSOE propôs um «apoio mútuo» no Senado a dois candidatos socialistas e um da Esquerda Unida.

O «número dois» do PSOE afirmou que o clima que rodeou as conversações foi «muito positivo», de confiança e de sinceridade.

Por seu lado, o secretário da presidência da IU, Vítor Rios, anunciou que as direcções de ambos os partidos «continuarão a procurar fórmulas que permitam ao voto de esquerda aumentar os seus lugares no parlamento».

Entretanto, já na segunda-feira, ambos os partidos reafirmaram a sua decisão de selar o acordo alcançado sobre o programa comum de governo, bem como o pacto de se apresentarem juntos ao Senado, em 30 círculos eleitorais. Em aberto continuava, há hora de encerramento da nossa edição, a possibilidade da IU não se apresentar em oito províncias, garantindo o PSOE a inclusão nas suas listas de candidatos daquela formação. O secretário geral socialista, Joaquín Almunia, apelou ao seu congénere da IU, Francisco Frutos, um «esforço» para se chegar a acordo. Uma proposta de Frutos para os dois partidos concorrerem juntos nas circunscricões de Álava, Burgos, Castellón, Huesca, Salamanca, Teruel, Toledo e Valladolid com listas de cidadãos não foi aceite, por o PSOE considerar que essa fórmula é «imprópria» nas relações entre partidos.

Os juízes também se vendem

Os EUA poderiam ter salvo a face no «caso Elián» se se tivesse cumprido a deliberação de 6 de Janeiro do Serviço de Imigração e Naturalização (INS) que reconhecia a legitimidade das pretensões do pai da criança e determinava o seu regresso a Cuba no dia 14 desse mês. Tal não aconteceu. Após uma violenta manifestação de reaccionários cubanos em Miami que obrigou à detenção de dezenas de pessoas, Lazaro González, um parente afastado da criança, recorre ao tribunal do estado da Florida, o qual, a 10 de Janeiro, por decisão da juíza Rosa Rodriguez, lhe entrega a custódia temporária do menino.

A decisão bloqueou o regresso de Elián a casa e permitiu aos seus manipuladores ganhar tempo para levar a cabo outras iniciativas. Rodriguez justificou a sua decisão dizendo acreditar nos parentes de Elián quando afirmavam que um regresso da criança a Cuba provocaria «danos irreparáveis, incluindo perda de direitos e danos no seu bem-estar físico e psicológico». Curiosamente, a juíza Rodriguez não se questionou sobre os danos irreparáveis provocados a uma criança que está a ser manipulada ao sabor dos interesses anticomunistas dos cubano-americanos.

Vale a pena questionar o que levou Rodriguez a tripudiar as regras do poder paternal vigentes no próprio sistema capitalista e a exceder as competências legais que lhe estão atribuídas. À luz da legislação norte-americana, como reconhecem especialistas como o Prof. David Abraham da Universidade de

Miami, um juiz estadual não tem capacidade para intervir numa batalha legal envolvendo a lei federal sobre imigração. «Ela está [a juíza Rodriguez] a facilitar de facto o rapto desta criança», afirma David Abraham.

Um breve olhar para o passado recente de Rodriguez revela as suas motivações. Um dia depois da sua deliberação sobre Elián, vieram a público informações sobre os laços que ligam a juíza a Armando Gutierrez, o porta-voz dos familiares da criança em Miami.

Rodriguez está grata a Gutierrez. Tão grata que pagou um total de 63 446.22 dólares à empresa de Gutierrez e da sua mulher Maritza, a Creativa Ideas Inc., pelos serviços prestados na campanha que levaram à sua eleição para o lugar de magistrada. A notícia data de Julho e causou mal-estar entre os que nos EUA ainda se preocupam com questões de ética. O Prof. Anthony Alfieri, director do Centro para a Ética e Serviço Público na Universidade de Miami, não hesitou mesmo em afirmar que a juíza violou o Código da Conduta Judicial ao ocultar a sua relação com a referida empresa. Os promotores de justiça do Estado encarregados da luta contra a corrupção estão a investigar o caso.

Gutierrez, hoje apresentado como o «estratega político» da família de Elián, não se limitou a orquestrar pessoalmente uma campanha mediática para manter a criança nos EUA. Segundo alguns observadores, procurou, e conseguiu sem dificuldades, o «melhor juiz que o dinheiro pode comprar» para ajudar à causa.

Alemanha Partido de Kohl atolado no escândalo

O escândalo do financiamento ilegal da CDU do ex-chanceler Helmut Kohl continua a aumentar. Segundo a edição de sábado do diário francês *Le Monde*, cento e cinco pessoas, entre elas dois ex-ministros alemães, terão recebido comissões ocultas da Elf - Aquitaine International no quadro das negociações com as autoridades alemãs sobre a refinaria de Leuna.

O jornal, que cita «várias fontes dignas de fé» ligadas ao grupo Elf, explica que o número total de beneficiários no período considerado (1989-1993) «seria bem mais importante que o deixado transparecer pelo inquérito francês». Entre as personalidades alemãs beneficiárias, *Le Monde* cita os nomes dos antigos ministros Agnes Hurland-Buning e Hans Friedrichs.

O caso não parece preocupar o chanceler Gerhard Schroeder, que numa coluna de opinião publicada no mesmo jornal considera que a crise desencadeada com o caso do financiamento oculto da CDU «não significa a crise do Estado» germânico. Schroeder defende que a crise da União Cristã Democrata «não afecta nem o país nem as instituições» e que a Alemanha, neste ano, «será um parceiro fiável» para o aprofundamento da integração europeia. Trata-se de uma posição cada vez mais difícil de sustentar, já que os novos desenvolvimentos revelam que a teia de corrupção é bem mais vasta do que se podia supor.

Na sexta-feira, a polícia efectuou buscas aos gabinetes e à casa do ex-ministro do Interior alemão Manfred Kanther, antigo presidente da CDU de Hesse, por ordem do tribunal de Wiesbaden (centro-occidental), que investiga as contas paralelas da União



Helmut Kohl, um ídolo com pés de barro

Cristã Democrata naquele estado federado. Anteriormente, o tribunal já havia aberto um processo contra o antigo conselheiro fiscal da CDU Horst Weyrauch, e o antigo tesoureiro da CDU no Hesse, o príncipe Casimir de Sayn-Wittgenstein.

Kanther reconheceu a 16 de Janeiro que a CDU de Hesse prestou falsas declarações ao apresentar como proveniente de heranças, nomeadamente de simpatizantes judeus falecidos, milhões de marcos enviados para contas secretas na Suíça.

Ramificações no estrangeiro

Segundo o semanário *Welt Am Sonntag*, na sua edição do passado sábado, os montantes

enviados para o estrangeiro beneficiaram também o partido a nível federal.

O jornal baseia-se no relatório provisório de um especialista empregado pela CDU de Hesse e que estava encarregado de analisar as transações financeiras na Alemanha e no estrangeiro. O semanário dá também conhecimento de uma conta bancária do antigo conselheiro financeiro da CDU, Horst Weyrauch. Segundo os dois documentos, em Dezembro de 1992, Weyrauch retirou 900 mil marcos (cerca de 92 mil contos) de uma conta secreta aberta no «Frankfurter Metallbank» por si próprio e pelo ex-tesoureiro da CDU de Hesse, Casimir Prinz Wittgenstein. Não há rasto dessa verba nas contas do partido regional, mas o montante corresponde ao depositado por Weyrauch numa conta aberta em seu nome para a CDU federal num outro banco de Frankfurt, o «Georg HauckeSohne».

Entretanto, segundo o «Spiegel», a lavagem dos dinheiros ilegais da CDU não se limita ao Lichtenstein e à Suíça mas estende-se já até ao Panamá, onde na capital, Assunção, um homem de

Serviços secretos financiaram o PS

O segundo canal da TV alemã ZDF anunciou no seu jornal da noite de domingo último que os partidos socialistas português e espanhol foram financiados durante o governo de Helmut Schmidt pelo BND, serviços secretos alemães, com cerca de quarenta milhões de marcos. Ainda segundo a ZDF, aquele dinheiro destinou-se a «impedir a subida dos comunistas ao poder».

Poucos dias antes, no Programa Panorama a propósito de uma reportagem sobre os candidatos às eleições americanas em que se demonstrava que será eleito o candidato cuja campanha contar com os maiores apoios financeiros, o comentador concluía perguntando se não terá chegado o momento de os regimes parlamentares ocidentais se interrogarem se o poder e a soberania ainda residem no povo ou se reside no capital.

negócios da confiança do príncipe Wittgenstein e de Horst Weyrauch, responsáveis pelos dinheiros do partido, terá emitido documentos falsos e utilizado o «La Sabina Bank». O banco já terá sido encerrado pelas autoridades daquele país por infracção à lei contra a lavagem de dinheiros.

Por seu turno, o actual secretário-geral da CDU, Wolfgang

Schäuble, viu-se obrigado a confirmar mais um encontro com o negociante de armas Schreiber, o que está a aumentar o coro dos que exigem a sua demissão da direcção da democracia-cristã. Até agora Schäuble afirmara ter apenas aceite por acaso uma oferta de cem mil marcos mas não ter mantido quaisquer outros contactos com Schreiber.

Grécia Governo socialista persegue comunistas

O jornal do Partido Comunista da Grécia, *Rizospastis*, é acusado de difamação pelo ministro da Justiça do governo do PASOK, Evangelos Giannopoulos, que exige ser indemnizado em cerca de dois milhões de dólares.

O ministro da Justiça grego acusa o *Rizospastis* de «calúnia e ofensa pessoal» em reportagens publicadas a propósito de um processo em que foi acusado de ter colaborado com os nazis. Na ocasião, representantes de todos os partidos, à excepção do PASOK (socialista), e das mais diversas organizações exigiram a demissão do ministro para não influenciar o desenvolvimento do processo, tendo em conta que o acusado era o «chefe político» das instâncias judiciais do país. Tal não sucedeu e Evangelos Giannopoulos, apesar de não ter conseguido provar a sua alegada qualidade de «resistente», ganhou a causa.

A acusação contra o jornal comunista surge no seguimento deste caso, provocando de imediato uma forte vaga de protestos a que se juntou o forte sindicato dos jornais e jornalistas do país (ESYEA).

Não é a primeira vez que o *Rizospastis* é obrigado a responder na justiça a acusações deste tipo. Desde a legalização do PCG em 1974, muitos processos lhe foram instaurados por ministros do PASOK e da Nova Democracia, sempre ganhos pelo jornal.

Manobra e intimidação

O que torna este novo caso diferente é o facto de ser movido pelo ministro da Justiça, o que sucede pela primeira vez. Na opinião do PCG, a explicação é simples: o actual processo tem como objecti-

vo intimidar sobretudo os jovens e o movimento de protesto generalizado que se vive nas escolas, envolvendo estudantes, professores, organizações sindicais e organizações de pais, que apesar de abranger praticamente todos os partidos políticos é influenciado de forma determinante pela juventude comunista.

Este movimento começou o ano passado na sequência de uma reforma geral do ensino promovida pelo governo e considerado muito reaccionária. O objectivo da reforma, consideram os seus opositores, é o de retirar aos jovens das camadas sociais mais pobres a possibilidade de terminarem a escolaridade básica, fazendo-os entrar no mercado de trabalho cada vez mais cedo e sem um mínimo de formação.

A exemplo do ano anterior, no ano escolar em curso assistiu-se na Grécia a um amplo movimento de protesto que encerrou as escolas durante mais de três meses, já que também os professores entraram em greve. Em Dezembro último, o governo enviou a polícia para as escolas para pôr fim à greve. Em 25 de Janeiro, o próprio ministro da Educação reconhece que as autoridades policiais estavam encarregadas de prender apenas «os membros da juventude comunista», segundo listas fornecidas pelo Ministério da Educação. Estas declarações suscitaram, naturalmente, uma nova vaga de protestos em todo o país.

É neste contexto que surge o processo agora movido contra o *Rizospastis*, que os comunistas gregos consideram fazer parte de uma campanha mais vasta para pôr em causa a legitimidade do PCG. Uma campanha indissociável da «rápida e gravíssima deterioração social no país», fruto da política para fazer entrar a Grécia na moeda única a que acresce ainda a eventualidade de eleições antecipadas justamente porque «o pior está para vir».

desde 1974. Os encontros realizaram-se em separado. Glafcos Clerides e Rauf Denktash, os representantes das duas partes, participam em mais uma ronda negocial sobre o futuro de Chipre, que conta também com a presença dos mediadores, a tróica anglo-russo-norte-americana, mas não se esperam grandes avanços. Os turcos continuam a insistir na aceitação do seu auto-proclamado «estado», só reconhecido por Ancara. Um comunicado divulgado no início da semana pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia exorta ao reconhecimento da «República do Norte de Chipre», condição que diz ser indispensável para a prossecução das negociações e o seu encaminhamento no sentido de uma «solução global».

Bascos presos

Um dirigente independentista basco, quatro militantes e um simpatizante da coligação separatista *Euskal Heeritarok* (EH) foram presas sábado no País Basco e em Navarra (norte), anunciou uma fonte policial espanhola. Estas seis pessoas, cujas identidades não foram divulgadas, foram detidas no âmbito de uma investigação conduzida pelo juiz de Audiência Nacional (principal jurisdição penal) Baltasar Garzon. Esta investigação incidiu sobre o aparelho de relações internacionais dos independentistas, que a polícia suspeita de cobrir os militantes da organização separatista basca no estrangeiro. Participaram nesta operação 270 agentes da polícia nacional espanhola, especificou a mesma fonte.

Eleições no Iraque

Um decreto presidencial fixou para 27 de Março a data das eleições legislativas no Iraque. No escrutínio não participam as três províncias no Curdistão, fora do controlo do Governo iraquiano desde 1991, data em que os Estados Unidos e o Reino Unido criaram uma «zona de segurança» e uma «zona de exclusão aérea», na sequência da Guerra do Golfo. Segundo um comunicado oficial difundido há dias em Bagdad, os iraquianos poderão votar em 15 das 18 províncias do país para eleger os 250 membros da Assembleia Nacional (Parlamento). O comunicado refere que as eleições nas restantes províncias foram adiadas «até que a situação volte à normalidade». Entretanto, em Londres, os deputados trabalhistas começam a manifestar preocupação com o empenho da força aérea da Grã-Bretanha (RAF) no espaço aéreo iraquiano. Segundo o «Independent on Sunday», os mesmos deputados dizem estar inquietos com esta «guerra escondida» que custa aos contribuintes britânicos 7,2 milhões de dólares (cerca de 1,5 milhões de contos) por mês e com tendência a aumentar.

Caso Pinochet Bélgica recorre da decisão de Londres

O Supremo Tribunal de Londres recusou no início da semana os recursos apresentados pelo governo belga e por seis organizações de defesa dos direitos humanos contra a decisão preliminar do ministro do Interior britânico, Jack Straw, de não autorizar a extradição de Augusto Pinochet para Espanha com base no seu estado de saúde.

O processo, todavia, ainda não acabou. Os que pretendem ver Pinochet responder pelos seus crimes perante a Justiça esperam agora que Straw «cumpra a sua palavra de não tomar nenhuma decisão definitiva enquanto existam instâncias judiciais pendentes», como lembrou a presidente da Associação de familiares dos detidos desaparecidos, Viviana Díaz. Ora a Bélgica recorreu de imediato da decisão de Londres. Em Espanha, advogados, juizes, políticos e diversas organizações juntaram-se na exigência às autoridades britânicas para que esgote a via judicial antes de uma decisão definitiva sobre a questão.

A secção espanhola da Amnistia Internacional (AI) condenou entretanto «a decisão do governo espanhol de renunciar a recorrer da decisão de Straw, para como afirma respeitar um compromisso político com o governo do Chile», o que segundo a AI «constitui uma ingerência inaceitável do poder executivo no poder judicial».

Caso venha a regressar ao Chile, onde prosseguem entretanto as investigações sobre os desaparecidos durante a ditadura, Pinochet terá de enfrentar 59 queixas que foram apresentadas contra ele.

■ José Neto

A crise do sistema judicial impõe medidas estruturais inadiáveis

Os números impressionam. Um milhão e 700 mil processos a circular por ano nos tribunais. 40 mil processos prescritos, que ficaram por julgar. 132 mil processos-crime parados só no distrito de Lisboa. Mais de 20 mil perícias por realizar, para efeito de investigação criminal nos laboratórios de polícia científica. 6000 relatórios por fazer, de autópsias já realizadas, algumas há três anos, sem que o Ministério Público possa avançar com os processos na fase de inquérito. Quadro deficitário em 1000 funcionários nos tribunais e 700 na Polícia Judiciária.



A crise tem responsáveis

Os sinais da crise da justiça são visíveis por todo o lado e as suas múltiplas facetas são conhecidas por todos, sobretudo por aqueles que contactam com o sistema de justiça e que são por ele afetados - desde o cidadão comum aos profissionais da Justiça.

É lugar-comum dizer-se que a justiça é lenta, é cara e é distante dos cidadãos. A «novidade» é «descobrir-se» agora que, afinal, na origem disso estão causas há muito detectadas na máquina judiciária e no funcionamento do sistema e nunca combatidas e resolvidas de forma sistemática e global.

Afora o «passa-culpismo» nada edificante a que se assiste entre os vários intervenientes do poder político e do poder judicial, quando é certo que ninguém de bom senso ignora que as responsabilidades são múltiplas, é preciso dizer que a responsabilidade primeira está nos sucessivos governos PS e PSD, na falta de vontade política e no laxismo com que assistiram, sem tomar medidas de fundo, ao progressivo estrangulamento e asfixia de todo o sistema motivado pelo aumento exponencial de processos nos tribunais.

Foi preciso rebotar o escândalo do processo Acqua-Parque, que a todos envergonha, para que surja agora a emergência de uma torrente de medidas saneadoras da situação.

Há quanto tempo vem o PCP propondo o recurso a formas extra judiciais de resolução de conflitos e causas que nunca deviam entrar nos tribunais, porque os afogam e paralisam, acabando, as mais das vezes, no arquivamento por falta de provas?

Há quanto tempo vem o PCP defendendo uma informação e consulta jurídica efectivos, bem como o apoio judiciário digno desse nome, no âmbito de um instituto público de acesso ao direi-

to, que informe os cidadãos, sobretudo os mais carenciados, dos seus direitos e da forma de os exercer e defender perante a Justiça?

Há quanto tempo se vem batendo o PCP por uma investigação criminal eficaz, dotada de estruturas e meios (não apenas na lei mas na prática) que permitam ao Ministério Público e à Polícia Judiciária obterem, em tempo, resultados nas investigações relativas ao crime organizado e à criminalidade económica, para que não caiam no esquecimento, nem fiquem sem julgamento, casos

como os da Expo, da Universidade Moderna, da JAE, etc.?

Há quanto tempo vem o PCP apoiando e secundando as legítimas reivindicações dos profissionais da Justiça à sua dignificação e dos tribunais, quase sempre trabalhando duramente em condições degradantes do ponto de vista físico, com falta de meios e métodos de trabalho arcaicos?

Há quanto tempo se vem batendo o PCP por medidas de desburocratização e simplificação profissional?

O programa do Partido, os seus compromissos eleitorais, mas sobretudo a sua actividade e prática política, quer através da Assembleia da República quer fora dela, estão aí a provar, não apenas a coerência das posições, não apenas a profundidade com que procuramos abordar os problemas, mas sobretudo a determinação com que os enfrentamos e procuramos solucionar.

A Justiça está doente

Seguramente que a um doente politraumatizado, como é o caso da Justiça, não se aplicam apenas analgésicos para aliviar as dores, pensos rápidos ou outras soluções paliativas. Tão-pouco tratamentos de choque, imponderados, a que o doente não resista ou que o levem a um estado de dependência.

Estas parecem ser as soluções que o PS e o PSD apresentam para a Justiça. As primeiras, por incúria ou negligência, não solucionam os problemas. As segundas, por dolo ou negligência grosseira, podem agravá-los irremediavelmente.

Que faz o PS? O PS quer agora «fabricar» juízes para resolver os processos pendentes. Magistrados jubilados voltariam à 1.ª instância, donde saíram há trinta anos, auditores do curso do Cen-

PCP avança com Julgados de Paz



tro de Estudos Judiciários seriam magistrados dois meses mais cedo, advogados e outros juristas fariam as vezes de juizes de carreira por um prazo de dois anos.

Mas faz mais o PS. Anuncia que, por falta de magistrados, vai retirar ao Ministério Público a representação do Estado e as competências que detém nos Tribunais de Trabalho, na área da defesa dos direitos dos trabalhadores, substituindo o Ministério Público por escritórios de advogados.

E, pasme-se, quer alcançar a conciliação das partes nos processos ou a desistência de queixa, através de compensações financeiras.

Não se ignora, nas actuais circunstâncias, a insuficiência de magistrados ou a necessidade urgente de preencher o quadro de funcionários (que o Governo anunciou ir concretizar a breve prazo). Mas estas medidas, de duvidosa exequibilidade e eficácia, não vão resolver os problemas de fundo.

E que faz o PSD? Propõe mais uma revisão constitucional. Nada menos do que isso, e já! Para resolver de vez os problemas da justiça, dizem. Para acabar de vez com a justiça, dizemos nós.

Que quer o PSD? Alterar de novo os Conselhos Superiores da Magistratura, acabando com os magistrados eleitos pelos seus pares. Colocar o ministro da Justiça no topo do Conselho Superior da Magistratura. Voltar a modificar a forma de nomeação e o estatuto do Procurador Geral da República (PGR). Alterar de novo o modelo de investigação criminal. Concretizar, já, o princípio da oportunidade em matéria penal proposto pelo PS.

O PSD cantou vitória na última revisão constitucional. Mas soube-lhe a pouco. Volta agora à carga. Percebe-se a intenção. Vem de trás. Visa impor a *law and order* na justiça, pôr a toque de caixa os magistrados, meter na ordem o PGR. Visa, enfim, governamentalizar a administração

da justiça, pôr em causa a independência do poder judicial.

O PSD esteve durante quinze anos à frente da pasta da Justiça. É dos mais, senão o mais responsável por ter conduzido a situação ao ponto que chegou. E que lhe aproveita, diga-se. Perigosíssima esta orientação para o regime democrático constitucional. É mais perigosa se pensarmos que interesses instalados dentro do PS a verão com simpatia. Por agora, tudo o que o PS diz é que não quer a revisão... antecipada.

Este é, pois, o combate primeiro que temos por diante.

São necessárias medidas imediatas

O PCP não é obviamente contrário à intervenção do poder político no sistema judicial, desde que no âmbito das suas competências constitucionais e legais e, sobretudo, se essa intervenção tiver em conta e for realizada em consonância com a opinião daqueles que, no dia-a-dia, trabalham no aparelho judiciário - magistrados, advogados, órgãos de polícia criminal, funcionários judiciais.

É indiscutível, e inevitável, que muita dessa intervenção terá que concretizar-se por via legislativa, quer apenas de alterações «cirúrgicas», cor-de-rosa, clarificadoras, etc., quer ainda por via diplomática mais de fundo, cuja necessidade seja consensual.

Mas é, porventura, mais importante que cada um no seu âmbito, ou em conjunto, poder político e poder judicial, se empenhem de forma responsável em concretizar e aplicar as medidas que resolvam e superem de vez os estrangulamentos há muito detectados no sistema e que estão na ori-

gem de um dos mais graves problemas - a morosidade processual.

E essas medidas práticas vão desde a disponibilização de um escritório que dactilografe um simples relatório de autópsia, a encontrar peritos em balística ou grafologia.

Vão desde tornar eficaz o escandaloso sistema das notificações, por forma a notificar quem não quer ser notificado, a pôr cobro a faltas e adiantamentos sucessivos de audiências, intoleráveis.

Vão desde a redução do endémico formalismo processual, de actos inúteis, do labiríntico e interminável percurso dos processos judiciais, à simplificação das sentenças e à criação de apoios indispensáveis à concentração do juiz no acto de julgar.

Medidas práticas, urgentes, que não podem fazer esquecer outros temas, incontornáveis, hoje igualmente em debate, e para os quais se requer ponderada reflexão até que se obtenham os necessários consensos, como sejam: o sistema de recursos, o aperfeiçoamento democrático do governo próprio (não o autogoverno) das magistraturas, a formação, a responsabilidade dos magistrados, a articulação dos Conselhos Superiores, a permeabilização das magistraturas, a natureza e o acesso ao Supremo Tribunal de Justiça.

A prossecução de medidas urgentes como as acima enunciadas, entre muitas outras, não pode ser adiada por muito mais tempo. E é de exigir a criação de uma estrutura de acompanhamento e controlo que verifique a sua concretização, analise a sua repercussão no sistema e na sociedade, e possa sugerir e propor novas medidas.

Para esse efeito, o PCP apresentou, no passado mês de Dezembro, um projecto de lei de criação, no plano institucional, junto da Assembleia da República, de um Observatório da Justiça, cuja aprovação e funcionamento seria, neste âmbito, um contributo positivo.



Julgados de Paz - uma reforma estrutural e de futuro

O que o sistema judicial necessita, ainda e sobretudo, no quadro em que nos encontramos actualmente, é de medidas estruturais e de futuro. Medidas que, não apenas possam melhorar radicalmente o seu funcionamento, libertando-o, e aos que nele trabalham e o utilizam, da sobrecarga actual, o que não seria pouco, mas, acima de tudo, possam contribuir para um salto qualitativo na realização da justiça, na perspectiva dos cidadãos.

E é, antes de mais, nessa óptica, dos cidadãos, que o PCP vem defendendo a criação dos Julgados de Paz e da figura do defensor público, este no âmbito do Instituto Público de Acesso ao Direito.

Apresentado na Assembleia da República em 10 de Janeiro, na altura do debate de urgência sobre a Justiça (a propósito do Acqua-Parque) o projecto de lei n.º 83/VIII prevê a criação de um novo tipo de tribunais - os Julgados de Paz.

Inseridos na Constituição da República (artigo 209.º, n.º 2) na última revisão constitucional, os Julgados de Paz são tribunais de 1.ª instância, tal como as comarcas, integrados na orgânica judiciária. Serão de criação obrigatória,

a nível de freguesia ou de grupos de freguesias.

Com a apresentação deste projecto visa-se atingir fundamentalmente dois objectivos, o primeiro dos quais, e mais importante, é proporcionar aos cidadãos uma justiça simultaneamente mais próxima, mais acessível e barata, com menos formalismo e mais imediação processual.

Uma justiça de proximidade foi, desde sempre, um princípio defendido pelo PCP. Ainda em 1997, quando da última revisão, o PCP viu recusada pela maioria dos partidos uma sua proposta que inseria esse conceito na Constituição, nos seguintes termos: «A administração da Justiça será estruturada de modo a evitar a burocratização, a simplificar as decisões e assegurar a proximidade em relação aos cidadãos.»

Mas um segundo objectivo releva, na actual situação: a possibilidade real de deixarem de entrar nos tribunais comuns, a não ser em caso de recurso, muitos milhares de processos de menor importância (relativa) que melhor resolvidos serão, seguramente, numa instância menos formalista e burocrática. E isto sem prejuízo, antes em benefício, das garantias e direitos constitucionais dos cidadãos.

O descongestionamento por essa forma alcançado proporcionará, não apenas um melhor funcionamento dos tribunais em geral, como assegurará aos cidadãos uma justiça de melhor qualidade.

Sucintamente, o juiz de paz é um magistrado não togado, licenciado em Direito, na dependência do Conselho Superior de Magistratura, com estatuto de natureza similar ao magistrado de carreira. No julgado de paz, em matéria cível, serão julgadas causas que não excedam a alçada dos tribunais de comarca, através de um processo em que as formalidades estão reduzidas ao mínimo. Em matéria penal, só poderá ser submetida ao juiz de paz um processo criminal em que não esteja em causa a aplicação de uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade.

Pela sua envergadura e alcance, considera o PCP que a proposta agora apresentada deverá ser objecto de alargada consulta, com prioridade para os operadores judiciais.

Se for avante, como esperamos, esta iniciativa poderá constituir a mais importante reforma estrutural na área da justiça desde o 25 de Abril, pelas repercussões que não deixará de ter, no funcionamento da justiça e nos cidadãos a que se destina.

Estado de direito ou Estado de direita?

JORGE PIRES
Membro da Comissão Política

No suplemento do «Avante!» de 30 de Dezembro último, foi inserida uma entrevista com duas camaradas sobre a situação na NORPORTE, uma das maiores empresas de confecções do Distrito de Setúbal e a maior empresa do concelho da Moita com perto de 500 trabalhadores, na sua grande maioria mulheres, numa região onde a taxa de desemprego é superior a 11%.

Nesta entrevista, o relato das duas camaradas feito numa linguagem muito simples, revelou um conhecimento muito profundo da situação que se vive na empresa, das suas causas e consequências, mas também um estado de espírito só possível a quem não se acomoda perante as dificuldades, que rejeita qualquer leitura fatalista da situação, que sente que a luta que trava na sua empresa por este objectivo imediato, que é a empresa voltar a laborar assegurando desta forma os postos de trabalho, se insere e é um importante contributo, para a luta que travamos pela transformação da sociedade.

Foi com esta determinação, que as duas camaradas e muitas outras companheiras e companheiros de trabalho, juntamente com a presença solidária e activa dos eleitos autárquicos da CDU, dirigentes sindicais, dirigentes locais e regionais do nosso Partido onde se incluía o deputado Vicente Merendas, enfrentaram, na noite do dia 21 e madrugada do dia 22 de Janeiro, o corpo de intervenção da GNR que, depois de cortar os acessos à zona onde a empresa está instalada, numa demonstração de força completamente despropositada e desproporcionada, fez cumprir uma decisão do tribunal da Póvoa do Varzim. Durante algumas horas viveram-se momentos de grande tensão e revolta. Muitos dos presentes assistiram incrédulos a cenas em tudo semelhantes a outras, que se viveram há mais de 25 anos, quando os trabalhadores lutavam pelos seus direitos ou o nosso povo lutava pela liberdade. Uma mulher revoltada gritava, ao mesmo tempo que o companheiro a procurava acalmar, como era possível com um governo que se diz socialista, mandarem a Guarda Republicana reprimir os trabalhadores que apenas querem que a sua empresa volte a funcionar e desta forma manterem os postos de trabalho.

Tribunal dá cobertura

Como já devem ter percebido, a decisão do tribunal não foi no sentido de penalizar quem durante anos tudo fez para descapitalizar a empresa e que continua a intervir para ver se consegue o seu encerramento, mas sim os trabalhadores, que depois de verem sair da empresa maquinaria fundamental para a sua actividade, esperam ainda maiores dificuldades no futuro.

Não fosse o bom senso das centenas de trabalhadores que ali estavam concentrados, apesar da revolta que todos sentiam, contrastando com o cinismo daqueles que tendo nas mãos os mecanismos e os meios que podiam evitar aquela situação, mais não fazem do que procurar ganhar tempo entre os trabalhadores com falsas promessas, até que não haja solução possível e assim lavarem as mãos como Pilatos e a situação podia ser de confronto generalizado.

No próprio dia e à mesma hora que os funcionários judiciais entravam na empresa para darem cumprimento à sentença do Tribunal da Póvoa do Varzim, os representantes dos trabalhadores estavam reunidos com o secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia para encontrarem soluções que levem à viabilização da empresa. O mesmo secretário de Estado que em 5 de Agosto do ano passado assumiu que a empresa ia ser viabilizada, perante representantes dos trabalhadores, do IAPMEI, do Instituto de Formação Profissional e da Segurança Social. Agora fala em «imbróglgio jurídico quanto à titularidade das acções» para não

assumir esse compromisso.

Senhores do Governo, basta de mentiras! Assumam as vossas responsabilidades e digam de que lado estão. Do lado daqueles que tudo fizeram para inviabilizar a empresa descapitalizando-a, retirando-lhe encomendas e clientes, ou do lado dos trabalhadores que tudo têm feito e estão dispostos a conti-

nuar para viabilizarem a sua empresa, mesmo que isso exija sacrifícios.

Se tivermos em conta opiniões já manifestadas publicamente por membros do Governo e dirigentes do PS, após os acontecimentos dos dias 21 e 22 de Janeiro, o futuro da empresa não é risinho, até porque este Governo tal como o anterior sempre que teve de optar, o fez sempre a favor do capital e não dos trabalhadores.

Numa análise mais profunda a toda esta situação vivida em torno da NORPORTE, para além do comportamento do Governo que consideramos inaceitável, encontramos outras matérias que exigem debate e soluções concretas. Questões como o funcionamento da justiça, a protecção dos direitos dos trabalhadores em situações de dificuldades das suas empresas, o controlo por parte do Governo dos apoios que são dados às empresas como os incentivos à criação de postos de trabalho e que depois não só não os criam, como encerram portas para abrir noutro lado com outro nome e voltarem a receber incentivos, mas também as dificuldades que existem em responder aos apelos dos autarcas e das populações para o

assumir esse compromisso. Senhores do Governo, basta de mentiras! Assumam as vossas responsabilidades e digam de que lado estão. Do lado daqueles que tudo fizeram para inviabilizar a empresa descapitalizando-a, retirando-lhe encomendas e clientes, ou do lado dos trabalhadores que tudo têm feito e estão dispostos a continuar para viabilizarem a sua empresa, mesmo que isso exija sacrifícios. Se tivermos em conta opiniões já manifestadas publicamente por membros do Governo e dirigentes do PS, após os acontecimentos dos dias 21 e 22 de Janeiro, o futuro da empresa não é risinho, até porque este Governo tal como o anterior sempre que teve de optar, o fez sempre a favor do capital e não dos trabalhadores. Numa análise mais profunda a toda esta situação vivida em torno da NORPORTE, para além do comportamento do Governo que consideramos inaceitável, encontramos outras matérias que exigem debate e soluções concretas. Questões como o funcionamento da justiça, a protecção dos direitos dos trabalhadores em situações de dificuldades das suas empresas, o controlo por parte do Governo dos apoios que são dados às empresas como os incentivos à criação de postos de trabalho e que depois não só não os criam, como encerram portas para abrir noutro lado com outro nome e voltarem a receber incentivos, mas também as dificuldades que existem em responder aos apelos dos autarcas e das populações para o

Os problemas que se vivem hoje no mundo do trabalho não resultam só da incompetência ou incapacidade daqueles que governam o País, mas principalmente da natureza das políticas que defendem e executam.

Impunidade dos culpados

A situação nesta empresa é um caso típico semelhante a muitos outros, de alguém que adquire uma empresa, na altura com outro nome (HELLY HANSEN), que tinha recebido importantes apoios dos fundos comunitários, para a instalação de novos equipamentos e construção de novas instalações. Alguém que com a empresa adquire igualmente as encomendas e os clientes e depois, no espaço dum ano e meio em que foi titular da empresa, não só a foi descapitalizando, como o acusam os actuais titulares, como levou para uma outra sua empresa as encomendas e os clientes. Esta é a mesma pessoa que encerrou no mesmo concelho uma outra grande empresa do mesmo sector que foi a GEFA. Como é possível tanta impunidade quando está em causa o sustento de centenas de famílias, cuja única fonte de rendimento é aquela que resulta da sua actividade profissional?

Confrontado com a crítica que lhe foi feita numa nota de imprensa da DORS do nosso

Partido, o Governador Civil, que desde a primeira hora foi informado sobre o que estava a acontecer e nada fez para impedir a saída das máquinas e a chegada do Corpo de Intervenção da GNR (só aparecendo junto à empresa quando os trabalhadores foram afastados e desaparecendo logo que as máquinas foram retiradas), limitou-se, numa atitude provocatória e pouco responsável, a dizer que, «não estamos num regime soviético...» e a criticar o que chama de «aproveitamento político da situação», quando foi ele próprio que em plena campanha eleitoral mandou o seu adjunto, também candidato nas listas do PS à porta da empresa, dizer às trabalhadoras que lutavam pelo pagamento dos salários devidos que iriam resolver a situação



da empresa se ganhassem as eleições. O Governo português muito empenhado na realização em Março da cimeira extraordinária sobre o emprego, no âmbito da presidência portuguesa da U.E., tem aqui mais um excelente exemplo das virtudes das suas políticas neoliberais no combate ao desemprego, que não deixará certamente de apresentar aos seus parceiros na União.

Aos trabalhadores da NORPORTE, como a todos os outros que têm os seus postos de trabalho em perigo ou outros direitos em causa, não resta outra alternativa que não seja lutarem. Este Governo já mostrou de que lado está. Os problemas que se vivem hoje no mundo do trabalho não resultam só da incompetência ou incapacidade daqueles que governam o País, mas principalmente da natureza das políticas que defendem e executam.

reforço da segurança de pessoas e bens, sempre com o argumento de que não existem meios suficientes e depois já não existem dificuldades quando se trata de os utilizar na repressão dos trabalhadores, ou então como tem vindo a acontecer com a cobertura policial que é dada às assembleias ilegais que se estão a realizar na Misericórdia do Barreiro, como um grupo de associados tem vindo a denunciar publicamente. Ilegalidades que se mantêm só para que o PS no Barreiro possa dispor do Jornal do Barreiro, propriedade da Misericórdia, como arma de arremesso contra a Câmara Municipal.

Como é possível não ficarmos simultaneamente indignados e preocupados, quando por exemplo os 800 trabalhadores da Mundet viram a sua empresa encerrar há dezasseis anos e desde então esperam que lhes sejam pagas as respectivas indemniza-

Carlos Carvalhas em Leiria

Novo Centro de Trabalho testemunha confiança no futuro

A Comissão Concelhia de Leiria do PCP inaugurou, no sábado passado, o seu novo Centro de Trabalho, num espaço adquirido num moderno edifício situado no centro da cidade.

O acto inaugural, a que assistiram cerca de 150 convidados e membros da Comissão Concelhia, contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Numa breve intervenção, Carlos Carvalhas salientou a importância de que se reveste o novo Centro de Trabalho em Leiria, como «testemunho de militância, de confiança no futuro e de vontade em reforçar a influência do PCP por parte dos membros do Partido e dos seus simpatizantes».

«A importância do reforço do PCP, com a sua identidade, com a sua coerência na defesa dos trabalhadores, do povo e do país, com a sua abertura e flexibilidade táctica, com as suas propostas e projecto», disse Carvalhas, «é reconhecida por cada vez maior número de portugueses.»

«Casa aberta aos trabalhadores e ao povo de Leiria», o novo Centro de Trabalho «é também um importante instrumento para a dinamização do trabalho e da iniciativa política e para o estreitamento dos laços do Partido com os trabalhadores, com a juventude, com os agentes culturais e com a sociedade.»

Um Orçamento à medida da direita

Referindo-se, depois, à actual situação política, nomeadamente às declarações produzidas pelo ministro das Finan-

ças e «às expectativas criadas», o secretário-geral do PCP considerou que este Orçamento «é uma fraude» em relação à justiça fiscal, «pois mantém os privilégios

ao sistema bancário e aumenta os benefícios fiscais» que, em boa parte, «se dirigem às actividades financeiras e especulativas».

Assim, «dos 300 milhões de contos em 1999 passa-se agora para os 440 milhões de contos».

Por outro lado, «diminui dois pontos percentuais no IRC (empresas), mas em relação ao IRS (imposto sobre os rendimentos do trabalho) mantém as taxas e as deduções apenas actualizando os escalões devido à inflação.»

Também, na opinião de Carlos Carvalhas, o Orçamento «não aponta para uma melhoria significativa das pensões e reformas», tudo indicando que «estas apenas terão um pequeno acréscimo para o CDS/PP justificar a sua abstenção».

Já no que respeita «à moralização fiscal» o que se aponta «é praticamente nada», pois o «sigilo fiscal continua a ser tabu», e quanto às privatizações, «vão continuar a ser o "fartar vilanagem"».

Privatiza-se tudo: empresas, terrenos, edifícios... Aliás, é «certamente por milagre» que as empresas «mal são privatizadas reduzem os seus impostos», enquanto, por outro lado, «os divididos que o Estado recebia têm baixado substancialmente...»

Proposta inaceitável

Para Carlos Carvalhas é também «inaceitável» a proposta de aumento à administração pública, se ela for comparada «com os chorudos vencimentos de certos assessores de ministros e gestores públicos!».

E ironizando, disse, em relação à despesa, que se mantêm duas paixões: a «da saúde suborçamentada» - o que significa que «iremos ter novo buraco e lá para Outubro um novo Orçamento rectificativo» - e a da educação, onde se verifica «uma diminuição real das verbas atribuídas ao ensino básico e secundário».

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas salientou ainda que embora o PCP não tenha na Assembleia da República deputados eleitos pelo distrito de Leiria, há um deputado no Grupo Parlamentar que acompanha os problemas do distrito, tendo já apresentado na presente legislatura propostas de solução para diversos problemas, o que os deputados eleitos na região por outras forças políticas não fizeram.

Após a inauguração, durante a qual esteve patente uma exposição de artes plásticas, com obras dos artistas Luís Carlos e Maria João Franco, seguiu-se um espaço cultural, com a declamação de alguns poemas por Emília Barreto, Vony Ferreira e Zé Vaz, e a actuação do grupo de música tradicional portuguesa «Tradições» e de Manuel Freire.

A festa de inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Leiria terminou com um lanche-convívio oferecido a todos os convidados.

A «questão religiosa»

■ Jorge Messias

A expressão é de âmbito difuso. *Questão religiosa* corresponde a um conteúdo variável. Radica, aparentemente, em guerras entre confissões opostas, resistências doutrinárias insuperáveis, confrontações rígidas face à evolução e ao conhecimento, clericalismo contra anticlericalismo, alianças de interesses com a opressão em choque com as movimentações sociais contra a repressão, etc.

Na Europa, por exemplo, o Vaticano tem-se sistematicamente proclamado como legítimo e superior representante da civilização ocidental. E essa afirmação leonina de incontido orgulho implicou para a Igreja um envolvimento histórico com os poderosos. Contradição imoral. Quando os homens simples, nos tempos modernos, compreenderam que a mística frequentemente oculta a fraude, rebelaram-se e começaram a descer. Uma verdadeira vaga de fundo retirou multidões dos templos, trouxe os papas e os cardeais à barra da opinião pública e provocou, por reflexo, profundas convulsões sociais. A religião cristã identificava-se com a igreja católica e esta, por tradição, com os poderes capitalistas dominantes, repressivos e opressores. Quando a democracia política começou a tomar forma, os estados laicos caminharam no sentido da sua completa autonomização, libertando-se ou procurando libertar-se da igreja institucional, no quadro das reacções ao obscurantismo fundamentalista. Esta foi a raiz mais antiga do delicado processo a que se convencionou chamar *questão religiosa*. O conflito nada tem a ver com a fé. Os homens que lutavam pela mudança chocaram-se com o imobilismo eclesiástico e fizeram novas leis, mais igualitárias. As terras do clero foram nacionalizadas, os seus lucros financeiros parcialmente incorporados no Estado, o ensino, a saúde, a segurança social ou o património cultural laicizados e as novas forças institucionais representativas chamadas à responsabilidade da administração dos interesses considerados como nacionais. Regra geral, a igreja não perdeu a sua liberdade mas, somente, injustos privilégios. Viu simplesmente contestada a sua completa hegemonia.

Imediatamente se afirmou a reacção clerical, traduzida nas alianças com as testas coroadas e com a burguesia enriquecida. A terra cedeu lugar às fábricas, os campos de cultivo aos lotes urbanos, as sementeiras às massas de betão. A igreja aliou-se, então, à indústria e aos ricos financeiros, enquanto os pobres lutavam pelos seus direitos, apenas armados com a força das suas mãos.

Entretanto, os sistemas de pensamento social caminhavam para a sua materialização humana e laica. A metafísica deixava de responder às exigências das sociedades humanas. No

entanto, embora perdendo terreno a olhos vistos, a igreja institucional não estava esvaziada dos seus poderes tradicionais: um ascendente espiritual que dominava as massas, uma profunda ligação às tiranias e um lugar invejável nas comunidades dos grandes do cifrão. Até a camadas sociais mais humildes se revoltaram contra tal situação. Nada tinham a perder senão as

próprias algemas.

Parte da burguesia e do clero solidarizou-se com estas lutas. A hierarquia católica manteve-se firme em defesa dos seus privilégios. Neste contexto histórico, que entra pelo século XX, poderia falar-se, com rigor, na existência de uma *questão religiosa*. Ela era um facto.

Do altar à bolsa

Surgiu, então, a grande recuperação capitalista. Os conceitos de lucro e de sucesso sobrepuseram-se a quaisquer outras considerações. Tal como seria de esperar, os que aparentavam maior piedade revelaram-se assassinos da fé. O altar deu lugar à bolsa, o ideal ascético ao materialismo primário. Esmagadoras massas camponesas, crentes e iletradas, alojaram-se nos casebres das cidades para deles saírem depois, alienadas pelo mercado, para destinos indesejáveis das suas vidas: alguns, ricos, cínicos e amorais.

Outros (a maior parte), expulsos das suas culturas tradicionais, explorados pelos poderosos e lançados ao acaso dos acontecimentos, vagabundos das construções virtuais e das mentiras mediáticas dos ricos e poderosos. É ao lado destes grandes novos senhores que a igreja institucional continua a alinhar-se. Mas amputada, já, de uma das suas dimensões essenciais: a do ascendente um dia alcançado sobre as mentalidades dos povos e das nações.

Quando, agora, o leitor dos jornais ou o navegador das TVs ou da Internet olha as multidões que os actos do papa arrastam (massas sempre tendencialmente menores) não consegue evitar pensar, com cepticismo, que grande parte dos fenómenos que observa se ficam a dever aos apoios dos patronos multinacionais e aos efeitos de uma poderosíssima máquina de turismo religioso. Basta ver-se Fátima e a forma como se organiza. Basta olhar-se para o aparelho que serve o grandioso espectáculo que é o Jubileu 2000.

O preço a pagar pelo sucesso do Vaticano é, no entanto, pesado. Se os lucros aumentam, deixou de haver fé. Se

os negócios prosperam, desaparece a componente espiritual. Se a economia capitalista se globaliza, a mensagem cristã esvazia-se de sentido. A religião perde o seu mistério e a igreja surge aos olhos dos homens apenas como uma poderosa multinacional. Depois disto, em rigor, jamais se poderá voltar a falar em *questão religiosa*. Um dos membros da contradição - a magia do sobrenatural - desapareceu. E a polémica religiosa, cada vez menos credível, esfuma-se gradualmente na linha do horizonte. Para o cidadão comum torna-se evidente que não é a fé que lança igrejas contra igrejas, os russos contra os tchechenos, os indonésios contra os chineses do Bornéu ou os albaneses sobre os sérvios do Kosovo. Não é pela causa de Deus que lutam as potências mas pelo domínio do comércio das drogas, pelos lucros dos armamentos, pelo petróleo, pelo saque e pelo controlo das posições ferozmente disputadas entre os grandes lobbies e as mafias rivais. Em tudo isto, a religião assumiu o papel de simples encenação.

Importa, porém, dar ainda outro rumo às nossas análises.

A proposta de leitura que até aqui se avançou condena claramente a igreja institucional e a sua hierarquia. Mas não se deve procurar ocultar o facto evidente de que as ambiguidades geradas em torno da simples construção vocabular que é a *questão religiosa* têm outros protagonistas e outros efeitos perigosos.

A *questão religiosa* funciona, nos meios laicos, como um cómodo espantalho das consciências políticas. Basta ver-se que quando um responsável de classe cala ou desvaloriza conteúdos concretos do movimento religioso e os não analisa ideologicamente, pactua, nem que seja por omissão, com os objectivos das forças sinuosas que declara combater. Em nome do bom conviver manda o bom senso que se fique imóvel. Nada dizer nem fazer para nada arriscar. Mesmo que o preço seja intolerável, nada mudar para que nada se arrisque. Ora, na luta de classes, a inocência, a ingenuidade ou o conformismo são fraquezas intoleráveis. E os revolucionários de todos os tempos mudaram a terra e a face das coisas por entre incertezas e perigos. Neste aspecto, nada é diferente do que sempre foi. Mudar é entrar em ruptura.

Resta acrescentar que as opiniões que aqui se registam são da exclusiva responsabilidade de quem as assina e não envolvem qualquer estrutura do PCP. Representam, assim, mais uma prova evidente da liberdade de expressão que o Partido garante aos seus militantes. São notas pessoais que envolvem um apelo final: o de que todos participemos no grande debate de ideias que esclarece e revitaliza.

A polémica é salutar quando conduz à verdade.

EM FOCO

■ Isabel Araújo
Branco

Observatório Geopolítico das Drogas

Consumo de droga no interior do País aumenta mais de 600 por cento

O Observatório Geopolítico das Drogas, instituição sediada em Paris, aponta para um aumento do consumo de heroína no interior de Portugal de 635 por cento, no período entre 1987 e 1995. Mas outros dados sobressaem do relatório referente a 1997 e 1998, como a sofisticação crescente dos grupos de traficantes que beneficiam de conselhos jurídicos e que possuem postos de rádio para escutar as frequências da polícia.

O Observatório Geopolítico das Drogas afirma que uma das características do mercado da heroína em Portugal - que depois de 1992 se estendeu progressivamente por todo o País - é o crescimento mais rápido do consumo e do tráfico nas zonas rurais do que nos centros urbanos. Entre 1987 e 1995, enquanto o número de consumidores da zona litoral (onde se encontram Lisboa e Porto) cresceu 133 por cento, o aumento no interior do País foi de 635 por cento.

Várias explicações se avançam, mas uma se destaca: o levantamento dos controlos das fronteiras com Espanha, por onde transitam todas as drogas com destino a Portugal, excepto o haxixe que chega a Portugal também por via marítima.

A polícia pensa que a eficácia dos serviços de combate à droga nas grandes aglomerações levou a que numerosos *dealers* e toxicómanos se instalassem em vilas e cidades do interior. Outra razão poderá estar ligada ao regresso ao País de jovens emigrantes que haviam criado hábitos de consumo nos países onde trabalhavam, nomeadamente em França.

As miniplacas giratórias da redistribuição da droga encontram-se no interior dos chamados bairros degradados. Os mais importantes são os de Lisboa, Setúbal e Porto. Existe uma forte solidariedade étnica e o conjunto dos habitantes serve de suporte aos traficantes: as crianças trabalham como vigilantes e as casas particulares funcionam como armazéns temporários dos stocks.

Para muitos habitantes, o tráfico de droga propriamente dito e as actividades inerentes são a única fonte de rendimentos. Ainda que o tráfico esteja dividido por muitos *gangs* que controlam uma rua ou um sector, a polícia nota uma sofisticação crescente nas suas actividades: estão cada vez mais armados (espíngardas automáticas, por exemplo), possuem postos de rádio que

permitem escutar as frequências da polícia e beneficiam de conselhos jurídicos que lhes evitam alguns riscos.

Predominância da *cannabis*

O relatório do Observatório Geopolítico das Drogas indica que o aparecimento e a difusão do uso da heroína em escala relativamente importante em Portugal se deu após a entrada do país na União Europeia.

As drogas mais consumidas são derivadas da *cannabis*. Foram os soldados do corpo expedicionário em Moçambique e Angola (1972-75) que primeiro popularizaram o uso da *marijuana*. O haxixe marroquino alimentou de seguida um uso que conheceu uma reputação crescente. A polícia estima que perto de 8 toneladas de haxixe marroquino em 9,6 toneladas apreendidas em 1997 eram destinadas ao mercado local.

O documento refere que, apesar da predominância da heroína entre as drogas duras, encontram-se também todos os estupefacientes em moda no resto da Europa: a cocaína e as drogas de síntese como o LSD e o *ecstasy*. Portugal tornou-se também uma base, embora em escala muito modesta, de *gangs* que as distribuem, quer sejam espanhóis, ciganos, chineses, turcos ou nigerianos.

É difícil avaliar o número de consumidores de cocaína. A Polícia Judiciária estima que das 3 toneladas de cocaína apreendida em 1997, 450 quilos eram destinados ao mercado interno. O mercado de cocaína, contrariamente ao da heroína e dos derivados do *cannabis*, concentra-se nas grandes cidades.

O consumo de drogas de síntese, particularmente o de *ecstasy*, é igualmente pouco visível. O número de pastilhas apreendidas, que eram perto de 4 mil em 1996, desceu para 524 em 1997 e voltou a subir para 876 nos seis primeiros meses de 1998. Supõe-se que o principal fornecedor desta substância é a Espanha.

Apreensões e *overdoses*

Não se conhece o número de toxicod dependentes em Portugal devido à inexistência de um estudo global sobre a questão. Esti-

ma-se que o número de heroínómanos se situe entre os 50 mil e os 100 mil.

A melhor maneira de avaliar a dimensão do mercado é ter em consideração os números de tráfico fornecidos pela polícia. A heroína apreendida em Portugal, proveniente de Espanha, dos Países Baixos e de outros países europeus, é quase sempre destinada ao mercado local.

De acordo com o Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência, em 1998 o número de apreensões deste estupefaciente aumentou 8 por cento. Também se verificou um crescimento da quantidade apreendida de haxixe (31 por cento), cocaína (12 por cento) e liamba (4 por cento). Nesse ano, as apreensões relativas ao «pequeno tráfico» representaram 90 por cento do total, as de «médio tráfico» seis por cento e as de «grande tráfico» três por cento.

O número de mortes por *overdose* é outro indicador a considerar. O Observatório Geopolítico das Drogas refere que, em 1988, rondava os 40. Depois de ter atingido um pico em 1992 (156), decresceu ao longo dos dois anos seguintes para voltar a aumentar: 198 mortes em 1995 e 232 em 1996.

Estima-se que os opiáceos, sós ou em associação com outras substâncias, são responsáveis por mais de 90 por cento dos acidentes. De sublinhar que, para estes números, apenas são consideradas *overdoses* sem outro tipo de consequências, como por exemplo um atropelamento.

Traficantes galegos

Vários factores fazem de Portugal uma entrada privilegiada das drogas na Europa: um extenso litoral cortado por numerosas enseadas favoráveis aos desembarques clandestinos; a proximidade de um grande país produtor - Marrocos -, e a vizinhança de uma placa giratória de todas as drogas - Espanha -; as relações privilegiadas com importantes países traficantes lusófonos como o Brasil, Angola, Moçambique e Macau ou com países como a Venezuela, onde vive uma importante diáspora portuguesa; a existência de plataformas avançadas sobre o Atlântico - os Açores e a Madeira - que estão no caminho das principais rotas marítimas e áreas da América do Sul e que podem ser utilizadas como armazéns de stocks.

Os traficantes latino-americanos, contrariamente ao que se passa em Espanha, estão quase ausentes da cena portuguesa e são pessoas originárias da Galiza que controlam o tráfico.

O Observatório Geopolítico das Drogas considera que a situação geográfica de Portugal impediu que qualquer grande organização de narcotráfico tenha aqui implantado um centro de actividade. Dá como exemplo o incremento da criminalidade dos ex-países socialistas em direcção ao Oeste e ao Sul que pára na fronteira espanhola.

Em contrapartida, sublinha a «relativa inexperiência» das forças policiais nacionais que faz de Portugal um elo fraco do dispositivo policial colocado nas fronteiras da Europa.

Certas organizações, em particular certos grupos galegos, aproveitam-se disso para fazer transitar em grande escala a cocaína e haxixe.



Os bairros degradados desempenham um papel importante na redistribuição dos estupefacientes. Neles, muitas crianças trabalham como vigilantes e as casas particulares funcionam como armazéns temporários dos stocks.

As Taipas (na foto da direita) são um dos mais importantes centros de recuperação de toxicod dependentes

Perfil dos consumidores e dos traficantes

Segundo dados do Instituto Português da Droga e da Toxicodpendência (IPDT) referentes a 1998, os consumidores constituíram 61 por cento dos presumíveis infractores identificados pela polícia. A posse de heroína foi o motivo de 46 por cento das detenções, o haxixe por 29 por cento, a cocaína por cinco por cento e a liamba por um por cento.

Os números indicam que 89 por cento dos consumidores pertencem ao sexo masculino e apenas 11 por cento ao sexo feminino. No que diz respeito ao grau de instrução, 35 por cento ultrapassaram o ensino básico.

Quanto à idade, 45 por cento têm entre 21 e 29 anos, 30 por cento entre 30 e 44 anos, e 21 por cento entre 16 e 20 anos. Em 97 por cento dos casos os consumidores são portugueses.

O instituto adianta que 39 por cento dos consumidores têm emprego (contrastando com os 51 por cento de 1997) e 35 por cento estão desempregados (31 por cento em 1997). A situação dos restantes 27 por cento é desconhecida.

O estudo mostra que 61 por cento dos consumidores habitam a casa dos pais, 14 por cento compartilham a casa com o cônjuge ou outra pessoa e quatro por cento vivem sozinhos.

Traficantes

Em 1998, os traficantes representaram 16 por cento dos presumíveis infractores, descendo seis por cento em relação ao ano anterior. Em 37 por cento dos casos as detenções foram feitas por posse de heroína, 10 por cento por cocaína e 13 por cento por haxixe. Os restantes 40 por cento transportava duas ou mais drogas. Destes, 75 por cento possuía heroína e cocaína e 11 por cento heroína, cocaína e haxixe.

Quanto ao sexo, 76 por cento são homens. O IPDT chama a atenção para a tendência lenta desta percentagem decrescer em favor das mulheres. Do total dos traficantes, apenas 16 por cento ultrapassaram o 2.º ciclo do ensino básico.

Passando para a idade, 40 por cento têm entre 30 e 44 anos, 33 por cento entre 21 e 29 anos, e 15 por cento entre 16 e 20 anos. Em 88 por cento dos casos o traficante é de nacionalidade portuguesa, sete por cento é africano e dois por cento é espanhol.

Apenas 23 por cento dos traficantes têm emprego, enquanto 45 por cento estão desempregados. A situação é desconhecida nos outros 32 por cento.

No que se refere à situação domiciliária, 34 por cento habitam com os pais, 30 por cento com o cônjuge/outro e seis por cento vivem sós.

Traficantes-consumidores

Os traficantes-consumidores constituem 23 por cento dos presumíveis infractores. Entre os indivíduos identificados, 47 por cento foram detidos por posse de heroína, 15 por cento por haxixe e dois por cento por cocaína. Os traficantes-consumidores com uma ou mais drogas

representaram 35 por cento. Destes, 62 por cento tinham heroína e cocaína e 17 por cento heroína e haxixe.

Os dados revelam que 91 por cento são do sexo masculino. Do total, 29 por cento ultrapassaram o ensino básico.

Os números mostram que 45 por cento dos traficantes-consumidores têm entre 21 e 29 anos, 40 por cento entre 30 e 44 anos e 13 por cento entre 16 e 10 anos. 97 por cento são portugueses.

O IPDT adianta que 27 por cento estão empregados e 56 por cento desempregados. Em 56 por cento dos casos, os traficantes-consumidores vivem com os pais, 18 por cento partilham a casa com outra pessoa e seis por cento vivem sozinhos.

O grupo mantém o negócio a partir da cadeia, inclusive, contactos privilegiados com

ção de Tráfico da PJ do indivíduo e quantidade para 16 rimões de de haxixe, seis. denominada mitu com vários levado à inco pes- item apre- rto e fica- liva, situa- aguardar



A PJ desmantelou uma importante rede de tráfico de droga

esta rede m a deten- responsá- a Portugal,

Entretanto, nos últimos dias do ano passado, a PJ deu nova machadada no negócio. Prendeu três indivíduos, um deles J., morador na Alurada e conside-

tou a actuar. Dirigiu-se anteontem a Canidelo, Vila Nova de Gaia, à residência da mulher de J. O primeiro a ser detido foi um segurança, considerado "cor-

Já i investi cenário J. e o "confei damer produ base d Seq mome suspei mente parece

Monst Além c contos, prensa voltar nomea turada. Os maior i Porto r ainda u tavam as difer

Visita oportuna - A Polícia Judiciária desmantelou, na segunda-feira, uma rede de tráfico de estupefacientes em Canidelo, Gaia, detendo dois homens e duas mulheres no momento em que manuseavam os produtos. Numa operação denominada «Visita Inoportuna», a PJ apreendeu droga equivalente a mais de 16 mil doses individuais de heroína, 2500 de cocaína e 13 700 pastilhas de ecstasy

Síntese das respostas a crimes passíveis de pena menor relacionados com a droga

Dinamarca: não é instaurado processo por posse ou fornecimento de pequenas quantidades de *cannabis*. São aplicadas multas ao tráfico de pequenas quantidades de *cannabis*. Outras drogas, que não a *cannabis*, e os primeiros delitos são passíveis de advertência. Em geral, são aplicadas multas aos delitos subsequentes. Estão previstas penas de prisão para os crimes que envolvem o fornecimento de natureza comercial ou o tráfico organizado.

Suécia: o consumo ou a posse de pequenas quantidades são passíveis de multa ou substituídas por um aconselhamento, numa base voluntária. Em casos especiais, a pena pode ser suspensa.

Países Baixos: a legislação relativa à investigação e à instauração de processo por infracções à Lei do Ópio atribui a mais baixa prioridade à posse de drogas «duras» (até 0,5 g) e «leves» (até 5 g) para uso próprio. A venda de um máximo de 5 g de haxixe e marijuana por transacção é geralmente autorizada nos cafés. A posse, venda ou produção de um máximo de 30 g de drogas duras são punidas com um mês de prisão no máximo e/ou uma multa de 5 000 NLG; a posse de drogas duras para uso próprio é punida com um ano de prisão no máximo e/ou uma multa de 10 000 NLG.

Reino Unido: o processo pode ser abandonado por posse de pequenas quantidades, consumo ocasional ou uso próprio.

Alemanha: não é instaurado processo por posse em pequena escala, importação ou exportação para uso próprio de «quantidades insignificantes» de drogas.

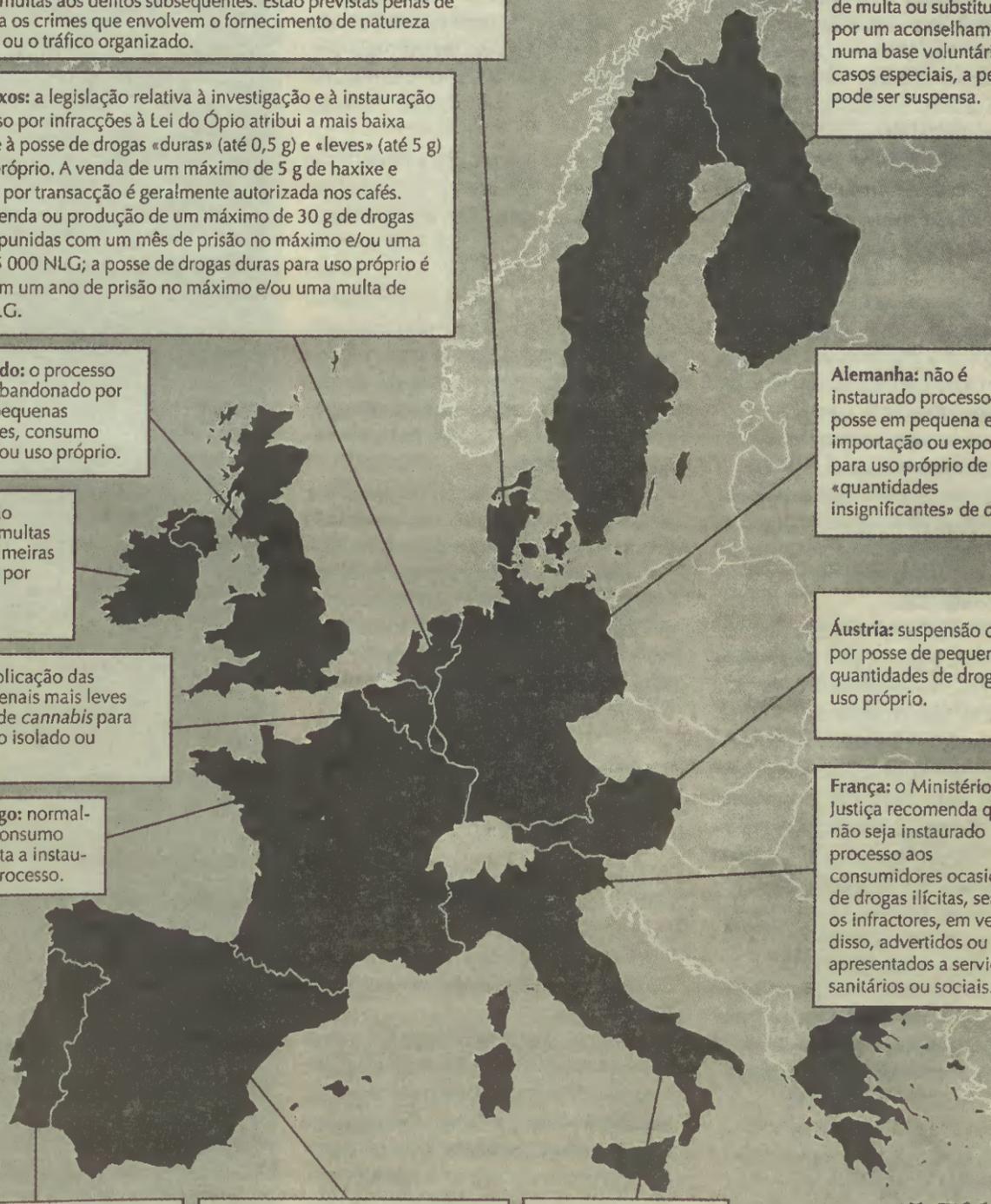
Irlanda: são aplicadas multas às duas primeiras infracções por posse de *cannabis*.

Áustria: suspensão da pena por posse de pequenas quantidades de droga para uso próprio.

Bélgica: aplicação das medidas penais mais leves por posse de *cannabis* para uso próprio isolado ou ocasional.

Luxemburgo: normalmente, o consumo não acarreta a instauração de processo.

França: o Ministério da Justiça recomenda que não seja instaurado processo aos consumidores ocasionais de drogas ilícitas, sendo os infractores, em vez disso, advertidos ou apresentados a serviços sanitários ou sociais.



Portugal: encontra-se em estudo a alteração da lei para despenalizar a posse de drogas para uso próprio, proposta por uma comissão nomeada pelo governo.

Espanha: são aplicadas sanções administrativas ao consumo de drogas e à posse para consumo em locais públicos. Por conseguinte, o consumo e a posse para consumo de drogas ilícitas foram despenalizados.

Itália: são aplicadas sanções administrativas às actividades ilícitas relacionadas com a posse/aquisição para consumo próprio.

Nota: a não inclusão de um Estado-Membro significa que os dados pertinentes não estão disponíveis.

II Encontro sobre Globalização Confrontos ideológicos marcaram debates em Havana

Mais de 1000 delegados e convidados, procedentes de 53 países e representantes de 16 organismos internacionais, reunidos em Havana durante cinco dias, fizeram do II Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento um Fórum de debates com características diferentes de iniciativas similares convocadas para discutir problemas que condicionam decisivamente o futuro próximo da humanidade.

A composição do grande plenário surpreendeu os visitantes. A esmagadora maioria dos participantes estrangeiros era adepta da economia clássica, keynesianos, estruturalistas ou neoliberais; apenas 11% eram marxistas. Cuba pretendia sobretudo ouvir opiniões daqueles que no mundo da Economia não se identificam com o seu projecto de sociedade. Por isso mesmo a Associação Nacional de Economistas convidou, além de todos os Prémios Nobel de Economia, personalidades como George Soros. O FMI não compareceu, mas o Banco Mundial esteve representado por dois directores.

Entre outras, foram discutidas as seguintes temáticas: a análise da economia mundial e o seu impacto sobre as condições socioeconómicas; os fluxos financeiros e o comércio internacional; e a integração económica e as alternativas para o desenvolvimento.

A diversidade das posições assumidas contribuiu para imprimir ao Encontro uma atmosfera incomum. Creio que só na cidadela da tolerância que é hoje Cuba seria possível ouvir gente com mundivisões tão antagónicas, debater com tamanha amplitude e serenidade o amanhã previsível do planeta.

Dou dois exemplos: destacados economistas chilenos fizeram repetidamente a apologia do modelo económico ultraneoliberal adoptado no seu país durante a ditadura de Pinochet, modelo de que no essencial não se afastaram os governos democráticos da Concertación; a troika representada pelos dirigentes do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Diálogo Interamericano defendeu com convicção as estratégias neoliberais de ajuste estrutural, sustentando que são benéficas para a América Latina.

Das 176 comunicações apresentadas, 57 foram expostas na tribuna pelos seus autores. Impossível num artigo como este fazer da síntese ecra do desfile e do confronto efervescente de ideias e sugestões.

Ignacio Ramonet, de «Le Monde Diplomatique», colocou o grande plenário, logo na abertura, perante os dramáticos desafios que a humanidade enfrenta no limiar do novo milénio. As estatísticas que iluminam os efeitos trituradores da engrenagem da globalização capitalista foram entremeadas de comentários esclarecedores sobre as transformações resultantes da revolução técnico-científica. Falou de Seattle, da utopia e de uma sociedade universal, deixando entrever o clarão de uma aurora, de um governo da sociedade civil planetária. Muito polémico, obviamente.

Polémico foi aliás quase tudo, a principiar pelo discurso do Banco Mundial, infestado de artifícios semânticos, confundindo a brutalidade do ajuste com a integração necessária e fraternal.

Um encontro aberto

As máscaras não foram somente exibidas pelos porta-vozes do imperialismo, pelos apóstolos da desigualdade e pelos académicos latino-americanos e europeus adeptos da religião do mercado. Foram escutadas vozes vindas da Rússia. Uma delas foi a de Leonid Abalkin, ex-presidente do Conselho de Ministros da Federa-

ção Russa, que foi o responsável pela Economia na última fase da perestroika. Falou num tom neutro, distanciado do mundo, como tecnocrata de qualquer empresa atenta às flutuações do mercado. A vacuidade do discurso foi tão chocante que sobre ele desabaram perguntas em cascata, com destaque para as formuladas por Oswaldo Martinez, o presidente da Comissão de Economia da Assembleia Nacional do Poder Popular, que definiu a situação resultante da implosão da URSS como a maior catástrofe do século XX. Não gostou Abalkin das perguntas e a elas praticamente não respondeu, advertindo que imaginara ser aquele um Fórum sobre Economia e verificava desalentado encontrar-se num Fórum Político. Tão abstrusa foi a réplica, que Roberto Verrier, presidente da Conferência e da ANEC, sentiu a necessidade de o esclarecer: «Sr. Abalkin, somos economistas políticos!»

Atentamente escutada foi a importante intervenção do vice-presidente da Academia das Ciências Sociais da China, prof. Li Shenming, que expôs a posição do seu país relativamente ao relacionamento globalização - Terceiro Mundo.

Da China se falou também a propósito de Seattle, num dos debates mais participados do Encontro. Jean Pierre Cling, alto funcionário do Ministério das Finanças da França, depois de definir como pírrica a vitória alcançada sobre a OMC pelos países do Terceiro Mundo, admitiu que a entrada da China na organização vai alterar ali sensivelmente a relação de forças. Deixou entrever preocupação das grandes potências industrializadas ante a afirmação de que a China será na OMC solidária com os países subdesenvolvidos.

O espírito do Encontro foi tão aberto que alguns delegados nas suas intervenções não hesitaram em questionar a existência dos Estados Nacionais, sustentando que a tendência lógica da história e uma suposta racionalidade do funcionamento do mercado tornariam em breve um estorvo a sua sobrevivência. Estariam condenados a integrar-se em espaços supranacionais.

Consensos e divergências

Houve consensos no tocante a certos diagnósticos, mas as divergências logo surgiam no terreno das alternativas.

A linha divisória entre a recusa e a aceitação das políticas neoliberais nem sempre apresentou transparência.

Os representantes do Sistema Económico Latino-Americano (SELA), da Comunidade Andina e de outras organizações regionais, assumiram posturas ambíguas. Reconheceram as consequências devastadoras das estratégias de ajuste, mas ao esboçarem a resposta possível consideraram a globalização neoliberal como realidade inelutável. A integração que sugerem é, afinal, a da submissão, a que exclui o combate. De alguma maneira esse discurso da fatalidade soou como o discurso da capitulação, não encontrando receptividade num plenário muito heterogéneo que, independentemente da adesão a esta ou àquela escola eco-

nómica, rejeita a dominação imperialista e a sacralização do mercado a ela hoje inerente.

Roberto Verrier, o presidente da ANEC, e o brasileiro Ademar dos Santos, presidente da Associação Latino-Americana de Economistas, expressaram no encerramento da Conferência satisfação pela forma como transcorreu. O balanço foi inegavelmente muito positivo. Foi «um Encontro tecnicamente plural, politicamente comprometido e humanamente solidário», segundo o Relatório final aprovado por aclamação.

A dureza e veemência de algumas críticas não excluiu um relacionamento marcado pela cordialidade entre os participantes, ao longo dos cinco dias.

Essa atmosfera contribuiu para a certeza de que no III Encontro, já convocado para o final de Janeiro de 2001 em Havana, interessantes propostas de temas e assuntos a aprofundar na busca de alternativas à globalização neoliberal permitam debates criadores que respondam aos objectivos deste grande Fórum dos economistas da América Latina.

O punho invisível

Dois portugueses participaram no Encontro: o economista Jorge Fidelino de Figueiredo e eu.

Transcrevo abaixo alguns parágrafos de uma intervenção que fiz, comentando o elogio da globalização neoliberal feito pelo prof. Patricio Meller, da Universidade do Chile, e pelo diplomata Alberto Sepulveda, do mesmo país.

«Segundo os professores chilenos que aqui ouvimos, a globalização neoliberal seria a culminação de um processo natural, o resultado positivo, racional, lógico, progressista da evolução da humanidade.

«Não é assim. Tal lógica é ficcional. Mesmo em Washington, esse pensamento simplista não encontra receptividade. Permito-me citar de memória palavras pronunciadas por um assessor de máxima confiança da secretária de Estado, Madeleine Albright, o sr. Thomas Friedman, publicadas pelo New York Times: «A globalização de que o mundo precisa não funcionaria se os EUA não actuassem com todo o

seu poderio de superpotência.» E Friedman foi claro: «A mão invisível não pode ser próspera sem MacDonnell Douglas, que construiu o F-15. O punho oculto, o que garante um mundo seguro para a tecnologia de Silicon Valley, chama-se o exército, a marinha e o corpo de marines dos EUA.»

Conclusão. O mercado globalizado não é lógico, não é racional. Tem um conteúdo imperial. O mercado que elogiam funciona sob a protecção imperial dos EUA. É um mercado imposto.

Essa realidade é complexa, dialéctica. E porquê? Porque a criatura, o mercado-monstro, ameaça, como o Frankenstein do cinema, destruir o seu próprio criador que tende a perder o controlo sobre ele. Nas crises da Ásia Oriental, da Rússia e do Brasil tivemos uma antecipação do que pode vir a acontecer. O mercado neoliberal globalizado configura no seu funcionamento uma ameaça à humanidade. Não é lógico; é irracional.»

Fidel: «Semear ideias!»

Fidel Castro, absorvido pela batalha em prol do regresso do garoto Elián - batalha que considera transcender o sequestro e envolver questões que dizem respeito a toda a humanidade -, somente pôde estar presente na abertura e no último dia do Encontro.

Falou de improviso. Foram múltiplos os temas abordados, não se limitando aos assuntos tratados no plenário. Entretanto, o seu discurso sobre a globalização apareceu-me como inseparável do discurso sobre a história e o discurso sobre a cultura. Tudo se fundiu. Os delegados estrangeiros compreenderam que estava, afinal, pronunciando o discurso da resistência, da confiança no homem, um discurso que respondia a questões cruciais debatidas no Encontro, a dúvidas que assaltam intelectuais hesitantes entre a conciliação e o combate, sectores da *intelligentia* académica que em equilíbrios difíceis confundem oportunismo com tática.

Que disse Fidel? Muita coisa importante, que ali somente ele teria autoridade para afirmar e lembrar.

«O nosso modelo funciona, mas não o recomendo a ninguém. Porque ninguém mais hoje poderia fazê-lo funcionar» - declarou ao iniciar a sua intervenção.

A opinião suscitou algum espanto. Mas não tardou que o conteúdo da mensagem fosse assimilado.

Fidel tem consciência da fronteira existente entre o possível e o impossível. Conhece o seu povo, o que foi e o que é, tornou-se um mestre na arte da revolução. A sua concepção épica da história coexiste com uma percepção lúcida dos comportamentos humanos em função das épocas, do circunstancialismo histórico, dos estímulos, da capacidade de transformação das sociedades em colectivos militantes cuja força e espírito de desafio dependem de incontáveis factores.

Utilizou expressões duras para esboçar o retrato do planeta submetido a uma globalização imperial que promove a desigualdade.

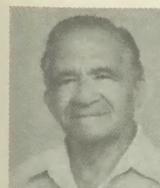
«O mundo está num caos!», sublinhou repetidamente.

Não foi o seu um brado de desespero. Soou como exortação ao combate. Contra o caos e a barbárie que alastram, conclui que os povos não podem cruzar os braços e caminhar para o patíbulo, dispostos a colocar o pescoço no cepo e aguardar que a guilhotina desça sobre ele.

Mas para se recusar a capitulação, para se enfrentar um inimigo poderoso, implacável, é indispensável avaliar com frieza a situação, o terreno de batalha, as imensas dificuldades que temos pela frente.

Mudar de rumo

O mundo - disse Fidel - pode acabar dentro de 500 anos, ou mesmo 100 se não houver



■ Miguel Urbano Rodrigues



■ Manoel
de Lencastre

Ainda o 31 de Janeiro de 1891

Portugal no atoleiro africano

No último número do «Avante!» tratámos com a leveza que o espaço nos impunha a questão histórica do 31 de Janeiro de 1891 tocando alguns aspectos do drama nacional em África(*). Hoje, também de suave maneira, observaremos a situação que se viveu no nosso país até à implantação da República. É-nos forçoso, porém, voltar a partir da tragédia africana que deu lugar ao ultimato britânico e ao romper brutal, armas na mão, com a monarquia e a Casa de Bragança. Trata-se de um período riquíssimo, ainda que humilhante, da nossa história. Estudando-o, compreendemos o país rebelde, sequioso de liberdade que, em 25 de Abril de 1974, se achava, de novo, embrenhado no atoleiro de África.

Tivera toda a razão D. Francisco de Almeida, vice-rei da Índia, ao concluir que o império português só poderia ser marítimo. Não tivera razão alguma Afonso de Albuquerque, ao insistir no avanço do poderio português por terras mal conhecidas. Portugal, nunca teve pessoal em suficiente número para que lhe fosse possível construir o império que imaginava. Mas os interesses de ordem económica decidiram. E o País, já sem forças ou razão para continuar na Índia, partiu para o Brasil. Nesse percurso, abandonou, praticamente, os sertões e os pequenos estabelecimentos a que chamávamos as «nossas Áfricas» e onde alguns faziam negócios.

Mas em 1888, vistas as intenções da Grã-Bretanha em plena febre industrial e à testa do maior império que se viu, a Sociedade de Geografia e o governo português decidiram que tinha chegado a hora de agir em defesa da «nossa» África.

No chamado «mapa cor-de-rosa» definiam-se as intenções nacionais: unir Angola a Moçambique, possuir as embocaduras do Zaire, do Cuanza e do Cunene, a foz do Limpopo, o delta do Zambeze, o curso do Rovuma. Acentuava-se que as terras de Manica e Machona pertenciam a Portugal tal como outras áreas a norte do Zambeze. Vítor Cordon partiu para regiões na margem direita daquele importante rio e Paiva de Andrade seguiu para Manica onde trabalhou para consolidar as posições portuguesas durante todo o ano de 1889.

Lisboa decidiu, também, preparar no Alto Chire o lançamento de um caminho-de-ferro para, aproveitando o curso do rio, garantir a ligação do lago Niassa ao mar. Serpa Pinto foi designado comandante de uma expedição que assumiria tal projecto. Mas tinha outro objectivo: realizar a junção com uma coluna comandada por Paiva Couceiro que surgiria do Bié e do Moxico para, descendo o vale do Zambeze, realizar a unificação da «nossa África». Mas em Setembro de 1889, o cônsul britânico em Moçambique, Johnston (empregado de Cecil Rhodes) que já conduzira negociações em Lisboa mandatado por Salisbury, marchava, também, para a zona do Chire. Tinha ordem de Rhodes para estabelecer uma zona de influência britânica.



O ultimato britânico

A 16 de Novembro de 1890, dá-se em terras de Manica um confronto armado, militarmente insignificante mas gravíssimo diplomaticamente. A aldeia do chefe Umtasa ou Mtasa, que respeitava a soberania portuguesa, foi investida, de surpresa, pelos britânicos. Os portugueses que lá se encontravam, incluindo Paiva de Andrade e Manuel António de Sousa foram desarmados e presos pelos ingleses comandados pelo major Patrick Forbes e pelo capitão Fiennes. Nesta altura, forças portuguesas, diminutas, cruzam o Ruvo. Mas Buchanan (outro empregado de Rhodes) reage com o máximo vigor e coloca sob protecção britânica as nações Iao e Makolo. Em Dezembro, porém, ainda Azevedo Coutinho (membro da expedição de Serpa Pinto) prossegue o seu avanço tentando realizar o plano acima referido. O gover-



no de Whitehall, entretanto, não podia tolerar a progressão desta força e resolve utilizando meios drásticos, decisivos. Foi o momento do ultimato.

A 11 de Janeiro de 1890, o embaixador em Lisboa, Petre, entregou ao governo de José Luciano de Castro a nota diplomática em que se exigia que os portugueses abandonassem o Chire e o Niassa e não atacassem os estabelecimentos britânicos já existentes no país dos Makololos e no Mataele. Para que não se registassem dúvidas quanto às intenções do governo de Londres, este fizera avançar de Zanzibar para Moçambique um esquadrão de tropas de choque enquanto a esquadra do Canal da Mancha navegava para Lisboa com ordens secretas e seladas no sentido de fazer à capital portuguesa aquilo que Nelson e Wellington tinham feito em Copenhague.

Os Braganças violentaram o nosso país

Sem meios que lhe permitissem reagir ao ultimato, o governo português acedeu às exigências britânicas. Mas o povo via as coisas muito à sua maneira e considerou que o nosso país tinha sido

alvo de uma histórica humilhação. Olhando-se em redor, as culpas para o desastre que vinha coroar um declínio de séculos, só poderiam ser dirigidas à família dos Braganças e aos governos que a serviram — numa palavra, ao regime monárquico. Começaram a circular histórias sobre a verdadeira natureza da monarquia e sobre o estilo de vida do rei D. Carlos e da rainha (D. Amélia de Orléans). O povo português não teve problemas em concluir que a República seria a resposta adequada. A ideia da Revolução fixou-se no imaginário do País. O 31 de Janeiro aconteceu demasiado cedo. O 5 de Outubro foi a data certa. Nessa altura, o derradeiro fruto da já impotente árvore

dos Braganças estava quase apodrecido, apesar de prematuro, e caiu.

A monarquia, contudo, não saiu sem luta do cenário nacional. O julgamento dos heróis do 31 de Janeiro ferira os melhores sentimentos nacionais e proporcionara livre curso à propaganda das ideias republicanas e ao trabalho político do Partido Republicano. Os principais dirigentes deste tornaram-se rapidamente, numa classe de heróis de quem o povo esperava a redenção da Pátria. A reacção do regime foi violenta. As prisões estavam cheias de republicanos. Muitos haviam sido condenados a penas de degredo nas «nossas Áfricas». Tudo o que se considerasse como crimes contra a segurança do Estado, era brutalmente punido. Mas o avanço do Partido Republicano e o das ideias antimonárquicas, de liberdade e de democracia, era impossível de sustentar. E Guerra Junqueiro entendeu por bem afastar-se de Oliveira Martins aderindo ao Partido Republicano.

Nesta conjuntura, o ódio nacional aos Braganças e ao rei D. Carlos, especialmente, adquiriu características quase patéticas. O povo português não perdia de vista o momento histórico que o tinha levado a dominar importantes parcelas do globo e considerava os Braganças e a monarquia como responsáveis por um declínio que se adivinhava desastroso. Em 1908, a tensão política e a atmosfera revolucionária estavam no auge. A 31 de Janeiro, a família real viajaria de Vila Viçosa para Lisboa.

(* Por lapso, a colaboração de Manoel de Lencastre publicada no número anterior e a que o autor se refere — «O Império Precário — Drama nacional em África após o fim da monarquia e o nascer de uma grande esperança», não veio assinado. Pelo facto pedimos desculpa a Manoel de Lencastre e aos leitores do «Avante!».

O regicídio

A organização e o trabalho do Partido Republicano processavam-se de maneira febril. Todos os que se aliavam às ideias da República assumiam-se como autênticos salvadores de uma Pátria aviltada e feita desmoralizar pelo corrupto regime monárquico. Quaisquer eleições que se realizassem nas grandes cidades eram e seriam vencidas pelos republicanos. Só o Portugal rural, acorrentado ao caciquismo que o estrangulava, permanecia agarrado aos velhos princípios obscurantistas que, mais tarde, António de Oliveira Salazar tentaria fazer ressurgir.

A viagem da família real que saíra de Vila Viçosa em direcção a Lisboa, só se realizou a 1 de Fevereiro de 1908. O País estava agitado. O rei ordenara o degredo, a deportação para «as nossas Áfricas» de todos os republicanos envolvidos em actos de insubordinação. Notava-se um nervosismo, um terror jamais observado nos círculos da Casa de Bragança. As actividades da «Carbonária» dirigida por oficiais revolucionários da Marinha de Guerra, tinham-se tornado temíveis. O governo, o rei, as próprias forças armadas, encaravam com extremo pessimismo a situação que se vivia no país.

Estabelecera-se que o rei, quando no estrangeiro, considerava o regresso a Portugal como «voltar à pocilga». Segredava-se em Lisboa que não pagara ao alfaiate e que o barbeiro privativo se queixava de não receber o valor dos serviços prestados. Ninguém esquecia a célebre questão dos adiantamentos, quando o monarca pretendia forçar o ministro das Finanças a adiantar-lhe fundos a que não tinha direito. Da rainha D. Amélia, circulavam as mais escabrosas revelações. A turba de Lisboa, assim a designava Wellington porque profundamente a temia, atribuía-lhe actos e apelidos de preciativos. O ódio popular contra os Braganças era o pretexto de toda uma nação que fora grande mas não tivera meios para enfrentar o ultimato inglês.

Sangue azul na Rua do Arsenal

Na tarde desse dia fatal de 1 de Fevereiro, a família real, que viajara num dos navios que faziam a carreira entre o Barreiro e a Estação sul e sueste, desembarcou na Praça do Comércio. Confundiam-se as medidas de segurança com a pompa adequada aos valores da monarquia. O coche que transportava o rei, a rainha, o infante D. Luís Filipe e o príncipe D. Manuel, avançou para a Rua do Arsenal. Havia muito povo nos passeios. Nos ares, um clima enorme de rancor. Aqueles é que eram — os Braganças — os causadores da falência e da vergonha de Portugal, os que viviam às costas do povo e dele riam. De repente, do centro da turba, dois homens destacam-se. Eram o caixeiro Alfredo Costa e o professor Manuel da Silva Buíça. O primeiro disparou sobre o corpo avantajado do soberano, abatendo-o.

EM FOCO

Últimos dias da monarquia



O segundo, visou o infante, liquidando-o também. A rainha protegeu o filho mais novo, D. Manuel, e conseguiu evitar que este sofresse a sorte do pai e do irmão escapando com um pequeno ferimento.

Naturalmente, a intenção dos autores deste acto dramático e sanguinário era a eliminação total da família dos Braganças deixando o trono vazio para dar lugar à implantação da República, imediatamente. Mas a Guarda Municipal, à espadadeira, liquidou ambos e a carruagem real «voava» para o santuário que o Arsenal da Marinha representava. O drama de Portugal era, agora, o drama da família real. Era um tenebroso drama que deixava o país mal colocado internacionalmente, e em especial perante a Grã-Bretanha, a nossa principal nação-credora, aliada e perversa companheira de civilização, autora de um dos actos mais humilhantes que a História de Portugal regista — o ultimato de 1890.

Mas o poder reagiu. E muitos sectores da opinião pública, cientes de que a monarquia tinha os seus dias contados, pensaram que o regicídio fora desnecessário e tinha-se tornado num crime bárbaro. No seu íntimo, no mais recôndito da sua alma, mais recôndito da sua alma, o povo português sabia que nada tinha a perder com o desaparecimento do rei e do infante. A luta continuaria a avançar em condições diferentes e muito mais favoráveis. O príncipe D. Manuel subiu ao trono com o título de D. Manuel II. Mas as esperanças de que o seu reinado se alongasse no tempo ou fosse dócil e próprio para o povo de Portugal eram poucas ou nenhuma. Se os Braganças tinham conseguido sobreviver, a aspiração nacional suprema, a implantação da República, seria obtida elevando a luta a condições superiores. Muitos dos chefes republicanos dos chefes republicanos tinham sido presos em consequência do movimento de 28 de Janeiro. Mas o regime austero de João Franco tinha, também, os dias contados.

A chegada do novo rei D. Manuel II ao trono simbolizava um país em crise que se mostrava incapaz de elevar-se ao seu próprio nível de grandeza. Para mais, o jovem soberano nunca evidenciara qualidades adequadas às novas responsabilidades que assumia. Não era a ele que se destinava a sucessão do pai, mas ao infante que tomara, também, sob o fogo das armas dos regicidas. O destino, contudo, lançou o jovem filho de Carlos e Amélia, que nascera em Lisboa a 19 de Março de 1889, como o 34º rei de Portugal (4ª Dinastia) para o mais perigoso lugar que era possível ocupar-se em Portugal em 1908. Tinha 18 anos de idade e chamaram-lhe o «rei saudade».

Pretendendo apaziguar os ânimos do País e, talvez, inaugurar um período de acalmia e de tolerância que assegurasse a continuação da monarquia, a Casa Real e os membros do Conselho de Estado, decidiram fazer demitir o ministério de João Franco. Acusaram-no de não ter tomado medidas que pudessem ter evitado o regicídio e de, com a sua política de aberta repressão contra o povo e os republicanos, ter feito exacerbar os sentimentos de todo o país. Em substituição do odiado João Franco, chamaram para o lugar de Ministro do Reino o almirante Ferreira do Amaral, um homem sem partido. Inaugurou-se, assim, a «Política de Acalmiação» e libertaram-se os «leaders» republicanos. Seria possível recomeçar quando o País sabia que estava no fim do último capítulo de uma história antinacional, a dos Braganças?

O ano de 1909 foi terrível. O regime monárquico cedo percebeu que, para sobreviver efectivamente, só lhe restava o caminho da repressão. O apaziguamento apenas dava condições aos republicanos para melhor se organizarem numa campanha de propaganda política que empolgava o País. Um novo governo (regenerador) presidido por Campos Henriques, tomara posse a 25 de Dezembro de 1908. Mas este ministério, confrontado com problemas que não tinha condições para resolver, só durou até Abril. Foi substituído por outro a que presidia Sebastião Teles. Logo, 27 dias depois, cairia o novo governo enquanto o Partido Republicano se aproveitava da instabilidade governativa para demonstrar que o regime monárquico não dispunha de condições para manter-se no poder. Não era possível deixar perpetuar-se uma situação que envergonhava e desonrava o País. Só a República e as liberdades que seriam garantidas poderiam resgatar o nome de Portugal. O Congresso do Partido Republicano Português (PRP) realizou-se em Setúbal a 24 e 25 de Abril. Nele se demonstraram as precárias condições do País. Nele se definiram linhas de orientação futura ao mesmo tempo que se declarava não terem os republicanos estado comprometidos no regicídio.

A revolução está em marcha

O novo governo tomou posse a 14 de Maio. Presidia-o o regenerador-dissidente, Venceslau de Lima. E duraria até 22 de Dezem-

bro. O País, todavia, estava consciente de que a sucessão de governos monárquicos não passava de um estertor anunciativo do fim de um moribundo. José Luciano de Castro, um dos chefes partidários que dominavam a vida parlamentar, escreveu ao rei uma carta que ficou célebre porque admitia a inevitabilidade da revolução. Eis os passos principais dessa carta:

«O Partido Republicano avança a passos rápidos. Já está de posse da Câmara Municipal de Lisboa e de grande parte das juntas da paróquia da cidade. Fez eleger, há dias, derrotando um dos ministros, o presidente da Sociedade de Geografia e logo promoveu uma imponentíssima e extraordinária manifestação republicana que terminou por uma sessão tumultuosa na Câmara dos Deputados. Nesta, alguns membros deram vivas à República no que foram correspondidos por calorosas manifestações das galerias onde só estavam republicanos. Se não me engano, a Revolução ameaça-nos de perto.»

José Luciano de Castro não se enganava. Em actividade febricitante, o almirante Cândido dos Reis impulsionava os quadros republicanos da Marinha. O Juiz de Instrução Criminal de Lisboa, ao contrário, agia, laboriosamente, para tentar neutralizar as actividades da Carbonária. Nos meios da Igreja Católica, todos intimamente ligados ao regime, atacavam-se desvairadamente os «malvados republicanos» e excomungavam-se os leitores de jornais que não fossem os da chamada «boa imprensa».

A 3 de Outubro de 1910, enquanto o Dr. Miguel Bombarda tomba assassinado por um alienado em pleno hospital, o glorioso almirante Cândido dos Reis está perto do Cais das Colunas à espera dos sinais que os navios transmitiriam garantindo-lhe que a Marinha de Guerra aderiria à Revolução. Mas esses sinais não se produziram. Cândido dos Reis, desiludido, mortificado pelo desgosto de verificar que a Marinha não o seguia, pronunciou estas palavras: «Já não há portugueses!» Depois, meteu-se a caminho da Rua Morais Soares onde residia em casa de uma irmã. Fardou-se e desfechou contra si mesmo um tiro de pistola, suicidando-se.

Temos, assim, que a Revolução gloriosa planeada pelo não menos glorioso Partido Republicano Português, estava sem chefes no momento crucial em que deveria colocar na rua todos os seus efectivos. Cândido dos Reis, «leader» militar, está morto, Miguel Bombarda, dirigente civil, está morto. Para onde vai a Revolução? Quem vai passar a certidão de óbito à monarquia? Isto, como se disse, é a 3 de Outubro. Um homem que se houvesse totalmente comprometido com Cândido dos Reis, o heróico Machado dos Santos, sem poder esperar mais por ordens que nunca chegariam, entra no quartel do Regimento de Artilharia Ligeira 1. Mas isto já são outras histórias.



Enigmas

A secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, deslocou-se a Moscovo com o confessado objectivo de deslindar o «enigma Putin».

Dificuldades? «Enigma»? Onde está a dificuldade em entender um «enigma» cujo primeiro acto legislativo como presidente interino da Rússia foi dar imunidade vitalícia ao seu patrono e predecessor, Bóris Ieltsin, mais o respectivo clã, pondo-os ao abrigo de qualquer processo ou investigação criminal e dando-lhes imunidade absoluta para todos os crimes passados, presentes ou futuros?

Verdadeiramente enigmática é a democracia norte-americana e a sua virtuosa capacidade em usar os pesos e as medidas conforme as suas democráticas conveniências...

PONTOS CARDEAIS

Eleições

Já que falámos nos Estados Unidos da América, vem a talhe de foice o circo eleitoral que mais uma vez se ergueu nas plagas do Tio Sam, a caminho das presidenciais que hão-de realizar-se lá para o final do ano. Excitadíssimos, todos os operadores televisivos cá do burgo dão notícias diárias do espectáculo, deslumbrados com as performances da grande democracia americana.

O que não relatam - nem os impressiona - é que toda aquela frenética barafunda pseudodemocrática é protagonizada, por junto e atacado, por uns escassos milhares de activistas de

ambos os partidos (Republicano e Democrata), enquanto os mais de 200 milhões de norte-americanos nem tomam conhecimento do que se passa. Tal como o que não relatam - nem os impressiona - é que toda aquela frenética barafunda pseudodemocrática vai desembocar, infalivelmente, num escrutínio onde o novo presidente dos EUA - seja ele quem for - será eleito por um terço dos eleitores, dado que a maioria esmagadora dos norte-americanos já há muito que desistiu de ter voz num sistema sábia e implacavelmente viciado a favor da minoria possidente...

Aflições

Catorze países da Comunidade Europeia andam muito aflitos - e com razão - com a iminência de o 15.º membro da Comunidade - a Áustria - formar um governo integrando um partido

confessadamente neonazi. Todos afirmaram as suas apreensões e lançaram ameaças veladas de retaliação, caso o escândalo se concretize, enquanto a direita dos mais diversos matizes aproveita a boleia para reclamar «espaço democrático» aos neonazis, à sombra do respeito pelas regras do «jogo democrático» e caucionando, assim, respeitabilidade para raciocínios tão abjectos como os do líder neonazi do partido austríaco em questão, afirmando despidoradamente que os campos de extremínio nazis «disciplinavam criminosos» ou que os assassinos psicopatas das SS eram «cidadãos honestos e patrióticos».

Entretanto, nenhum destes aflitos governos da Comunidade pondera o caldo social que o seu «jogo democrático» continua a cozinhar em lume brando, onde os ingredientes continuam os mesmos que conduziram à ascensão de Hitler e do III Reich: exploração desenfreada de quem trabalha, desprezo pelos mais elementares direitos dos cidadãos, utilização do Estado para dar mãos livres à rapina capitalista, tudo a coberto de uma democracia representativa devidamente viciada para garantir o domínio do poder capitalista. As erupções neonazis como a que se verifica, agora, na Áustria são apenas a expressão mais aberrante de um sistema todo ele viciado e vicioso...

Frios

Segundo revelaram os serviços de urgência de Moscovo, neste Inverno já morreram de frio 162 pessoas na capital russa, vítimas da extrema pobreza com que se debate mais de metade da população. São números arrepiantes, que fazem regredir a Rússia para os níveis de miséria verificados na época czarista, há quase um século. Note-se que estamos a falar do mais vasto país do mundo, detentor das maiores riquezas naturais do planeta, que, há uma década, não sabia o que era fome e, também há uma década, estava na vanguarda dos mais diversos domínios do conhecimento humano. Dez anos depois de «caminhada democrática» ao estilo capitalista, morresse de frio nas ruas de Moscovo. Frio, é isto. E absolutamente arrepiante.

PONTOS NATURAIS

Mário Castrim

Versos

Para quê?

Versos no «Avante!»? Para quê? Eis o que eu penso: há menos frio quando passamos o rio.

Deitam-nos sal nas chagas e ácidos nos olhos. Mas há menos frio quando passamos o rio.

Vão roubar-nos o sono e o pão. No entanto há menos frio quando passamos o rio.

Vão tapar-nos o sol mas uma voz dirá: há menos frio quando passamos o rio.

(lá para a margem onde não haverá mais feridas nem ácidos nos olhos nem a noite violada nem o beijo queimado nem esquecidas manhãs)

No barco haverá menos frio quando passarmos o rio com um florir de incenso no suor dos tripulantes.

Por isso eu penso que estão bem os versos no «Avante!».

Votação

O resultado das eleições na freguesia de Senim foi o seguinte:

- O padre no púlpito 200 votos. O dono da loja que vende fiado 80 votos. O funcionário das Finanças 30 votos. O operário têxtil 1 voto.

O Um Voto não perdoa pecados não explora o fiado não recebe por fora.

De manhã quando vai para a fábrica de bicicleta deita-lhe o sol que nasce a sua bênção.

Por isso eu acredito em melhor resultado nas próximas eleições da freguesia de Senim.

A nossa voz

a nossa voz vem através dos séculos

e quando ela passava as árvores renasciam e abriam-se caminhos no deserto

a nossa voz veio de mão em mão (às vezes decepadas) para a estafeta do pólen

a nossa voz para além do efémero

a nossa voz amaramada

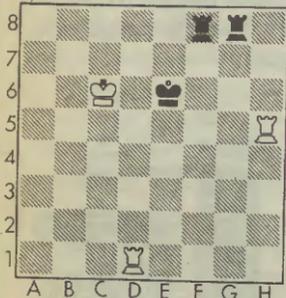
espada madrugada

XADREZ

DCCXXXVIII - 3 DE FEVEREIRO DE 2000 PROPOSIÇÃO N.º 2000X04

Por: Henri Rinck «La Stratégie» 1921

Pr.: [3]: Ts, f8, g8 - R66 Br.: [3]: Ts, d1, h5 - R66



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X04 [J. F.]

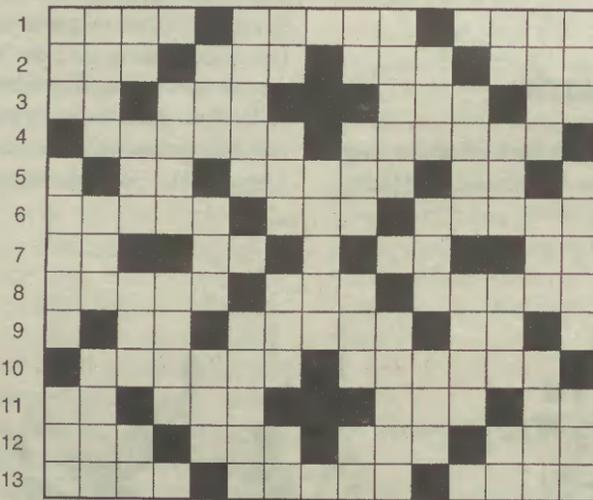
- 1. Td6+, R67; 2. Th7+, R68; 3. T66+, Rd8; 4. Ta7 e g.

- 2. Tf7; 3. Td7+, R68; 4. Td:f7 e g.

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Arbusto frondoso, de flores amarelo-alvacentas, cujas folhas e casca contêm vários alcalóides, dos quais o mais importante é a cocaína; zombaria (fig.); casta inferior de japoneses. 2 - Espécie de capa sem mangas usada para irmandades e confrarias; deus dos Maometanos; rebordo do chapéu; indivisível. 3 - Rádio (s.q.); cem metros quadrados; discurso, comparecer. 4 - Galhofa; aprendiz. 5 - Deus solar dos antigos egípcios; advertência; antiga nota dó. 6 - Carvão ou lenha incandescente; carta escrita numa só folha; gasto. 7 - Interj. de dor; planta liliácea chinesa; também (arc.); campeão. 8 - Dissimulada; o m.q. ensejo; rezara. 9 - Dirigia-se (fig.); aéreo; caminhais. 10 - Peça; relativos à epopeia. 11 - Pedra de moinho; estima muito; pedra de altar; Ósmio (s.q.). 12 - A pessoa de quem se fala; elemento de formação que traduz a ideia de ombro; mau cheiro (bras.); elemento de formação que traduz a ideia de vinho. 13 - Verniz da China; casualidade; ilha de forma circular.

VERTICAIS: 1 - O rubor das faces; uso excessivo; suavidade (fig.). 2 - Inchar; curso natural de água; qualquer corpo esférico. 3 - Cálcio (s.q.); fúria incontida; ninho; Actínio (s.q.). 4 - Planos laterais do avião; saco largo e comprido muito usado como medida. 5 - Anel; fruto da ateira; patrão. 6 - Asa do nariz; efemina. 7 - Utensílio de cozinha; insignificância (fig.); a barlavento (naut.); partícula afirmativa do dialecto provençal. 8 - Incógnome. 9 - Rapaz (pop.); membro de ave; composição poética, própria para o canto; Arsénio (s.q.). 10 - Pequena esmola; que não se deixa atravessar pela luz. 11 - Sapo do Amazonas; espécie de boi selvagem; irrita. 12 - Carga; abastada. 13 - A tua pessoa; base aérea portuguesa; guarnição com asas; extraterrestre (abrev.). 14 - Erva-doce; oferecer; inércia. 15 - Ribeira portuguesa; campo plantado de roseiras; astro-rei.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Coca; apuro; elas. 2 - Opa; Alá; ába; unco. 3 - Ra; are; oro; jr. 4 - Rísta; alho; 5 - Rd; avio; ur. 6 - Bra; ol; 7 - Lt; dt; er; ts; 8 - Soma; aso; 9 - R; 10 - Bocado; épicos. 11 - Mq; ama; ara; Os. 12 - Ela; om; aca; eno. 13 - Laca; acaso; alol.

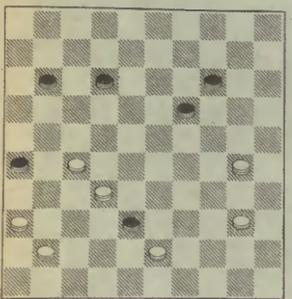
VERTICAIS: 1 - Cor; abuso; mel. 2 - Opa; rto; bola. 3 - Ca; tra; nio. 4 - Asa; saca. 5 - Áro; ata; amo. 6 - Alca; adama. 7 - Pa; avo; aló; oc. 8 - Hesa; 9 - Pa; asa; ode; As. 10 - Obolo; opaco. 11 - Áru; vro; tra. 12 - Ónus; rca. 13 - Tu; oia; aso; El. 14 - Am; darr; sono. 15 - Sor; rosar; sol.

DAMAS

DCCXXXVIII - 3 DE FEVEREIRO DE 2000 PROPOSIÇÃO N.º 2000D04

Por: Louis Dalman «Combat dans l'Arène» [N.º 127] Nimes [Fr.] - 1976

Pr.: [6]: 11-12-14-19-26-38 Br.: [7]: 27-30-32-36-40-41-43



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D04 [L. D.]

- 1. 32-28, (38x49=D); 2. 27-21, (49x24); 3. 36-31, (26x46=D); 4. 21-16, (16x9); 5. 6x9+

A. de M. M.

AGENDA

Plenários e outras reuniões das Organizações do Partido SINTRA

Encontro Concelhio de Quadros do PCP sobre o trabalho de Direcção e Organização do Partido no concelho e a remodelação do «Avante!» e sua divulgação. No Salão da Igreja de Rio de Mouro, sexta-feira, 4, às 21h30 com a participação de Sérgio Teixeira

• LISBOA

Plenário de militantes e simpatizantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião da Pedreira - No Centro de Trabalho Vitória, sábado, dia 5, às 15h, sobre Organização e tarefas do Partido e iniciativas das freguesias.

Plenário de militantes da Freguesia de Santa Engrácia - Sábado, dia 5, 15h, na Colectividade «Sempre Unidos».

Reunião alargada do Organismo de Direcção da Zona Centro - No Centro de Trabalho Vitória, terça-feira, dia 8, às 19h, sobre a situação política e social e o plano de trabalho para o ano 2000.

Debate com Sérgio Ribeiro, promovido pelo Sector da Função Pública da ORL, sob o tema «Função Pública não

é um mal necessário nem uma necessidade em vias de extinção» - Quarta-feira, 9, às 19h, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário da célula do PCP na Câmara Municipal de Lisboa - Com a participação da camarada Rita Magrinho sobre as áreas de sua responsabilidade como vereadora da CML: No Centro de Trabalho Vitória, quinta-feira, dia 10, às 19h.

Debate sobre a situação política e a reunião do Comité Central, promovido pela célula dos trabalhadores da Voz do Operário - Quinta-feira, dia 10, às 13h30, com a participação de Martinho Batista.

Reunião da Juventude da Zona Norte da Cidade de Lisboa - No Centro de Trabalho Vitória, quinta-feira, 10, às 21h30.

Évora - Palácio D. Manuel - Dia 9 às 18h

O PCP NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA - passado, presente e futuro

Colóquio com Álvaro Cunhal,

no 25.º aniversário da 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul

Jornadas Autárquicas em Loures

Sábado, 5

DEBATES:

• em Sto. Antão do Tojal

- O Desporto e a Juventude - «União Lebrense», A-das-Lebres, 15h

- O PDM e o desenvolvimento da Freguesia - Junta de Freguesia, 17h

• em S. Julião do Tojal

- O Plano de Urbanização de A-das-Lebres aos Tojais - Coop. do Zambujal, 21h

LOURES

Pavilhão Paz e Amizade

JANTAR CDU DE «ANO NOVO»

com Carlos Carvalhas e Adão Barata
Amanhã, dia 4, às 20h

CARLOS CARVALHAS VISITA A TAP

Na próxima sexta-feira, dia 4, o Secretário-geral do PCP, integrando uma delegação do Partido que inclui deputados e membros da Direcção da ORL, visita a TAP, no Aeroporto de Lisboa. Para as 15 horas está agendada uma reunião com o Conselho de Administração e para as 16 uma outra com as Organizações Representativas dos Trabalhadores da empresa.



Aniversário do Avante!

• Santiago do Cacém

Sexta-feira, dia 4, 20h30 - Biblioteca Municipal
Debate com o camarada José Casanova:
A imprensa em Portugal
e a importância do «Avante!» e de «O Militante»

• Montemor-o-Novo

Sexta-feira, dia 4, 20h30 - Centro de Trabalho do PCP
Debate com o camarada Leandro Martins

• Lisboa

Quinta-feira, dia 10, 20h - Centro de Trabalho Duque de Loulé
Jantar-convívio e plenário dos Sectores de Empresas e Serviços de Lisboa sobre «O Avante!» e a batalha ideológica com a participação de José Casanova



Sintra

Toxicod dependência em debate

- Hoje, dia 3, 15h30, Escola Gama Barros com Ricardo Oliveira, Jorge Martins, João Filipe Rodrigues
- Sexta-feira, dia 4, 21h30, CT do PCP em Mem Martins com Bernardino Soares

Os problemas de OEIRAS

Sábado, 5, 21h - Barcarena/Grupo Recreativo da Tercena

• A falta de transportes e a greve na Vimeca

• A privatização dos SMAS
Debates com Arnaldo Pereira e outros eleitos CDU

Sector de Empresas de Cascais

ALMOÇO-CONVÍVIO e DEBATE no aniversário da Greve Geral de 1982: «O PCP e a luta dos trabalhadores», com a participação de Joaquim Dias
Dia 12 - 13h - CT de Tires

Orçamento do Estado em debate

com a participação dos deputados António Filipe, Bernardino Soares, Fátima Amaral, Natália Filipe
Segunda-feira, dia 7, 18h30, Hotel Plaza (Sala Eça) - Lisboa

VIAGEM À CHINA

Pequim - Xian - Xangai
Guilin - Maca - Hong-Kong
A Grande Muralha e os principais Museus
Hotéis de **** e pensão completa

10 a 23 de Setembro de 2000
(data rectificada)

(Informações: DORS / Cam. Adelaide
Tel. 265 526 123)

VIAGEM A TENERIFE (Canárias)

6 a 13 de Julho

Informações:
Com. Concelhia de Almada
Cam. Artur Cabrita
(Tel. 21 275 27 77)

TELEVISÃO

Quinta, 3

RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Queridas e Maduras
15.30 Animais & Companhia
16.30 Infância
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Remate
21.20 Quem Quer Ser Milionário?
21.45 A Lenda da Garça
22.25 Parque Maior
00.05 Senadores
01.15 24 Horas
01.40 Primeira Página
02.05 O Homem Digital
(de Phillip Roth, EUA/1994, com Ken Olandt, Kristen Dalton. Ficção «científica»)

RTP 2

07.30 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 As Jovens Kennedy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX

Sexta, 4

RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Queridas e Maduras
15.30 Animais & Companhia
16.30 Infância
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Remate
21.20 Quem Quer Ser Milionário?
21.45 A Lenda da Garça
22.25 A Raia do Medo
23.20 O Relâmpago do Asfalto
(de Gordon Chan, EUA/1995, com Jackie Chan, Anita Yuen, Michael Wong. Acção)
01.25 24 Horas
01.50 Primeira Página
02.30 NBA

RTP 2

07.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Os Gucci
18.00 Informação Religiosa
18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX

Sábado, 5

RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Parlamento
15.00 Top +
16.15 Preciosa
17.30 Academia de Polícia
18.05 Jet 7
18.55 Futebol: Porto-Braga
21.00 Telejornal
22.10 Santa Casa
24.00 Serviço de Urgência
01.00 Loja do Cidadão
21.20 Quem Quer Ser Milionário?
03.00 24 Horas
03.30 Futebol Inglês
05.30 O Senhor dos Desejos
(de Robert Kutzman, EUA/1997, com Andrew Divoff, Tammy Lauren. Terror)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 O Gendarme em Nova Iorque
(de Jean Girault, Fr./1965, com Louis de Funès, Geneviève Grad, Michel Galabru. Comédia)
13.45 Quem Sai aos Seus
14.15 A Terra
15.00 Desporto 2
19.15 A Outra Face da Lua
21.00 2001
21.30 Jornal 2
22.25 Dinheiro Vivo
23.00 O Lugar da História - "O Mistério do Taj Mahaal"
24.00 Artes de Palco: "Catulli Carmina"
00.55 Allô, Allô
01.25 Hippies
01.55 A Grande Barraca

SIC

07.00 Zip Zap
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Eduardo Mãos de Tesoura
(de Tim Burton, EUA/1990, com Johnny Depp, Winona Ryder, Dianne Wiest. Ver Destaque)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.10 Negócio Fechado
23.40 Uma Mulher de Sonho
(de Blake Edwards, EUA/1979, com

Domingo, 6

RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Preciosa
16.30 Rocketman
(de Stuart Gillard, EUA/1997, com Harland Williams, Jessica Lundy. Comédia)
18.00 Os Principais
19.30 Major Alvega
20.00 Telejornal
21.20 Domingo Desportivo
23.00 Agora é que São Elas
00.45 Nada É Sagrado
02.00 Prazeres
03.10 24 Horas
03.35 Demolition High
(de Jim Wynorski, EUA/1996, com Corey Haim, Alan Ticke. «Thriller»)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 O Nome da Nossa Gente
11.55 Novas Aventuras de Robin Hood
12.40 Caminho das Estrelas
13.30 A Minha Vida com os Animais
14.30 Onda Curta
(Quando o Dia Nasce, When the Day Breaks, de Wendy Tilby, Can./1999; No Coração da Terra, Au Coeur de la Terre, de Chantal Drapeau, Can./1999; Movimento Animado, Imagem por Imagem - I, Animated Motion, Frame by Frame - I, de Norman McLaren e Grant Munro /Can./1978). Curtas Metragens)
15.00 Desporto 2
19.00 Rotações
19.30 Jornal de África
20.00 Artes e Letras - "Dance Ballerina Dance"
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Jornal 2
22.15 Bombordo
22.45 O Quarto Escuro
23.40 Travessa do Cotovelo
00.40 O Leopardo
(de Luchino Visconti, Fr./It./1963, com Burt Lancaster, Alain Delon, Claudia Cardinale, Rina Morelli, Serge Reggiani. Ver Destaque)

Segunda, 7

RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Notícias
10.10 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Dias Úteis
16.30 Infância
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Remate
21.15 Quem Quer Ser Milionário?
21.50 A Senhora Ministra
22.15 A Lenda da Garça
23.00 Crónica do Século
(Progr. 13 e 6lt*)
00.05 Jogo Falado
01.20 24 Horas
01.50 Primeira Página

Terça, 8

RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Notícias
10.10 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Dias Úteis
16.30 Infância
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Remate
21.15 Quem Quer Ser Milionário?
21.50 Não És Homem Não És Nada
22.15 A Lenda da Garça
23.00 Grande Entrevista
00.20 24 Horas
00.50 Primeira Página
02.15 Jesse

Quarta, 9

RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Notícias
10.10 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Dias Úteis
16.30 Infância
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Remate
21.15 Quem Quer Ser Milionário?
21.45 As Lições do Tonecas
22.25 A Lenda da Garça
23.10 Esquadra de Polícia
00.05 No Rasto do Mal
01.05 24 Horas
01.45 Primeira Página
02.10 Diário de Maria



Sobre as «Crianças sem Infância» deste mundo, uma pequena série a não perder, a partir de segunda-feira na RTP2

19.00 Juvenil
20.35 Survival
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
22.55 O Desafio das Águas
(de Brian G. Hutton, EUA/1968, com Richard Burton, Clint Eastwood, Mart Ure, Patrick Wymark. Ver Destaque)
01.40 Remate
01.50 Mistérios de Ruth Rendell
02.50 Neste Século Aconteceu

SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 A Cor da Noite
(de Richard Rush, EUA/1994, com Bruce Willis, Jane March, Lesley Ann Warren, Ruben Blades. «Thriller»)
02.00 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
16.00 Animação
18.30 Alta Velocidade
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Ri-te Ri-te
22.30 Reis da Música Nacional
01.30 Fúria Imediata
(de Craig Baxley, EUA, com Gregory Harrison, Hohn Galecki, Neil Patrick Harris. Drama)
03.35 Competente e Descarada
04.05 Adultos à Força
05.05 A Balada de Hill Street
06.10 Serras Azuis

19.00 Juvenil
20.35 Survival
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
22.55 Andamentos
23.30 A Batalha das Ardenas
(de Ken Annakin, EUA/1965, com Henry Fonda, Robert Shaw, Robert Ryan, Telly Savalas, Dana Andrews. Guerra)
02.25 Remate
02.35 Crime Violento
03.40 Neste Século Aconteceu

SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Terra Nostra
23.00 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal
02.35 Afrodísia

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
16.00 Animação
18.30 Alta Velocidade
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Ri-te Ri-te
22.30 Reis da Música Nacional
01.30 Fúria Imediata
(de Craig Baxley, EUA, com Gregory Harrison, Hohn Galecki, Neil Patrick Harris. Drama)
03.35 Competente e Descarada
04.05 Adultos à Força
05.05 A Balada de Hill Street
06.10 Serras Azuis



Último capítulo (segunda à noite) das «Crónicas do Século» que a RTP produziu: os últimos juramentos de fidelidade à democracia...

Dudley Moore, Julie Andrews, Bo Derek, Robert Webber. Comédia)
01.40 Último Jornal
02.15 A Idade da Traição
(de Kevin Connor, EUA/1993, com Bryan Brown, Matthias Haues. «Thriller»)

TVI

09.00 Animação
12.00 Top Rock
13.00 Desporto
14.35 Sem Testemunha
(Longa Metragem)
16.20 Tirem-me Deste Corpo
(EUA, com Shelley Long. Comédia)
18.05 A Lenda de Excalibur
(Aventuras)
19.50 Justiça nas Ruas
(«Thriller»)
21.50 Todo o Tempo do Mundo
23.00 Intenções Perigosas
(«Thriller»)
01.00 Directo XXI
01.40 A Lei do Fogo
(Longa Metragem)
03.40 A Balada de Hill Street
04.50 Casos de Arquivo
05.50 Serras Azuis

SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Os Quatro Cachorrinhos
(de Joe Camp, EUA/1987, com Benji, Red Steagall, Frank Inn. Infantil)
16.00 Rex
17.00 Maverick
(de Richard Donner, EUA/1994, com Mel Gibson, Jodie Foster, James Garner. «Western»/Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.15 Herman Sic
00.15 Futebol: Benfica-Santa Clara
02.15 Último Jornal
02.50 O Guarda-Costas

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.05 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Filhos do Desespero
(Longa Metragem. Terror)
15.45 Nick e Jane
(Longa Metragem)
17.30 O Hotel dos Fantasmas
19.30 Directo XXI
19.50 Apifobia: As Abelhas Assassinas
(Longa Metragem. Terror)
21.35 Todo o Tempo do Mundo
22.45 Médicos
23.45 Campos de Chamas
(Longa Metragem)
01.45 Os Miseráveis
(Longa Metragem)
04.45 A Balada de Hill Street
05.15 Serras Azuis



Em «A Loja do Cidadão» (ao sábado) um dos temas da semana é a luta dos trabalhadores de Cabos Ávila ou da Siemens de Évora, subitamente desempregados por artes da «globalização»

02.25 Eclipse Total
(de Ramsay Levi, EUA/1995, com Leonardo DiCaprio, David Thewlis, Romane Bohringer, Dominique Blanc. Drama Biográfico)

RTP 2

07.30 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Ricos e Famosos
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Juvenil
20.30 Andebol: ABC-Porto
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.05 Mad Love
(Longa Metragem)
00.50 Remate
01.00 Perigo Iminente
02.00 Crianças sem Infância

SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Clube dos Campeões
21.30 Terra Nostra
22.30 Roda dos Milhões
00.40 Para Além da Morte
(de Wolfgang Henschel, Alem./1997, com Thomas Rühmann, Edda Leesch, Stefan Witschi. «Thriller»)
03.00 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
16.00 Animação
18.30 Polícias e Ladrões
19.20 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Quero Justiça
22.40 Perigo Duplo
(de Deborah Dalton, EUA, com Joe Penny, Teri Garr, Frederic Forrest, Britanny Murphy, Rutanya Alda. Drama)
00.40 A Melhor Vingança
(de James Becket, EUA/1996, com Bruna Lombardi, Carlos Riccelli, Pat Duestro, Robert Pine. Drama)
02.45 Competente e Descarada
03.15 Adultos à Força
04.15 A Balada de Hill Street
05.30 Serras Azuis

02.45 Shirley Valentine
(de Lewis Gilbert, Gr.Br./EUA/1989, com Pauline Collins, Tom Conti, Bernard Hill, Alison Steadman, Joanna Lumley. Comédia Dramática)

RTP 2

07.30 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Ricos e Famosos
18.00 Informação Religiosa
18.30 Mistérios e Mitos do Séc. XX
19.00 Juvenil
20.30 Patinagem Artística
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
22.55 Um Divã em Nova Iorque
(de Chantal Akerman, Fr./Bélg./Alem., com Juliette Binoche, William Hurt, Stéphanie Butler. Ver Destaque)
00.55 Remate
01.05 A Queda das Monarquias Europeias
02.05 Crianças sem Infância

SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Terra Nostra
23.30 Os Suspeitos do Costume
(de Brian Singer, EUA/1995, com Stephen Baldwin, Gabriel Byrne, Kevin Spacey, Chazz Palminteri. Ver Destaque)
01.30 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Sangue do Meu Sangue
16.00 Animação
18.30 Polícias e Ladrões
19.20 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Homenagem da Cidade do Porto a Amália Rodrigues
24.00 Miragem
(de Paul Williams, EUA/1996, com Sean Young, Edward James Olmos, James Andronica. Terror)
02.05 Competente e Descarada
02.35 Adultos à Força
03.35 Desporto
04.15 A Balada de Hill Street
05.30 Serras Azuis

03.10 Night Fire
(Longa Metragem)

RTP 2

07.30 Hora Viva
10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Ricos e Famosos
18.00 Informação Religiosa
18.30 Mistérios e Mitos do Séc. XX
19.00 Juvenil
20.30 Patinagem Artística
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
22.55 Heróis como Nós
(de Diane Keato, EUA/1995, com Andie MacDowell, John Turturro, Michael Richards. Ver Destaque)
00.45 Remate
00.55 Sinais do Tempo ou Zoom
02.00 Crianças sem Infância

SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra
23.40 Amor Outra Cidade
(de Lorraine Senna, EUA/1997, com Victoria Principal, Adrian Pasdar, May Kay Place. Melodrama)
01.40 Último Jornal
02.35 Toda a Verdade

TVI

09.05 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
18.30 Polícias e Ladrões
19.20 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Ri-te Ri-te
22.30 Airspeed - Viagem Alucinante
(de Robert Tinnel, Can., com Joe Mantegna, Elisha Cuthbert, Charles Powell, Yvan Ponton. Drama)
01.10 PSI Factor
02.10 Adultos à Força
03.10 A Balada de Hill Street
04.25 Serras Azuis

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Um fotograma de «Eduardo Mãos de Tesoura», de Tim Burton



Gabriel Byrne e Kevin Spacey, em «Os Suspeitos do Costume», de Brian Singer

O Desafio das Águias

(Quinta, 22.55, RTP2)

Se o leitor é assinante da TV Cabo e ainda não viu este filme (já transmitido vezes sem conta no Hollywood), então tem direito a receber o prémio do espectador mais distraído! Passado durante a II Guerra Mundial, ele conta-nos as aventuras de um comando britânico encarregado de resgatar um general norte-americano feito prisioneiro pelos nazis num castelo dos Alpes da Baviera. Nas fileiras deste comando, há um agente duplo mas o seu nome apenas será revelado no regresso, depois da missão cumprida... Retoma-se aqui o tema de *Os Canhões de Navarone* também escrito pelo mesmo argumentista o que, conferindo-lhe o remeio de uma história completamente inverosímil lhe não retira, apesar de tudo, alguma da capacidade e entretenimento que uma aventura destas sempre encerra. Com Richard Burton e Clint Eastwood.

Eduardo Mãos de Tesoura

(Sábado, 14.00, SIC)

O surgimento de Vincent Price, em fim de carreira, num curto e delicioso papel dá o necessá-

rio tom a um filme muito badalado que revela a sobrevivência e a recriação, no imaginário cinematográfico, das histórias meio fantásticas, meio aterrorizantes, em que seres sensíveis e incompreendidos são dramaticamente marcados pelos defeitos que os atormentam... e não menos atormentam os outros! Que dizer, então, do pequeno defeito do pobre Eduardo, o «herói» desta fita? Que culpa tinha ele, afinal, de, em vez de dedos, ter nascido com umas afiadas laminazinhas de... tesoura? Enfim, uma história a matar (e de morrer de susto!), brilhantemente encenada por Tim Burton, com uma fabulosa banda sonora composta por Danny Elfman.

O Leopardo

(Domingo, 00.40, RTP2)

Aqui, é de obra-prima que se trata! *O Leopardo*, adaptado da obra homónima de Lampedusa, é o filme mais celebrado do grande realizador italiano Luchino Visconti e foi justamente premiado com a Palma de Ouro do Festival de Cannes, em 1963. A exemplar análise política de um período da História italiana, a minúcia e a autenticidade dos cenários e do guarda-roupa e a espantosa cena de antologia que é o baile final são os pontos altos de um filme que nos restitui a Itália de meados do séc. XIX, tendo como principal personagem D. Fabrizio, príncipe de Salina, e o drama da sua inadaptação à viragem para uma nova época. Burt Lancaster é o grande criador dessa personagem, num dos seus melhores papéis no cinema, mas Alain Delon e Claudia Cardinale (esta, mais bela que nunca) acompanham-no de perto. Há muito tempo, a RTP 2 transmitiu uma cópia com a versão americana, dobrada em inglês, amputada de mais de trinta minutos e com as cores completamente atraçadas - e não a nova cópia da fascinante versão integral italiana, datada de Setembro de 1983 e que tem pouco mais de três horas. A versão que a RTP desta vez anuncia tem 197 minutos, pelo que se pode confirmar um novo atentado...

Um Divã em Nova Iorque

(Terça, 22.55, RTP2)

Co-produção entre a França, a Bélgica e a Alemanha, este filme nasce da imaginação e do fino humor da realizadora Chantal Akerman ao contar-nos a história de um psicanalista norte-americano e de uma bailarina francesa que, depois de inúmeros equívocos relacionados com uma troca de apartamentos durante as férias, acabam por se conhecer e

cair nos braços um do outro... Com William Hurt e Juliette Binoche, pois então!

Os Suspeitos do Costume

(Terça, 23.30, SIC)

A linearidade com que eram «escritos» os filmes do passado é totalmente desadequada aos espectadores dos nossos dias, habituados a decifrar, com muito maior rapidez os desvios dos enredos - assumidas que já estão, mesmo que apenas intuitivamente, as principais formas de montagem através das quais os vários eventos e as suas cronologias são «comprimidos» e até expurgadas dos argumentos. Esta capacidade de leitura de uma técnica e de uma arte torna hoje supérfluas a inclusão de certas cenas. O que se passa com este filme policial de Brian Singer, em que participa um cast de boa qualidade - no qual figuram, por exemplo, Gabriel Byrne ou Kevin Spacey - é que a sua «escrita» torna em cer-

tos casos completamente incompreensíveis certos desenvolvimentos da trama, como por exemplo o final do filme que se diz subverter por completo a lógica que o espectador interiorizou. A descobrir.

Unstrung Heroes

(Quarta, 22.55, RTP2)

Sem que o título português tivesse sido fornecido pela RTP - coisa que costuma acontecer com as mistelas transmitidas nas quotidianas madrugadas - este filme realizado por Diane Keaton tem a recomendá-lo, segundo as referências, uma história que se diz ser quase autobiográfica em relação ao seu autor e que nos fala de uma família excêntrica vista pelos olhos de um rapaz, o mais jovem dos seus componentes. Parece tratar-se de uma comédia relativamente irregular na sua estruturação interna mas com momentos de intensa emoção e realizada com grande sensibilidade e humor. Nos principais papéis, John Turturro e Andie MacDowell.

CABO & SATELITE

A descoberta da longitude

«Em Outubro de 1707, no regresso de uma batalha naval contra os franceses, quatro dos mais belos navios da frota inglesa soçobraram contra os recifes das Ilhas Scilly (um arquipélago britânico da Mancha) que se julgavam há muito ultrapassados. Na Inglaterra, o acontecimento foi considerado como uma catástrofe e uma vergonha nacional. Mas ainda não havia, então, qualquer método fiável de determinar a longitude exacta de um navio em pleno mar. Quatro anos mais tarde, o Parlamento prometia uma recompensa de 20 000 libras a quem resolvesse o problema...». E o facto é que foi assim que se deu início à «invenção» da longitude. Esta descrição do canal Arte fala-nos do incidente que esteve na base da descoberta, por John Harrison,

um relojoeiro inglês, do método de medir a longitude, evocada num interessante documentário de Peter Jones (EUA/1998), onde se mesclam as reconstituições de época com testemunhos de historiadores e cientistas.

(Arte, sábado, das 19.45 às 20.45)

A carreira de um grande «crooner»

Chama-se Tony Bennett, é de origem italiana (claro!), e é hoje em dia, já bem entrado nos 70 e desaparecidos Sinatra ou Mel Tormé, o maior herdeiro da grande tradição de crooners norte-americanos. O canal People & Arts transmite um belo documentário que nos retrata a vida e a obra do cantor, por onde passam também as amizades com Frank Sinatra ou Dean Martin.

(People & Arts, segunda, da 01.00 às 02.30 da madrugada)

Marília Gabriela entrevista Eva Wilma

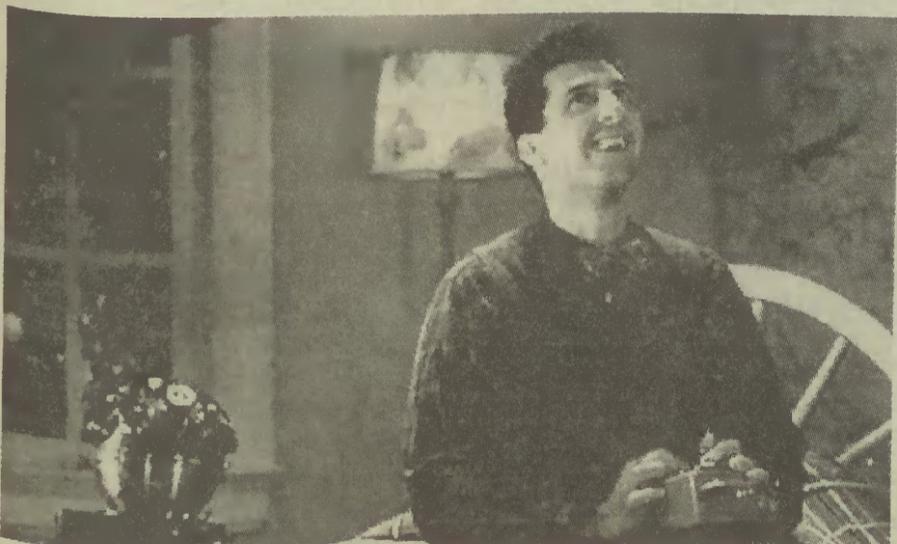
A excelente entrevistadora brasileira Marília Gabriela (todas as quartas-feiras no canal GNT) entrevista hoje a actriz Eva Wilma, conhecida dos espectadores portugueses pela sua participação em várias telenovelas, a qual, entre outros assuntos, nos falará da sua participação, com Eunice Muñoz, em palcos portugueses, na peça «Madame», de Maria Velho da Costa, integrada nas comemorações dos 500 anos da descoberta do

Brasil. (GNT, quarta, das 22 às 23 horas)

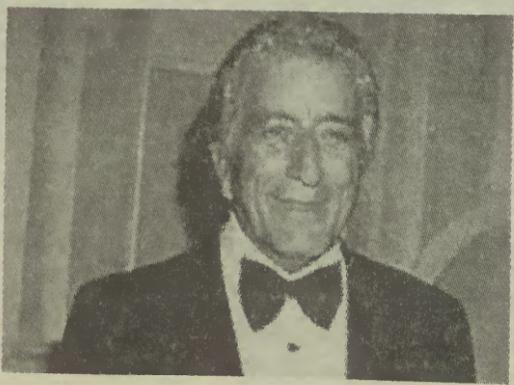
GNT



Cartaz francês de «O Leopardo», a obra-prima de Luchino Visconti



John Turturro, um dos intérpretes principais de «Unstrung Heroes», filme realizado por Diane Keaton



Notícias da TV de Hitler



A transmissão pela TV2 de um programa sobre a televisão na Alemanha nazi suscitou em muita gente uma compreensível estranheza: a TV só surgiu à tona do conhecimento comum muito depois do termo da Segunda Guerra Mundial, há a ideia de que antes de 39 tudo se teria limitado a experiências quase laboratoriais, e virem dizer-nos que o próprio Hitler «passara» em ecrãs de televisão para deslumbramento dos seus fascinados súbditos causou grande surpresa. Contudo, o certo é que a televisão existiu na década de 30, embora com muito limitada repercussão, pelo menos na Grã-Bretanha, em França, nos Estados Unidos, na Itália e na Alemanha. Ao contrário do que poderia supor-se, não foram os Estados Unidos que nesses anos se situaram como pioneiros: só em Abril de 39 a televisão funcionou efectivamente nos Estados Unidos para um público equipado com aparelhos receptores. Entretanto, já em 36 o público inglês tinha acesso a 12 horas semanais de TV, em 39 a Grã-Bretanha contava 20 mil telespectadores e já desde 37 que a BBC mandava para a rua equipas de reportagem. Em França, as

invenção americana exportada para a Europa no pós-guerra, porventura ao abrigo do Plano Marshall.

Um lamentável lapso

O documentário teve mais interesse pela surpresa e como curiosidade que pela riqueza do conteúdo: foi construído, de resto, com registos fílmicos em suporte cinematográfico (pois nesse tempo não havia videograções, bem se sabe) dificilmente escapados às destruições da guerra e preservados pela RDA, isto é, realizado com

TVISTO

■ Correia da Fonseca

material escasso e só por acaso sobrevivente. Ainda assim, porém, bastou para que soubéssemos que a TV, sem que tivesse sido utilizada com a sinistra sabedoria com que Goebels usou a rádio, serviu também a nazificação do povo alemão, e incluiu momentos significativos. Como aquele em que um sujeito, por sinal tão feio que parecia filhinho do monstro do dr. Frankenstein, se divertia com supostas gracinhas acerca dos recalcitrantes que eram mandados para «campos de concerto» até que deixassem de «desafinar». Ou a

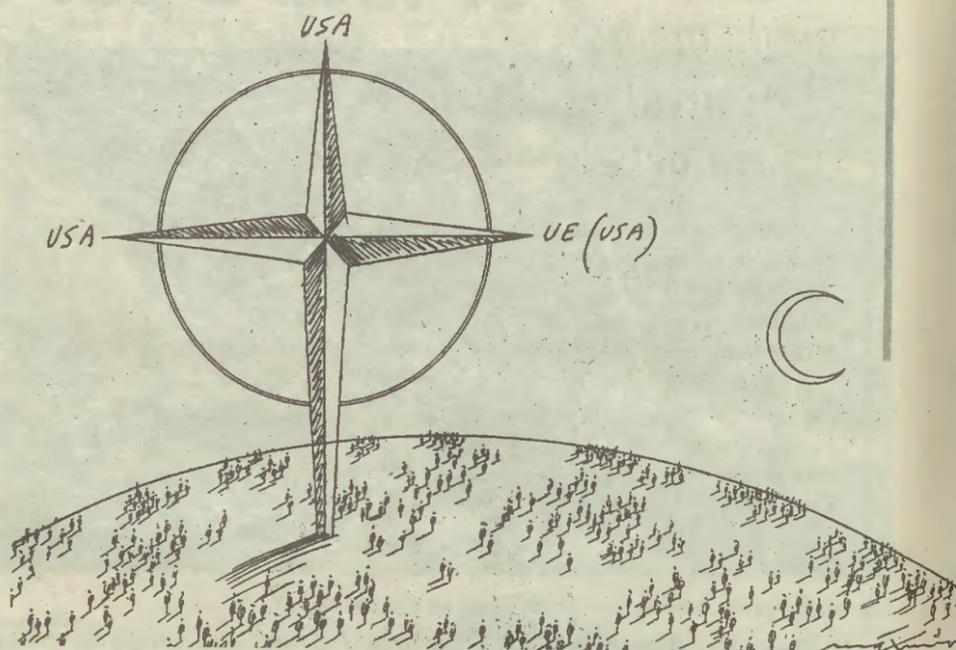


emissões de TV tornaram-se regulares a partir de um novo emissor instalado na Torre Eiffel, mas já há dois anos se realizara a primeira reportagem directa do exterior. Em Itália, onde se efectuaram experiências desde 30, Mussolini instalou um emissor regular em Roma. É claro que a escala de tudo isto era pequena, variando embora de país para país, e a guerra veio paralisar todo o avanço e todo o trabalho de pesquisa na Europa.

Na Alemanha, a Reichs Runsfunk Gesellschaft emitia duas horas diárias a título experimental em 1933, o ano da subida de Hitler ao poder, e no ano seguinte realizou o primeiro directo. As emissões eram então recebidas num grande ecrã colocado numa sala para visionamento colectivo. Em 36, ano dos famosos Jogos Olímpicos de Berlim, foram transmitidas imagens do acontecimento, com o auxílio de cabos, de Berlim para Munique, Nuremberga, Hamburgo, Colónia e Leipzig. Durante a guerra foi suspenso o fabrico de televisores, que viera a acelerar-se, e os programas passaram a destinar-se prioritariamente aos soldados, quer a partir da Alemanha quer de territórios ocupados. Durante a ocupação de Paris, um emissor instalado na Rua Cognac-Jay emitiu programas nazis para os soldados alemães nos anos de 43 e 44. Agora, veio a TV2 transmitir um telefilme da Spiegel TV a dar-nos conta um pouco mais minuciosamente do que foi a televisão alemã durante os anos do nazismo, e terá sido um espanto para quantos, e seriam muitos, supunham que a TV foi uma

sequência que fixava imagens de uma «jornada antibolchevista e anti-semita» muito esclarecedora das práticas habituais. Quanto a este momento, foi uma pena que a tradução portuguesa se esquecesse inicialmente de traduzir a referência ao alvo bolchevista (como é sabido, esta era a palavra então mais na moda para designar os comunistas), embora um pouco mais à frente remediasse a omissão passando a traduzir todo o texto original. Arreliadores lapsos destes acontecem muito, sabe-se lá porquê, e por essas e outras é que tão generalizadamente se julga que o holocausto nazi só matou judeus.

Enfim, tentando uma avaliação muito sumária, direi que o telefilme que preencheu este «O Lugar da História» não foi uma peça do espantoso mérito mas foi notável pela raridade, e por isso é quase imperativo que uma coluna de crítica de TV lhe registre a presença. Não acrescentarei que teve também a virtude de reavivar a memória porque, quanto ao regime nazi, só quem não quer saber o que foi, ou quem sabendo-o não se importe, é que precisa de novas contribuições para o combate a tão peculiar amnésia. Chega agora a notícia de que a Áustria, país onde nasceu o inesquecível Adolfo (também ele foi a figura mais marcante do século alemão, não?, mas talvez esse destaque não seja tratado por lá com a ambiguidade por cá usada para com o dono do fascismo português), quer colocar no topo um seu herdeiro político. Contra coisas destas, e contra os cordelinhos que as puxem, não vai a coisa com esporádicos telefilmes.



Lembranças

No próximo mês, em 25 de Março, completa-se um ano sobre o início da Operação «Força Aliada», designação atribuída aos bombardeamentos da Nato sobre a Jugoslávia.

Não cabe neste espaço fazer qualquer balanço dessa tragédia de sangue, sofrimento, cinismo e hipocrisia ditada pelos interesses estratégicos dos governos que dominam a Aliança Atlântica.

Os acontecimentos seguintes ao Acordo que pôs fim aos bombardeamentos são elucidativos: além dos terríficos efeitos das devastações na saúde, no ambiente, na economia, a limpeza étnica dos sérvios, a evidência de parcialidade na «ingerência humanitária», o incremento da criminalidade organizada e do narcotráfico, a manipulação mediática, o incumprimento pela Nato do Acordo assinado com o governo de Belgrado, são factos que importa analisar, agora que é possível observar com mais nitidez a realidade que a poeira da desinformação procurou ocultar.

Apesar dos sorrisos de ocasião dos secretários europeus da Nato, dos ministros presentes nas diferentes cimeiras, há hoje uma nova situação na Europa: mais imprevisível, mais insegura, mais perigosa.

Há realinhamentos e reposicionamentos estratégicos em curso, os tratados de redução de armamentos acumulam-se sem as ratificações necessárias.

Dir-se-ia, retomando uma expressão que ficou célebre, que uma cortina de fogo desceu sobre o continente.

Outro aniversário se aproxima, com um significado que se associa ao da guerra do Kosovo: a aprovação, com data de 25 de Abril de 99, do novo Conceito Estratégico da Nato (NCE).

Nas páginas do «Avante!» foram já publicados esclarecedores textos sobre o alcance e a gravidade do que foi acordado em Washington e os compromissos que envolvem o nosso País.

Mas valerá a pena aqui recordar que, com o NCE, a Nato deixou de ser uma aliança defensiva, destinada a proteger cada Estado-membro de uma agressão externa, para se transformar numa aliança ofensiva, vocacionada para a gestão de crises, num território que já não é apenas o dos Estados-membros, mas o

abrangido por um acordo que atravessa a Europa e a Ásia, podendo actuar, o que é declarado explicitamente, com ou sem aval do Conselho de Segurança da ONU.

Como se conhece o grau de hegemonia que o governo dos Estados Unidos dispõe no seio da Nato, o NCE poderá implicar que onde Washington considere ameaçados os seus interesses poderá ser desencadeada uma operação militar, com envolvimento de Portugal e outros países membros.

MOTES & VOITAS

■ Jorge Sarabando

São cada vez mais as vozes que se levantam, em campos políticos muito diferentes, contra o NCE, que serviu entretanto para dar «cobertura» à agressão à Jugoslávia, país soberano.

Há mesmo comentadores qualificados que afirmam tratar-se de um mero acordo inter-governamental, que carece de ratificações, que não têm eficácia jurídica, que viola a Carta da ONU.

Não nos iludamos: nesta matéria os pleitos jurídicos têm pouca relevância.

O que conta é isto: o NCE oficializa o direito de ingerência, uma espécie de «política de canhoneira» que as potências ocidentais utilizavam no século passado nas costas asiáticas.

Cenários de conflitos não faltam. Os observadores internacionais ou mesmo personalidades como o anterior secretário da OSCE falam, com desconcertante naturalidade, de tensões que se avolumam na Ásia Central, no Cáucaso e outras regiões europeias.

Há alguns anos pretendeu-se criar a ilusão na opinião pública de que com o fim da guerra fria, com a derrota do «império do mal» como chamava Reagan à URSS, tínhamos chegado a uma nova era de paz.

O que está à vista é que a guerra voltou à Europa, 50 anos depois do fim da 2.ª Guerra Mundial e chamadas de intolerância e violência se levantam e propagam em diferentes pontos do mundo.

As bandeiras de Paz e de Solidariedade têm de voltar às ruas. Não faltam razões e ocasiões.

ESCAPARATE

Uma ideia original e uma proposta ainda melhor: O Festival das Músicas e dos Portos, em Lisboa

É já amanhã que começa aquela que será a primeira edição de um novo festival anual, da responsabilidade do Pelouro de Turismo da Câmara Municipal de Lisboa e que conta com o apoio da Secretaria de Estado do Turismo e do Ministério da Economia.

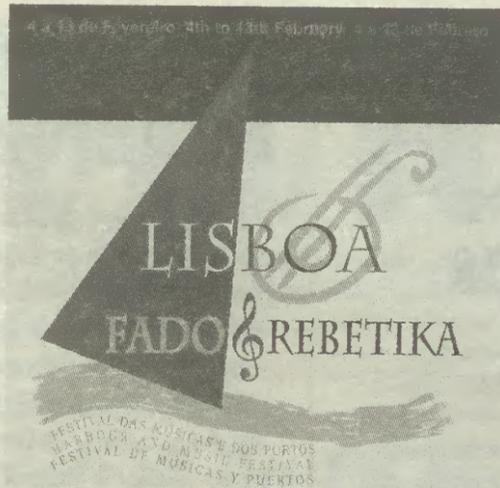
Trata-se do *I Festival das Músicas e dos Portos*, um título original para uma ideia também ela digna de registo. Como a própria apresentação do Festival faz destacar, «aos portos não chegam só navios. Também chega a experiência de diferentes povos, os seus dramas e as suas culturas. O Festival das Músicas e dos Portos pretende redescobrir as músicas, melodias e ritmos que nasceram do convívio portuário, como o Tango, as Mornas, o Flamenco ou o Canjun».

Previsto para realização anual, numa período do ano em que também interessa revitalizar o Turismo - e, em particular, o Turismo Cultural -, o festival deste ano (que durará até 13 de Fevereiro) vai, de facto, dedicar as suas atenções à Rebetika, um espécime musical do folclore grego, dolente e triste, como triste é o nosso Fado. É assim natural que, neste Festival,

surja a colaboração de músicos e cantores provenientes da Grécia, como é o caso de dois espectáculos que terão lugar logo na primeira semana.

Mas não nos antecipemos. A ideia é, também, colocar em confronto várias experiências e culturas musicais com expressão própria ou saídas de vários tipos de fusões, recordar tradições e costumes - e, por isso, um slogan apelativo é também aquele que diz: **Em Fevereiro, o Fado vai passar a ter concorrência!** - mas também analisar, de um ponto de vista científico (musicológico) e histórico essas várias experiências.

Para os próximos dias estão previstos os seguintes espectáculos: dia 4, às 21.30, na Aula Magna da Reitoria, «As Guitarras do Fado», com a participação dos nossos melhores especialistas, como Fontes Rocha, Ricardo Rocha, Paulo Parreira, Carlos Gonçalves, Mário Pacheco, Manuel Mendes, Francisco Andion (Paquito), Mário Veiga, Carlos Proença, José António e Paulo Paz. Dia 5, às

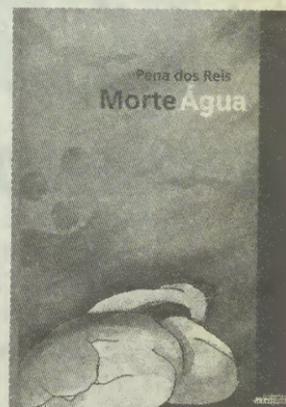


23.30, na Adegua Machado (com repetição no dia 7 n' O Timpanas, no dia 8 na Taverna do Embuçado e no dia 9 no Clube do Fado), será recriado «O Julgamento do Chico Camané», um espectáculo de fados (acompanhado de petiscos) que evocará em várias casas típicas da capital o célebre «juízo» realizado numa certa noite de Julho de 45, na Adegua Machado, de um simpático boneco que vivia às custas das mulheres... Dia 6 será inaugurada na Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa a exposição «Os Instrumentos da Rebetika». Nesse mesmo dia 6 e também a 7, pelas 18 horas, no mesmo local, haverá concertos por dois músicos e artesãos gregos, Ioannis Alexandris e Kiriakos Gouventas, com a participação de dois guitarristas portugueses. Finalmente, no dia 9, n' A Severa, realizar-se-á um espectáculo de Rebetika com Maryo e o Tambourine Ensemble.

No próximo Escaparate, daremos aqui conta dos espectáculos da semana seguinte, que terão a participação, entre outros, da Ala dos Namorados (com convidados), do quinteto de Carlos Martins e da Jazz Black Sea Orchestra. Divirta-se!



LIVROS



Morte Água

De Pena dos Reis, a Campo das Letras publica este livro, na sua colecção ... *instantes de Literatura*. Nome de colecção que assenta como luva ao texto que, se é romance, novela, ou apenas narrativa ficcional sem mais adjectivo, pode ser lida instante a instante, à medida que se percorre o caminho também aparentemente assim escrito, arquitectado pelo autor. Capítulos, nomeados por personagens mas não estritamente a elas ligados a não ser pela sugestão da importância que elas têm - cada uma - para o texto que se lhes segue ao nome. Desenvolvendo-se à maneira de policial - mais propriamente talvez de narrativa de investigação, em que cada texto contribui para a construção, ou desconstrução de um percurso que pretende averiguar o acontecido sobre o qual «se mente», trata-se de um livro que - esperavamos ler na «badana» - parece vir acrescentar-se a outros que o autor tivesse já publicado, dada a escrita segura e a segura construção. Se se trata de um primeiro livro, leia-se e saúde-se. Se não, saúde-se à mesma e leia-se também.



Rolandos

Livro cubano, este, publicado pela Caminho, na colecção *Uma Terra Sem Amos*. Da autoria de Antonio Rodriguez Salvador, trata-se de um romance carregado de ironia e de proximidade na abordagem das personagens e das relações que se entrecruzam numa história de aparente pouca importância, erguida entre a realidade e o fantástico. **Rolandos** - Rolando e o seu duplo, criado pelo primeiro na ânsia de viver uma outra vida, com uma intensidade que torna o duplo «real» - recebeu o prémio internacional de romance Salvador García Aguillar em 1977. O autor, poeta e contista, revelou-se com este livro um romancista destacado. A tradução de Rolandos é de Aurur Guerra e Cristina Rodriguez.

GINEMA

Homenagem a Buñuel

Durante todo o mês de Fevereiro, o Instituto Cervantes (em Lisboa), realizar-se-á semanalmente, a partir da próxima terça-feira 8, um ciclo comemorativo do centenário do nascimento do realizador espanhol Luis Buñuel. Serão exibidos filmes indispensáveis para o conhecimento da obra do grande cineasta, como «A Morte no Jardim» (1956) e «A Jovem» (1960), no dia 8 às 17 e às 19 horas; «Viridiana» (1961) e «O Anjo Exterminador» (1962), no dia 15 às 17 e às 19 horas; «Diário de Uma Criada de Quarto» (1964) e «A Via Láctea» (1968), no dia 22 às 15 e às 19 horas; e, finalmente, «O Charme Discreto da Burguesia» (1972) e «Esse Obscuro Objecto do Desejo» (1977), no dia 29 às 17 e às 19 horas.



Um fotograma de «Viridiana» (1961)

EXPOSIÇÕES

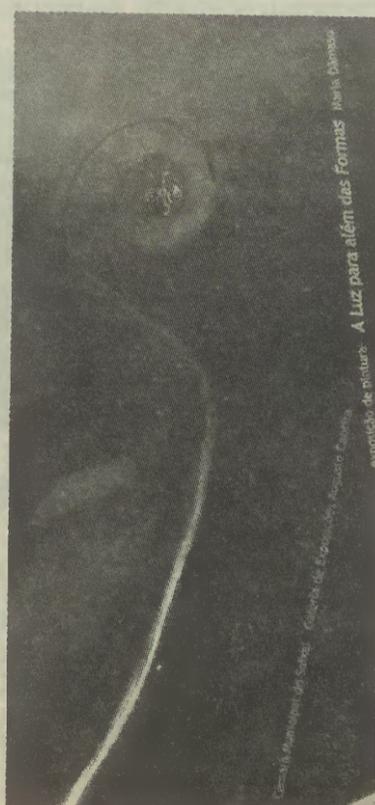
Pintura na Culturgest (Lisboa), no Seixal e em Sacavém

É inaugurada na quarta-feira 9 e prolongar-se-á até 2 de Abril, na Galeria I da Culturgest, uma exposição do pintor inglês Gary Hume, representante da Grã-Bretanha na última Bienal de Veneza. Segundo o texto de apresentação do programa, «utilizando como suporte painéis de fórmica e alumínio, o artista realiza uma pintura opaca, colorida, lacada, tão brilhante que às vezes reflecte o próprio observador. Pintor de retratos, de figuras de animais, de motivos vegetais, Gary Hume transporta consigo uma certa nostalgia dos motivos picturais de Matisse e, em particular nas últimas obras de grandes formatos, o fascínio pela elegância e pelas linhas da Arte Nova».

Entretanto, continua patente ao público até 26 de Fevereiro na Galeria de Exposições Augusto Cabrita (no Fórum Cultural do Seixal) a

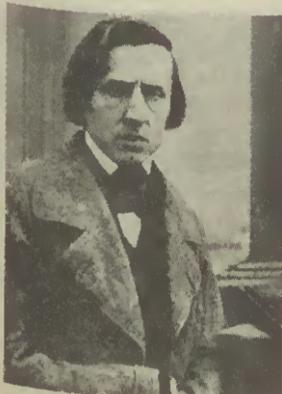
exposição «A Luz Para Além das Formas», de Maria Dâmaso, que, na expressão de Rogério Ribeiro, «nos diz do seu gosto de aprofundar, de se aproximar da natureza na sua constituição, no seu processo de desenvolvimento, dos sentidos vitais através de um meio difícil, o mar, desconhecido de muitos, encantatório no seu profundo mistério».

Também em Sacavém, na Galeria Municipal da Quinta de São José, permanece até 19 de Fevereiro a exposição «Pintura Anos 90», uma colecção de duas dezenas de trabalhos do pintor António Galvão, na qual as paisagens e a força do trabalho são as imagens que neles sobressaem como traço que caracteriza a pintura deste artista alentejano, «pintor da cal e do luar», como o classifica Urbano Tavares Rodrigues.



MÚSICA

Orquestra Sinfónica Portuguesa



Frederic Chopin (1810-1849)

Com um concerto a realizar na próxima terça-feira, pelas 21.30, no Teatro Luís de Camões (Parque das Nações), prossegue a temporada da Orquestra Sinfónica Portuguesa. Sob a direcção de José Ramón Encinar e com a participação da solista Bárbara Dória (piano), serão interpretadas as seguintes obras: *Variações Sobre um Tema de Mozart*, de Franco Oppò; *Variações sobre «Là ci darem la mano»*, de Chopin; e *Sinfonia n.º 40*, de Mozart.

A TALHE DE FOICE

Originalidades

A semana que agora termina brindou-nos com algumas originalidades, tanto domésticas como internacionais.

Em primeiro plano nos nossos telejornais, prosseguiu o espectáculo da liderança que o PSD mantém em cena com grande sucesso. Desta vez, o grande protagonista foi Eurico de Melo, que apresentou um quadro de recorte dental ao oferecer-se para candidato presidencial do partido. «Elegei-me e este estado de coisas há-de morrer às minhas dentadas políticas!», rugiu ao jantar o patriarca, exibindo uma admirável confiança na sua dentadura com uns não menos invejáveis 75 anos de mastigação. Esta energia maxilar de Eurico de Melo deixou «este estado de coisas» na incerta posição de um bife com ovo a cavalo e foi expressamente apresentada, pelo próprio, ao serviço da recandidatura de Durão Barroso à chefia do partido.

Entusiasmado por um jantar de apoio que levava a solidariedade à expressão literal da dentada, o presidente da distrital do Porto do PSD, Valentim Loureiro, achou apropriado servir Durão Barroso com a bancária metáfora de que «você tem no Porto uma conta-corrente caucionada sem limite de crédito», isto após ter trocado o nome de Durão Barroso pelo de Pedro Santana Lopes.

Vendo-se assim apoiado pela pulsão carnívora de Eurico de Melo e o crédito ilimitado de Valentim Loureiro, consta que Durão Barroso mordeu a língua.

Quem não mordeu nem dobrou a língua foi Luís Marques Mendes, outro aspirante à liderança do PSD que, em mais uns jantares de apoio à sua candidatura, acusou Durão Barroso de «se entreter em jogos florais e querelas internas», coisa em que, pelos vistos, ele próprio não se entretém, pois pratica-o em dedicação exclusiva.

Quanto a Pedro Santana Lopes, o terceiro aspirante à liderança, continua igualmente a coleccionar jantares de apoio com lauta companhia e grande apetite, clamando aos quatro ventos que se constitui a si próprio como a «terceira via» do partido. Deve estar a referir-se ao seu hábito político de prometer tudo para melhor não cumprir nada, que é mais ou menos o que faz o pessoal das «terceiras vias» que joga à sua esquerda.

Perante isto, uma coisa é certa: se não se despacham a eleger um líder que se conserve mais de seis meses, um dia destes acabam os jantares de apoio no PSD porque ninguém cabe na porta.

Enquanto o PSD se entretém a si próprio e ao país com as suas jantaradas, o PS instala-se confortavelmente à mesa do Orçamento para mostrar como se comporta uma «terceira via» a sério: da prometida reforma fiscal que iria moralizar o sistema resultou uma proposta de Orçamento que onera os pagantes do costume e alivia os relapsos de todos os matizes.

Lá fora, avultou esta semana a deliberação da maior multinacional automóvel de França em eliminar seis mil postos de trabalho e «deslocalizar» várias das suas empresas para países de Leste e América Latina, onde a mão-de-obra é mais barata e os lucros maiores, a par da eminente subida ao poder na Áustria de um partido neonazi.

No primeiro caso, os despedimentos e a deslocalização das fábricas em França surgem na sequência da duplicação dos lucros obtidos o ano passado pela multinacional, enquanto o ascenso neonazi na Áustria assenta na demagogia xenófoba explorando eleitoralmente o aumento... do desemprego.

E agora digam lá se isto não anda tudo ligado. E pela «terceira via», que se está a confirmar como o atalho mais curto para velhos caminhos...

■ Henrique Custódio

PCP vai votar contra Orçamento de Estado

Governo mantém injustiça fiscal

O Orçamento de Estado para 2000 confirmou as piores expectativas: o Governo PS não está interessado em promover a justiça fiscal, mantendo e agravando o tratamento diferenciado dado aos rendimentos do trabalho e aos lucros das grandes empresa. Por isso, os comunistas vão votar contra, como declarou anteontem Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Na declaração, Octávio Teixeira afirma que o Orçamento «mantém a generalidade dos benefícios fiscais, em particular a operações e actividades financeiras e os ilegítimos e escandalosos privilégios fiscais atribuídos ao sistema bancário. Do mesmo modo que são mantidas todas as «taxas liberatórias», que basicamente existem para beneficiar os mais elevados rendimentos e penalizar fortemente os rendimentos mais baixos».

Em relação às «medidas de moralização fiscal – desagravamento para os contribuintes cumpridores e combate à fraude e evasão fiscal», proclamadas pelo Governo, o PCP considera-as «uma fraude política».

«O alegado desagravamento fiscal destina-se exclusivamente aos lucros, em particular aos das grandes empresas, esquecendo totalmente os rendimentos do trabalho. Numa inequívoca demonstração dos interesses de classe defendidos pelo Governo do PS, é reduzida a taxa de IRC de 34 por cento para 32 por cento (o que significa uma perda de receita orçamental superior a 50 milhões de contos/ano) ao mesmo tempo que os rendimentos do trabalho não são minimamente beneficiados nem ao nível das taxas nem nas deduções do IRS.»

Obsessão privatizadora

Enquanto isso, afirma Octávio Teixeira, «as medidas de combate à fraude e à evasão fiscais são inexistentes. O



Carvalhas visita ICP

Uma delegação do PCP, com a participação do seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, encontrou-se na terça-feira com o presidente do Instituto de Comunicações de Portugal a quem foram colocados os pontos de vista dos comunistas sobre o sector das comunicações.



Governo limita-se a propor às empresas e às profissões liberais que lhe paguem uma receita mínima, assegurando-lhes com contrapartida a permanência de toada a liberdade para evasão fiscal. (Significativamente, aliás, as dotações orçamentais para os Serviços Fiscais e Alfandegários, diminuem em termos reais! e o pró-

prio Governo se encarrega de desmentir declarações suas recentes, mostrando que, afinal e por exemplo, continua a considerar sigilo bancário um «tabu sagrado»).

Por outro lado, o PCP acusa o Orçamento de prosseguir «a obsessão privatizadora com as autênticas desnacionalizações que o Governo do PS está a concretizar em sectores estratégicos como o dos transportes aéreos e o energético, preparando-se para vender mais 500 milhões de contos de património empresarial público no presente ano, contra os interesses do País».

Octávio Teixeira sublinha ainda que «essa fobia privatizadora tem vindo a reduzir substancialmente as receitas orçamentais em dividendos (tendo atingido os 180 milhões de contos em 1997, desceu para os 150 milhões em 1998 e já são previstos apenas 100 milhões no ano corrente) e de imposto sobre os lucros». Apesar disso, este orçamento inicia «uma nova onda de venda de património público, agora de terrenos e edifícios».

Salários congelados

O capítulo das despesas é igualmente alvo de fortes críticas pelos comunistas, por exemplo a anunciada intenção do Governo de, na prática, impor «um inaceitável congelamento das remunerações reais dos trabalhadores da administração», ou ainda no que respeita «às dotações para o SNS em que a própria ministra anuncia desde já que se vai manter a prática gravosa de acumulação de défices anuais (mostrando que o Governo faltou à verdade quando em Dezembro passado «jurou» na Assembleia da República que a partir de então, deixaria de haver subfinanciamento do SNS e seria seguida uma política de transparência e verdade)».

Com estas orientações centrais, declarou Octávio Teixeira, o Orçamento de Estado 2000 «é insusceptível de ser viabilizado por um partido de esquerda. Por isso e naturalmente, o PCP vai votar contra o OE».

Suíça prepara ficheiro genético para emigrantes

A denúncia de que a Suíça estará a estudar a criação de ficheiros genéticos para emigrantes surgiu num programa do canal público TSR (Televisão da Suíça de expressão francesa) e não foi desmentida pelas autoridades helvéticas.

Segundo o programa «Mise au point», a nova lei dos estrangeiros cujo projecto já se encontra nas mãos da conselheira federal Ruth Metzler prevê que os candidatos a emigrantes que evocam o reagrupamento familiar passariam a ser no futuro submetidos a análises genéticas para ser comprovada a afirmação.

Esta medida, que foi já condenada por várias estruturas partidárias na Suíça designadamente pelo PCP, vem somar-se à recente decisão de integrar a Comissão Federal de Estrangeiros no Departamento Federal da Polícia e Justiça (ver página 13).

O PCP, através de Manuel Alho, manifestou-se «rigorosamente contra» o controlo genético, considerando tratar-se de uma discriminação.

Por seu lado, Manuel Beja, sindicalista e membro do Conselho das Comunidades Portuguesas na Suíça, em declarações à Agência Lusa, rejeitou a hipótese de criação de um tal ficheiro genético, frisando que se «inaceitável» que se fale desse assunto.

No entanto, segundo disse, o texto é ainda desconhecido, não

se sabendo se vai ou não ser discutido com os parceiros sociais. Manuel Beja acrescentou ainda que quando entrar em vigor o acordo bilateral entre a União Europeia e a Suíça, os emigrantes dos países da UE não seriam abrangidos. «Mas se esse projecto arrancar, a comunidade portuguesa e os parceiros sociais vão reagir», sublinhou.

Entretanto, anteontem, a deputada do PCP no Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, entregou um pergunta escrita a propósito da denúncia da estação televisiva suíça, interrogando a Comissão Europeia sobre o que pensa fazer «contra estes sinais preocupantes de carácter xenófobo contra estrangeiros, que neste caso lembram práticas nazis».

União Europeia isola Áustria

Catorze estados membros da União Europeia decidiram suspender todos os contactos políticos oficiais com a Áustria, caso o futuro governo de Viena seja integrado pelo FPO (partido de extrema-direita de Joerg Haider).

A decisão, divulgada na segunda-feira, afirma que «não será prestado apoio aos candidatos austríacos para cargos em organizações internacionais» e que «os embaixadores austríacos nas capitais da UE só serão recebidos a nível técnico».

Os negociadores da extrema-direita e os conservadores austríacos

apresentaram terça-feira um acordo sobre um programa de governo de coligação que ontem deve ter sido submetido ao presidente Klestil. O presidente deverá decidir se aceita este governo, apesar das ameaças de boicote da União Europeia a que se juntaram também os Estados Unidos.

